

A BELLE ÉPOQUE DO RIO GRANDE

Um estudo do cotidiano nas fotografias do Sr. Ruffier



Andrea Maio Ortigara

A BELLE ÉPOQUE DO RIO GRANDE:
UM ESTUDO DO COTIDIANO NAS FOTOGRAFIAS
DO SR. RUFFIER



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE FURG

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe de Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

DIEGO D'ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

CAMILA ESTIMA DE OLIVEIRA SOUTO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA

EDITORA DA FURG

Coordenadora

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

COMITÊ EDITORIAL

Presidente

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Titulares

ANDERSON ORESTES CAVALCANTE LOBATO

ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA

CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

EDUARDO RESENDE SECCHI

ELIANA BADIALE FURLONG

LEANDRO BUGONI

LUIZ EDUARDO MAIA NERY

MARCIA CARVALHO RODRIGUES

Editora da FURG

Campus Carreiros

CEP 96203 900 – Rio Grande – RS – Brasil

editora@furg.br

Integrante do PIDL



Andrea Maio Ortigara
(autora)

A BELLE ÉPOQUE DO RIO GRANDE:
UM ESTUDO DO COTIDIANO NAS FOTOGRAFIAS DO SR. RUFFIER



Rio Grande
2024

©Andrea Maio Ortigara

2024

Imagem da Capa: fotografia Jorge Ruffier

Capista: Andrea Maio Ortigara (autora)

Diagramação da Capa: Murilo Borges

Formatação e diagramação: Gilmar Torchelsen

Revisão Ortográfica e Linguística: Liliana Mendes

Ficha catalográfica

O77b Ortigara, Andrea Maio.
A Belle Époque do Rio Grande: um estudo do cotidiano nas fotografias do sr. Ruffier [Recurso Eletrônico] / Andrea Maio Ortigara. – Rio Grande, RS : Ed. da FURG, 2024.
106 p. : il.

Modo de acesso: <http://repositório.furg.br>
ISBN 978-65-5754-254-5 (eletrônico)

1. Geografia Urbana 2. Colonização Francesa 3. Fotografia 4. Cidade do Rio Grande 5. História I. Título.

CDU 911.375.5(816.5RG)

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos – CRB10/2344

À minha filha Maria Clara

Também retorno de Zirma: minha memória contém dirigíveis que voam em todas as direções à altura das janelas, ruas de lojas em que se desenham tatuagens na pele dos marinheiros, trens subterrâneos apinhados de mulheres obesas entregues ao mormaço. Meus companheiros de viagem, por sua vez, juram ter visto somente um dirigível flutuar entre os pináculos da cidade, somente um tatuador dispor agulhas e tintas e desenhos perfurados sobre a sua mesa, somente uma mulher-canhão ventilar-se sobre a plataforma de um vagão. A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir.

[...]

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.

(Ítalo Calvino)

SUMÁRIO

1	Introdução.....	8
2	O urbano redesenhado na modernidade.....	15
	2.1 A Paris de Haussman.....	15
	2.2 América Latina: transformações das cidades e do urbano	19
3	O urbano na <i>Belle Époque</i> do Rio Grande.....	29
4	Presença francesa no Brasil e no Rio Grande.....	51
5	Fundamentos para uma análise do cotidiano em Henri Lefèbvre.....	64
6	A <i>Belle Époque</i> do Rio Grande no diário pessoal e nos álbuns fotográficos do Sr. Ruffier.....	74
	Considerações finais.....	100
	Referências.....	103

1 Introdução

Neste livro,¹ buscou-se estabelecer relações entre o cotidiano e o espaço urbano no município do Rio Grande, em uma fase da modernidade no início do século XX. Para tanto, analisamos a presença da cultura francesa no Rio Grande e a tendência do município à assimilação de hábitos dessa cultura, identificados no cotidiano dos sujeitos e na urbanização. Esse panorama revela a cidade como um lugar privilegiado para o fenômeno das formas comportamentais, resultado de uma construção cultural na qual as suas transformações são apreendidas como um estado de espírito, conhecido por *Belle Époque*.

Para abordar o cotidiano e o urbano, como formas de análise social, adotaremos como referência a obra de Henri Lefèbvre². O autor atribui ao cotidiano uma significação política relevante, defendendo-o como centro do modo de vida da sociedade moderna, o qual constitui a cotidianidade. Entre fatos aparentemente insignificantes, o cotidiano possui algo de essencial, ordena os fatos da vida e permite conhecer a sociedade. Assim, o conceito de cotidianidade expressa as transformações do cotidiano (1958, 1961).

Com referência em Lefèbvre, investigamos como e por meio de quais estratégias teóricas o autor propõe uma análise da vida cotidiana. Por conseguinte, nos detemos em elementos metodológicos lefèbvrianos, destacando a forma dialética com que o autor reflete a cidade e o urbano, assim como os níveis e as dimensões desses fenômenos sociais.

Nesse sentido, o conceito de espaço social é relevante, nesta pesquisa, para o conhecimento da realidade urbana. Assim, nos apoiamos em Lefèbvre que, numa abordagem marxista, argumenta que o espaço³ “desempenha uma função decisiva na

¹ Este livro é resultado da pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande, entre os anos de 2012 e 2014, sob a orientação do Prof. Dr. Solismar Fraga Martins.

²A amplitude teórica da obra de Lefèbvre sobre a cidade e o urbano entrecruza a filosofia e a sua prática social como um sujeito francês, filósofo, militante e professor. Portanto, para compreender a obra de Lefèbvre, se faz necessário compreender a construção do seu raciocínio, ou seja, como se deu o movimento de suas ideias e do seu método.

³A geografia crítica, cujo surgimento data da década de 1970, fundamenta-se no materialismo histórico e na dialética, e busca romper com a geografia tradicional e com a geografia teórico-quantitativa. Como

estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (1976, p. 25).

Pelo exposto, compreendemos o espaço no seu sentido vivido, em estreita relação com a prática social, não devendo ser compreendido como “um espaço vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (LEFÈBVRE, 1976, p. 29). Ademais, o espaço não é um produto da sociedade, assim como também não é “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional” (op. cit., p. 30). O espaço não pode ser considerado ponto de partida ou de chegada, ou seja, não deve ser pensado como espaço absoluto, nem como produto social. Desse modo, trata-se de uma abordagem do espaço na qual este não é apenas um instrumento político, tampouco se restringe a um campo de ações de indivíduo ou grupo associado aos processos de reprodução da força de trabalho através do consumo. Para Lefèbvre (1976, p. 30), o espaço engloba todas as concepções mencionadas e as ultrapassa, portanto o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. E acrescenta:

[...] não se pode dizer que seja [o espaço] um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, pressuposto de toda a produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. [...] Para compreender esta hipótese deve-se tomar como referência não a produção no sentido restrito dos economistas, – isto é, o processo da produção das coisas e seu consumo –, mas a reprodução das relações de produção. Nesta ampla acepção, o espaço da produção implicaria, portanto, e encerraria em seu seio a finalidade geral, a orientação comum a todas as atividades dentro da sociedade neocapitalista. (op. cit., p. 34 – tradução da autora)

O espaço da produção significa, portanto, uma espécie de esquema em um sentido dinâmico comum às atividades diversas, às diferentes formas de trabalho, à cotidianidade, às artes, aos espaços criados por arquitetos e urbanistas. Trata-se, portanto, de uma produção em sentido amplo, ou seja, produto das relações sociais e reprodução de determinadas relações.

A totalidade do espaço se converte no *locus* da reprodução das relações sociais, incluindo o espaço urbano, os espaços de ócio e os espaços da cotidianidade. Nesse

decorrência dos debates entre geógrafos marxistas e não marxistas, ressurge o espaço como conceito-chave da geografia.

sentido, a presente pesquisa busca analisar as relações sociais vividas e percebidas no âmbito do espaço urbano usufruído pelos sujeitos da sociedade rio-grandina da *Belle Époque*.

Cabe destacar que, embora existam diferentes métodos e enfoques de abordagem do espaço em diferentes níveis de reflexão e delimitação da realidade objetiva, esta investigação considera como aporte documental da pesquisa, entre outras fontes, a percepção de indivíduos sobre o cotidiano e o urbano do Rio Grande. Corrobora nossa proposta a afirmação de Lefèbvre: “não é impossível estudar o espaço percebido, a saber, o da percepção correspondente à escala do indivíduo e de seu grupo, a família e adjacentes, incluindo um dito espaço denominado entorno” (1976, p. 23). Ademais, o método para abordar problemáticas atinentes ao espaço não consiste num método formal, lógico ou logístico, mas antes, pode ser um método dialético que analise as contradições do espaço dentro das sociedades e das práticas sociais.

A estrutura deste estudo está orientada no sentido de responder à problemática da pesquisa. Para tanto, inicialmente, apresentamos algumas considerações sobre o projeto de inovações urbanas do barão Georges-Eugène Haussmann, com o objetivo de apoiar as nossas reflexões acerca da presença da cultura francesa na produção do espaço urbano do município do Rio Grande. Assim, reportamo-nos à Paris do século XIX, com vistas a compreender o programa de modernidade urbana implementado por Haussmann nas décadas de 1850 e 1860, que influenciou inúmeras cidades do mundo.

Para o filósofo Baudrillard (1993), a palavra “modernidade” surgiu em torno de 1850, quando a sociedade passou a se pensar como tal. Foi determinante, para isso, a instalação da civilização do trabalho e do progresso. A modernidade representou um período de profundas mudanças decorrentes da passagem para esta civilização alicerçada no consumo e no lazer. No entanto, se a modernidade, enquanto modo de civilização ocidental, existe desde o século XVI, foi somente a partir do XIX que se concretizou plenamente, sob a crença na modernização do espaço urbano, compreendida como via de acesso para o desenvolvimento pleno.⁴

Marshall Berman define por modernidade o conjunto de experiências de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida, compartilhada

⁴Os termos moderno, modernismo e modernização serão retomados, posteriormente, no capítulo “O cotidiano e o urbano: formas de análise da realidade social através do diário e do álbum de família do Sr. Ruffier”.

por homens e mulheres em todo o mundo. Para o filósofo, ser moderno é

encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar” (1982, p. 15).

Desse modo, apresentamos um panorama histórico sobre como a sociedade rio-grandina se inseriu na dinâmica do mercado econômico mundial entre os séculos XIX e XX. Nesse sentido, analisamos as repercussões do progresso do Rio Grande na produção do espaço urbano, de modo a refletir sobre o modo como a sociedade vivenciou cotidianamente o referido período, apontando características da época.

E ainda, este estudo reflete as indagações a respeito da presença de inúmeros vestígios da cultura⁵ da França, e constata a tendência da cidade em assimilar e incorporar hábitos dessa cultura identificados nas vivências cotidianas e no seu espaço urbano. De modo correlato, analisamos a presença de imigrantes franceses no Brasil, no Rio Grande do Sul e, particularmente, no município do Rio Grande.

O contexto da cidade, também, permite observar uma vocação desse centro urbano para as atividades comerciais, e o modo como as classes dominantes determinaram os hábitos burgueses para o lazer. É interessante salientar que esses hábitos encontravam-se expressos na vida social efervescente da época, através do desfrute de saraus literários e musicais, clubes, associações, espetáculos itinerantes e cine-teatros.

Convém ressaltar que essa disposição não se restringia à sociedade rio-grandina, mas caracterizava uma tendência de europeização da sociedade e da cultura brasileiras. Ao analisar as sociabilidades dos anos 1900 no Rio Grande, observamos que esse cenário não era privilégio do município, mas revelador do modelo cultural das principais

⁵O termo cultural apresenta uma ampla abrangência conceitual, sobre a qual não nos interessa esgotar aqui. No entanto, encontramos nos legados de Walter Benjamin, que um ponto de vista fundamental para o entendimento da dinâmica cultural é o produtivo, ou seja, a cultura vista como um tipo muito especial de produção humana (BENJAMIN, 1985).

idades do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A *Belle Époque* impôs um novo modo de viver o cotidiano urbano, enraizado na Europa burguesa, particularmente em Paris. O cenário da *Belle Époque* encontrou, nas cidades, seu lugar mais expressivo, nas quais alguns espaços fizeram-se necessários para que os benefícios do progresso pudessem ser plenamente vivenciados pelos sujeitos de posição social privilegiada. Dispor de teatros, cinemas, confeitarias, entre outros espaços de vivência dos prazeres da vida, havia se tornado motivo de concorrência entre as cidades.

Conforme o historiador Hobsbawm, “de meados dos anos de 1890 à Grande Guerra, a orquestra econômica mundial tocou no tom maior da prosperidade [...]. A afluência, baseada no *boom* econômico, constituía o pano de fundo do que ainda é conhecido como *Belle Époque*” (2009, p. 73). Assim, a *Belle Époque* pode ser pensada como um processo de transformações e ajustamentos no cotidiano, bem como na autoimagem das cidades e de seus habitantes.

Para compreender a efervescência social e cultural do Rio Grande no final dos oitocentos, discorreremos sobre a expansão urbana ocorrida na cidade entre 1870 e 1930, diretamente influenciada pela instalação de complexos industriais no município, os quais modificaram o espaço urbano no entorno das fábricas, inclusive justificando a necessidade de ampliar o sistema viário e o fornecimento de serviços públicos e privados.

Para Lefèbvre, a entrada na sociedade urbana e as modalidades de urbanização dependem das características da sociedade no percurso da industrialização. Assim, o urbano é a abreviação de sociedade urbana e

define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele (2002, p. 28).

Destaco que este estudo está relacionado com a minha ascendência francesa. Desde a infância, convivi com relatos sobre o cotidiano daquela época, como o relato da atividade profissional do meu bisavô paterno, Sr. Jorge Ruffier, que em 1910 foi contratado pela *Cie. Française du Port de Rio Grande do Sul* para trabalhar na instalação dos bondes elétricos no município do Rio Grande. Acrescentem-se aos relatos as leituras

que realizei do diário⁶ escrito por ele, em que descrevia acontecimentos familiares e processos sociais ocorridos no Rio Grande nos primeiros anos do século XX, bem como os álbuns de família que reúnem desenhos, fotografias, cartões-postais e anotações manuscritas.

Nesse sentido, tomaremos como fonte de estudo o diário, intitulado “A família que Deus me deu”, e os álbuns de família em que o Sr. Jorge Ruffier, através da escrita e da fotografia, registrou sua história de vida. No diário constam indicações das fotografias que correspondem aos acontecimentos narrados, e junto às fotografias há anotações adicionais referentes às imagens. O tempo verbal em que os fatos são narrados é predominantemente o pretérito imperfeito, o que denota distanciamento temporal, entretanto há registros datados mais proximamente, ou até imediatamente aos fatos. Conforme Armando Silva (2008), há três elementos fundamentais na existência do álbum de família: um sujeito – a família; um objeto que torna possível mostrá-la visualmente - a fotografia; e uma maneira de arquivar essas imagens – o álbum de fotografias. Assim, quando a fotografia passa a compor o álbum de família, esta se transforma em rito. Tal processo começa com a produção do álbum – a seleção e disposição das fotos – e prossegue com a leitura e interpretação das imagens.

O Sr. Jorge Ruffier nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1885, filho de mãe belga e pai francês. Registrado no consulado francês daquela cidade, obteve o *status* de cidadão francês, e antes de completar um ano de idade, mudou-se com os pais, indo morar em Bruxelas, na Bélgica. Quando tinha cinco anos, a família Ruffier mudou-se novamente, indo morar nos arredores de Paris. Quando completou sete anos, seus pais o colocaram no internato Institut Saint-Berthuin, em Malonne, na Bélgica. Em 1900, ainda na Bélgica, mas desta vez em Bruxelas, seu pai o matriculou em uma escola municipal, onde adquiriu as noções necessárias para desempenhar a profissão de mecânico-eletricista, profissão esta que mais tarde o trouxe para o Rio Grande. Em maio de 1903, embarcou em uma viagem de mudança para o Brasil, juntamente com sua mãe e seus irmãos. No Rio de Janeiro, desempenhou diversos ofícios, até que, em 1910, foi contratado para prestar serviços à *Cie. Française du Port de Rio Grande do Sul*.

Neste estudo, não nos limitaremos à análise das imagens e dos escritos do diário,

⁶ Evaldo Cabral de Mello se dedica ao estudo de diários pessoais. Segundo o autor, era uma prática frequente, principalmente entre a elite, manter os chamados de “livros de assento”, ou seja, pequenos cadernos em que o chefe da família anotava os principais acontecimentos da história doméstica.

mas também os utilizaremos para refletir acerca da crítica da vida cotidiana. Nesse sentido, propomos um procedimento metodológico no qual partimos de realidades concretas, de seres humanos reais, ou seja, com referência no método lefèbvriano, partimos do vivido, das experiências cotidianas e as tornamos essência das reflexões teóricas. A abordagem do cotidiano, nesta pesquisa, busca alargar as possibilidades de compreensão deste modo de vida, de seus sentidos e de suas significações enquanto experiência social vivida por um determinado grupo de sujeitos – os cidadãos que residiam no Rio Grande do período *Belle Époque*.

Por conseguinte, analisamos o cotidiano por meio das dimensões em que este ocorre. A esse respeito, reportamo-nos a Lefèvre (1958, p. 39), segundo o qual as três dimensões da cotidianidade são o trabalho, a família e o lazer, as quais têm uma relação dialética que compõe uma unidade. Assim, utilizaremos o diário pessoal e o álbum de família do Sr. Jorge Ruffier para melhor compreender como ocorria a vida cotidiana no Rio Grande, no período em questão.

2 O urbano redesenhado na modernidade

2.1 A Paris de Haussmann

Com o objetivo de melhor compreender o projeto de aperfeiçoamentos urbanos que determinaram o modelo que inspirou grande parte das cidades atuais, faz-se necessário reportarmo-nos à França do século XIX, e à Paris que Napoleão III e o barão Georges-Eugène Haussmann redesenharam no decorrer das décadas de 1850 e 1860, que legou às gerações subseqüentes um modelo de modernidade tão desejado pelas cidades.

O Segundo Império inaugurado por Napoleão III, em 1852, recolocou Paris, novamente, no centro de seus projetos, no entanto não mais se tratava de uma Paris da modernidade revolucionária, mas de uma cidade da transformação urbana e dos novos modos de vida cotidiana. O retorno de um Bonaparte ao poder, no ano de 1848, implicou uma repetição em grande escala de operações que Napoleão I já havia planejado para a capital do seu Império Europeu.

Ainda na condição de Presidente da República, Luís Bonaparte, que posteriormente se tornara o Imperador Napoleão III, idealizava a revitalização da capital francesa. A esse respeito, Jones afirma que, “ao chegar na Gare du Nord em 1848, ele trazia enrolado embaixo do braço um mapa com os futuros bulevares desenhados a lápis de cor” (2010, p. 323).

O período até a queda do Segundo Império, em 1870, e o surgimento da Terceira República (1870-1940) foram marcados pelo mais extenso e ambicioso programa de renovação urbana da história do Ocidente, que resultou na Paris ícone da modernidade, com novos limites, configuração e identidade. No entanto, a inovação do Segundo Império não se justificou somente por construir ao lado e fora do velho centro, mas por situar a renovação no centro da cidade.

Procede destacar que, embora reconheçamos a influência de Napoleão III sobre seu projeto de renovação, cumpre reconhecer o mérito das atividades exercidas pelo

barão Haussmann, nomeado chefe do Departamento do Sena por Napoleão III, em junho de 1853, o qual esteve no cargo até poucos meses antes da queda de Napoleão. A perda de importantes documentos impossibilitou a análise daquilo que definiria a responsabilidade de cada um. No entanto, conforme Jones,

na época, os contemporâneos creditaram mais méritos a Haussmann, em parte porque achavam difícil de imaginar que um homem como Napoleão pudesse ter influência profunda numa cidade que ele parecia conhecer tão pouco. Antes de 1848, ele nunca residira em Paris, exceto quando bebê ou na condição de turista passageiro; já imperador, em certas ocasiões se perdia mesmo numa simples caminhada (2010, p. 326).

Outro fato que pode ter determinado a influência de Haussmann é ter passado sua infância na capital, antes de ter se mudado para o leste da França, além do que seu nome persistiu, enquanto o nome de Bonaparte foi amaldiçoado no decorrer da Terceira República. De acordo com Jones, para Haussmann e Napoleão III, “a cidade moderna era um organismo que precisava ser analisado de acordo com um exame estritamente utilitário das funções urbanas” (2010, p. 326). Ademais, o autor acrescenta que eles

consideravam-se clínicos urbanistas cuja tarefa era assegurar a nutrição de Paris, regular e agilizar a circulação nas artérias (isto é, nas ruas), fortalecer seus pulmões de modo a deixá-la respirar (em especial, por meio de espaços verdes) e garantir que os resíduos fossem higiênicos e eficientemente utilizados (id., ibid.).

Ainda, outra marca do programa de Haussmann foi a expansão territorial de Paris, o que significou a adição da área integral de onze comunas, mais treze pedaços de outras comunas, fazendo com que, de um dia para outro, a superfície de Paris dobrasse, e sua população aumentasse em cerca de 50%. Outro importante aspecto do programa de remodelação urbana foi o novo e integrado sistema de vias amplas e retas que ultrapassou o antigo tecido, chamado de *Le Vieux Paris*.

Acrescente-se a isso a priorização da circulação, a harmonização entre os monumentos e os meios de transporte, a ampliação dos espaços verdes e a articulação de uma infraestrutura capaz de comportar uma região mais ampla e densamente ocupada.

As intervenções urbanas de Haussmann revelavam uma espécie de autoritarismo, a ponto de ele mesmo se denominar “artista da demolição”, pois, para ele, “era mais fácil cortar a torta ao meio do que romper a sua crosta” (JONES, op. cit., p. 329).

Assim, Haussmann desenvolveu um tipo de receita urbana singular ao abordar a extensão da Rue de Rivoli, que resultou em ruas amplas, com o objetivo de promover maior circulação e mais ar e luz; o nivelamento das saliências arquitetônicas; praças amplas e livres, seguido de impiedosa demolição de tudo o que estivesse no caminho. O objetivo de Haussmann era estabelecer uma estrutura de circulação que se adequasse perfeitamente ao novo plano das ruas de Paris e combinasse com os sistemas viários, principalmente, com os ferroviários nacionais.

Após inúmeras remodelações da cidade, Haussmann implementou seu plano de adequar o fluxo de trânsito, com a perspectiva visual de monumentos importantes, visíveis nas vias radiais que circundavam os terminais ferroviários. Desse modo, a vontade de que todo bulevar tivesse vistas a um monumento se tornou um exagero ou um fetiche. Tal obsessão, muitas vezes de ordem geométrica, pode ser exemplificada na transferência do obelisco da *Place du Châtelet* para um lugar a cerca de vinte metros de onde se encontrava, apenas para ficar no ponto central da praça remodelada.

Haussmann criou uma ampla variedade de mercados nos bairros de Paris, com uma arquitetura baseada em ferro, popularizada por Baltard em 1868. Outra preocupação que acompanhou o programa de Haussmann foi o manejo dos resíduos, confirmado na construção de um gigantesco sistema subterrâneo de esgotos, equilibradamente interconectado com o traçado das ruas, o qual garantia a remoção eficiente dos dejetos. Para isso, Haussmann dobrou a quilometragem das ruas parisienses e quintuplicou o comprimento dos esgotos.

Vale destacar que, embora esses projetos fossem realizações de grande importância, as áreas beneficiadas restringiam-se àquelas onde os sujeitos de maior poder aquisitivo residiam. Por efeito, a capital se transformou em duas cidades, uma rica e a outra pobre, esta circundando a mais abastada.

Para melhor compreensão da intensidade das reformas urbanas propostas por Haussmann na Paris do século XIX, tomamos como parâmetro as cerca de 350 mil pessoas obrigadas a mudar de endereço para que os projetos fossem executados.

Pelo exposto, é inegável o reconhecimento do modelo de Haussmann não apenas nas cidades francesas provincianas, mas também em outros países pelo mundo afora. Tal fato estabeleceu Paris como o paradigma do planejamento dos espaços urbanos modernos, no entanto foi essa mesma Paris que manteve divididas as interpretações e as

opiniões sobre a modernidade vivida cotidianamente.

Assim, o debate sobre os significados da cidade bem como sobre a natureza da modernidade era a tônica do momento. A virada do século se aproximava e o futuro de Paris era incerto, mesmo que os parisienses demonstrassem contentamento e prazer sem precedentes. A geração posterior à Primeira Guerra Mundial, que relacionara a esse mesmo período *Belle Époque*, compartilhava dessa opinião. Por outro lado, inúmeras pessoas ressaltavam suas tensões e aspectos sombrios acerca das transformações em curso.

Ao analisarmos o contexto histórico da Paris do século XIX e as repercussões dos projetos haussmannianos, cabe mencionar as exposições internacionais de 1889 e 1900, localizadas no Champ de Mars, as quais cumpriram a função de destacar Paris como a “Cidade Luz” – ambas tiveram iluminação elétrica e obtiveram pleno êxito. A Exposição Universal, de 1889, trouxe a Paris trinta e dois milhões de visitantes, ou seja, o dobro do que em 1878. Já em 1900, a mostra internacional colocou em circulação cinquenta e um milhões de visitantes, sendo assim considerada, à época, a de maior público no mundo. Podemos entender as exposições universais dos anos 1889 e 1900 como indicadoras da tendência que determinou os preceitos de uma nova época no mundo. A Exposição de 1900 possuía a temática “Paris, capital do mundo civilizado”. Assim, Paris revelou sua personalidade espetacular, neste período, de dois gumes: *Fin-de-Siècle* e *Belle Époque* (JONES, 2010, p. 368).

O Sr. Ruffier ganhou de seu pai uma viagem a Paris no ano de 1900, e fez o seguinte registro no seu diário:

Havia neste ano grande afluência de estrangeiros na capital francesa, para visitarem a grande exposição internacional. [...] A exposição de Paris foi para mim um espetáculo deslumbrante. Pude ali ver o que havia de mais moderno na técnica. (não paginado)

As exposições buscaram solucionar questões políticas datadas da Terceira República, além de revelar a melhor identidade de uma França unificada em torno das noções de progresso e modernidade. No entanto, na retaguarda desses objetivos internacionais e universais, ainda permaneciam debates sobre o devir do regime, a natureza da modernidade e o caráter da cidade de Paris.

A Exposição de 1900 afastou-se de uma tendência pedagógica, caracterizada por Jones como “espalhafatosa e cerebral e da obsessão por ciência útil”, para investir nos “prazeres dos sentidos e encorajar os visitantes a pensarem mais como consumidores e menos como cidadãos”. Desse modo, o estilo feminizado e decorativo que caracterizou a Exposição, de certa maneira, foi a substância que tornou Paris “tão especial, tão radiante, tão atualizada e tão moderna” (2010, p. 378).

Pode-se dizer que Paris tornou-se reconhecida como lar da boa vida moderna, a partir de um consumismo que usufruía de tecidos brilhantes, alta costura – incluindo roupas prontas –, papéis de decoração de paredes em diferentes estampas, indumentárias que potencializavam o conforto doméstico, a exemplo de lâmpadas e máquinas de costura, além de câmeras e bicicletas. Consideramos que a referida exposição foi uma espécie de apologia ao lazer e ao prazer, ao efêmero e às coisas da moda, no entanto não podemos afirmar que houve maior inclinação à arte do que à ciência.

Sob a influência do que acontecia na França, particularmente em Paris, neste período, a partir do ano de 1880, inúmeras cidades da América Latina vivenciaram um conjunto de transformações nas suas dimensões culturais, urbanas e econômicas. Desse modo, particularizamos a pesquisa no Rio Grande, a fim de compreender o que motivou o município a vivenciar um período de pujança econômica e cultural e de ajustes no modo de vida cotidiano dos seus habitantes.

2.2 América Latina: transformações das cidades e do urbano

A partir de 1880, diversas cidades situadas na América Latina passaram por um processo de mudanças, tanto na estrutura social quanto na fisionomia. No início do século XX, as cidades latino-americanas possuíam “um ar de irreprimível e ilimitada aventura” (ROMERO, 2009, p. 283).

A mudança estava vinculada aos grandes centros urbanos e à transformação da estrutura econômica que repercutiu sobre as capitais, as cidades portuárias e, ainda, sobre as cidades que concentravam a produção de certos bens de demanda mundial. Nesse caso, permitimo-nos aproximar essa afirmação do município do Rio Grande.

A concentração de uma população crescente e variada, em diversas cidades da América Latina, foi estimulada pela preferência do mercado mundial por países produtores de matéria-prima e demandantes de produtos manufaturados. Assim, novas frentes de trabalho foram geradas, o que desencadeou novas formas de vida, acelerando o desejo de apagar o passado colonial e de instaurar um modo de viver moderno e urbano.

Com intuito de corroborar a afirmação acima, citamos Romero quando afirma que, em todos os países industrializados, houve o consentimento das classes dirigentes, que viram, nos países da América Latina, os símbolos do progresso. Porém, para o autor,

a rede era tecida nos grandes centros econômicos do exterior, e ali era definido o papel de cada um dos setores desta periferia que o mundo industrializado organizava. Tal ação indireta foi notada na promoção de certos tipos de produtos: nas áreas rurais da América Latina estimulou-se o trabalho com um critério empresarial, para que um país produzisse mais café, outro, mais cana de açúcar, outro, mais metais, outro mais cereais, lã, carne para consumo, outro mais borracha, ou outro mais salitre. As empresas eram quase sempre de capital estrangeiro, e estrangeiros foram os seus gerentes, os seus engenheiros, os seus administradores e, às vezes, até os seus capatazes. A mão-de-obra, em compensação, era nacional; e nacional foi também todo o pequeno universo de intermediários que a produção e a sua comercialização geraram (2009, p. 284-285).

Outro acontecimento social marcante foi a tendência à união de famílias tradicionais a grupos heterogêneos considerados ambiciosos, e esse contato também colaborou para a renovação dos hábitos cotidianos, fazendo crescer a imitação das formas de vida das cidades europeias.

O impacto, na América Latina, do estreitamento dos vínculos com os grandes países industrializados fez com que algumas cidades prosperassem aceleradamente. As negociações de importação e exportação e as operações financeiras aumentaram o movimento em cidades que detinham o comércio e os investimentos. Essa prosperidade era tumultuada, e as cidades passavam a ter um perfil peculiar. A sociedade percebia as influências estrangeiras, porém “era original o processo social e cultural que se desenvolvia nestas cidades. Metrôpoles de imitação à primeira vista, cada uma delas escondia uma matiz singular que se manifestaria pouco a pouco” (ROMERO, 2009, p. 286).

Por certo, as riquezas entravam e saíam pelos portos, que, na segunda metade do século XIX, haviam crescido. Alguns se tornaram fortes empórios comerciais, reunindo uma burguesia mercantil de recursos consolidados, a exemplo do porto do Rio Grande.

Assim, o perfil das cidades portuárias, que se viram fortalecidas pela intensa atividade comercial, se modificou devido à predominância da burguesia portuária e das atividades subsidiárias que a vida do porto estimulava. A imigração estrangeira associada a contingentes de indígenas, mestiços e negros deu às sociedades portuárias

um estranho aspecto heterogêneo, e às suas formas de vida, um enquadramento inusual que ressaltava suas diferenças com relação às que eram tradicionais nas cidades patricias. Os portos foram os centros de ativação comercial, mas os grupos tradicionais viram neles apenas agentes da dissociação do caráter nacional, e certos grupos acentuaram o seu conservadorismo pensando que o preço que teriam que pagar pela prosperidade era alto demais (ROMERO, 2009, p. 290).

As antigas sociedades que se encontravam incluídas no plano do sistema tradicional das relações sociais passaram a se modificar. Onde havia um local preestabelecido para cada um, apareceu um aspirante a cada lugar. Incorporou-se à harmônica sociedade tradicional a presença de cidadãos “recém-chegados com vocação para a aventura” (op. cit., p. 295).

Nas capitais e nas cidades portuárias da América Latina, as circunstâncias passaram a minar a estrutura e o poder do patriciado, mesmo quando este possuía força e se encontrava bem organizado. Os cidadãos mostravam-se mais cosmopolitas e menos preconceituosos. Havia inúmeros migrantes oriundos de diversos países, “algumas vezes com poder e outras em busca dele, algumas vezes com fortuna e outras vezes para procurá-la. E era nestas cidades onde os grupos estrangeiros, influentes e prestigiados, adquiriram mais importância” (ROMERO, op. cit., p. 296). A conjuntura de diversos e diferentes grupos deixava vulnerável a posição do patriciado e beneficiava a entrada de novas atitudes na antiga classe que comprometeriam a sua situação.

As sociedades que se renovavam demandavam uma transformação do seu ambiente físico. Dessa forma, diversas cidades da América Latina, a partir das últimas décadas do século XIX, renovaram a sua fisionomia. O crescimento populacional impulsionou a ocupação de novas áreas, tanto para que fossem estabelecidas novas moradias, quanto para o desenvolvimento industrial, de modo semelhante ao que ocorreu no Rio Grande, processo que analisaremos posteriormente.

Conforme afirma Romero, “era um crescimento natural, consolidado em pouco tempo com a prestação de determinados serviços que melhoravam a condição dos que avançavam na expansão urbana: a água e os transportes, as obras de drenagem, a

iluminação pública” (2009, p. 310). Destacamos que a concepção de remodelação urbana de Haussmann exerceu forte influência sobre as novas sociedades latino-americanas.

Nesse sentido, no ano de 1880, o primeiro intendente de Buenos Aires, Marcelo Torcuato de Alvear, realizou obras na cidade, seguindo o exemplo de reurbanização de Haussmann e optando por demolições. A cidade de Montevideu, no ano de 1887, adotou o plano de remodelação urbana do arquiteto Norberto Maillart, explicitamente baseado na concepção haussmanniana. No Brasil, na cidade de São Paulo, Antônio Prado e Raimundo Duprat trabalharam nas obras de reurbanização da cidade, a partir de 1898. Nessa mesma época, Rio Grande também passou por processos de remodelação e expansão, no entanto as dimensões das obras realizadas, nesse município, foram menores, porque o objetivo não era modificar o centro urbano antigo, mas organizar o espaço que começava a ser ocupado.

Os inúmeros edifícios que surgiam nas cidades, onde também se abriam novas avenidas, possuíam estilo clássico ou francês. Podemos citar como exemplo os prédios legislativos de Buenos Aires e Montevideu, o Palácio de Belas Artes do México, o Teatro Colón de Buenos Aires e o Municipal do Rio de Janeiro – que revelavam o gosto peculiar das burguesias citadinas e sua riqueza econômica.

Como podemos observar, nesse mesmo período, muitas cidades latino-americanas executaram obras de melhoria nas suas infraestruturas. Diversos portos passaram por obras de remodelação, construíram ou ampliaram as obras de contenção, os cais, os armazéns, os guindastes e as vias férreas. Para Romero,

a sociedade que se renovava acolhia de modo rápido todas as conquistas do progresso e apressava-se em modernizar as suas cidades, provendo-as de todos os avanços que, desde a época de Haussmann, imaginavam os urbanistas para resolver os problemas que a crescente concentração urbana criava (2009, p. 316).

No início do século XX, a população do Rio de Janeiro não excedia a um milhão de habitantes. Nesse contexto populacional, a maioria eram negros remanescentes dos escravos, ou mesmo ex-escravos libertos, bem como seus descendentes. Essa população era extremamente pobre e se concentrava em áreas próximas ao Porto, no centro da cidade, em casarões antigos, datados do início do século XIX. Devido à grande concentração populacional e à precariedade das condições de vida dos seus moradores, esses casarões haviam se degradado, e, na ausência de recursos de infraestrutura, esses indivíduos viviam em situação de promiscuidade, sendo considerados pelas

autoridades uma espécie de “ameaça à ordem, à segurança e à moralidade públicas” (SEVCENKO, 1998, p. 21).

De modo semelhante, para os governantes, eram consideradas graves as ameaças à saúde pública, devido à convivência adensada, haja vista a inexistência de condições sanitárias adequadas dentro das áreas centrais da cidade. No entanto, o Rio de Janeiro era o principal porto de exportação e importação do Brasil, e o terceiro em importância no continente americano, depois de Nova York e Buenos Aires. Acrescente-se a isso o fato de que, como capital da República, era, também, a vitrine do País. Justamente num período de crescente demanda por capitais, técnicos e imigrantes europeus, a cidade do Rio de Janeiro, mediante as condições anteriormente descritas, não expressava um atrativo para os estrangeiros.

Conforme Sevcenko, pelo contrário, era uma cidade acometida por uma série de endemias que assolavam e vitimavam sua população e eram ainda mais vorazes para com os estrangeiros, os quais não dispunham dos anticorpos desenvolvidos pela população local. O Rio de Janeiro apresentava focos de difteria, malária, tuberculose, lepra, febre amarela, entre outras. Por tudo isso, a cidade, desde o século XIX, era conhecida pela indesejável reputação de “túmulo do estrangeiro” (1998, p. 22).

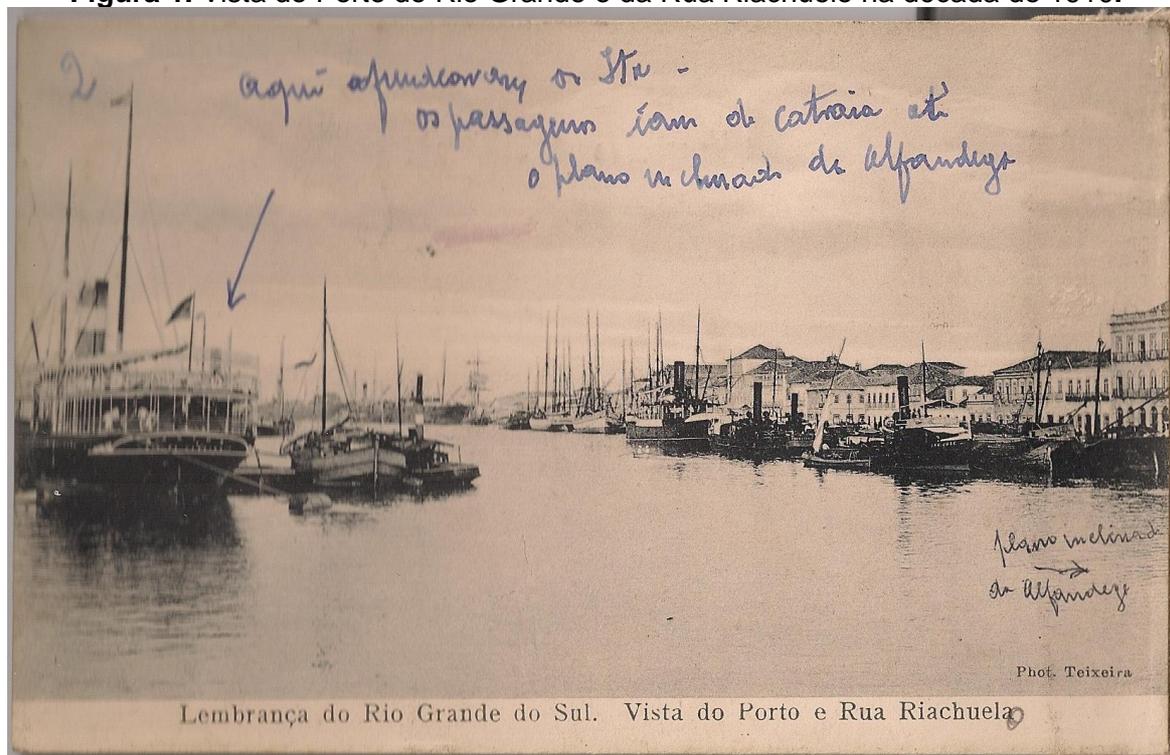
Ademais, havia o problema das instalações portuárias obsoletas, fato que complicava o crescente volume de transações comerciais, pois a baixa profundidade junto aos cais impedia que os grandes cargueiros, bem como os modernos transatlânticos, atracassem diretamente no porto, devendo permanecer ancorados à distância e transferir as mercadorias por meio de um complexo sistema de transbordo em embarcações menores, ou seja, um processo lento, precário e oneroso. E ao chegar ao continente, as mercadorias ainda tinham que atravessar toda a cidade para alcançar seu destino, por meio de linhas de trem que as remeteriam até outros pontos do território nacional. Constatamos que processo semelhante ocorria no Rio Grande, conforme vemos na Figura 1, com anotação do Sr. Ruffier: “aqui fundeavam os Ita – os passageiros iam de catraia até o plano inclinado da Alfândega”.

Transcrevemos, aqui, um registro que se assemelha à situação do Rio de Janeiro, de Auguste Saint-Hilaire, que esteve na então vila do Rio Grande, em 1820.

em São Pedro do Sul [Rio Grande] somente podem ancorar iates; entretanto, todas as embarcações que passam a barra podem aportar diante da aldeia do Norte [São José do Norte]. Mas é em São Pedro que

existe a Alfândega e é preciso conduzir para lá, por meio de iates, todas as mercadorias que são descarregadas em Norte, mesmo as destinadas ao comércio da aldeia (apud TORRES, 2004).

Figura 1. Vista do Porto do Rio Grande e da Rua Riachuelo na década de 1910.



Fonte: acervo pessoal, sem data.

A situação descrita por Saint-Hilaire mudou a partir de 1823, ao serem concluídas a dragagem do cais e a construção do Porto, permitindo que embarcações com mais de duzentas toneladas pudessem aportar na vila do Rio Grande. Segundo o viajante Arsène Isabelle, “essas obras foram construídas com parte da fortuna dos comerciantes da Vila” (apud QUEIROZ, 1987, p. 157).

Voltando ao Rio de Janeiro, cabe lembrar que a estrutura viária da cidade era, em grande parte, proveniente do período colonial, constituída de vielas tortuosas. Por consequência, as autoridades conceberam um plano de três dimensões, com o objetivo de solucionar todos esses problemas, a saber: executar simultaneamente a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana.

Para isso, o presidente Rodrigues Alves nomeou o engenheiro Lauro Müller para a reforma portuária, o médico sanitariano Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro urbanista Pereira Passos¹, que havia acompanhado a reforma urbana de Paris conduzida

¹ Francisco Pereira Passos foi chamado de “o Haussmann brasileiro” pelo barão do Rio Branco.

por Haussmann, para a reurbanização (SEVCENKO, 1998, p. 22-23). Um comentário do escritor Lima Barreto sintetiza o ímpeto, a escala e os objetivos da reforma urbana da seguinte forma: “de uma hora para outra a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia” (apud SEVCENKO, op. cit., p. 25).

Às elites que emergiam era imputado o dever de tirar o País do “atraso”, atribuído ao passado colonial, identificado na aparente confusão dos espaços urbanos, plenos de ruas populosas, imenso barulho, habitações lotadas e proliferação de epidemias. Cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre, Santos e São Paulo, que poderiam ser consideradas como elos nas relações do Brasil com o exterior, ao contrário, espantavam tanto os imigrantes desejosos por associarem-se às elites alicerçadas na economia de fazendas e usinas, quanto os possíveis investimentos internacionais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que se fazia necessário, como cita Sevcenko, “civilizar” o País, em outras palavras, inseri-lo num processo de modernização das capitais, dos produtos e das populações do hemisfério norte, pois as capitais da jovem república eram sinônimo de horror para aqueles que estivessem habituados com os padrões sanitários e arquitetônicos de capitais europeias, como Paris, Londres, Viena, São Petersburgo, bem como cidades como Nova York e Washington, e até mesmo as cidades secundárias dos países centrais.

Assim, as cidades imponentes do hemisfério norte, às quais era garantido um certo privilégio de concentração demográfica, industrial e simbólica, construídas com as fortunas burguesas, haviam sido submetidas a programas de reformas urbanas no decorrer do século XIX. Essas capitais europeias, mediante as pressões decorrentes das migrações rurais, a miséria causada pelos baixos salários e as más condições de higiene, seguiram, cada uma a seu modo, o grande modelo de “cirurgia material e social”, instituído pela capital de Napoleão III, no qual destacamos a figura de Haussmann, como gestor da Paris burguesa e monumental, que surgiu entre os anos de 1853 e 1870, atendendo às necessidades de aeração, circulação, lazer, monumentalidade e controle sociopolítico, normatizadas pelos discursos técnicos e pelos anseios das elites emergentes do Segundo Império francês.

Ao rasgar o tecido de continuidade das cidades, que remetia ao Antigo Regime, os grandes bulevares de Haussmann articulavam Paris a partir de um sistema viário que se estendia sobre toda a cidade, criando a funcionalidade de espaços públicos, ao mesmo

tempo em que controlavam os bairros onde viviam os parisienses pobres ou miseráveis, que representavam uma ameaça à segurança e ao esplendor da burguesia.

Cabe ressaltar que as casas e os edifícios residenciais foram os principais alvos da atenção de Haussmann, sendo que a privacidade das populações parisienses deveria sujeitar-se ao interesse “público”, característica definida por outras intenções “privadas” do aparelho institucional (SEVCENKO, 1998, p. 135). Várias capitais europeias antigas fizeram alusão à matriz parisiense, inclusive com intervenções de grande escala, a exemplo de Viena, Florença, Bruxelas, bem como cidades sul-americanas, como Buenos Aires.

As casas, de modo semelhante aos espaços públicos, foram submetidas a uma nova ordem, de características estáveis e atendendo às novas funções urbanas geridas pelo capitalismo industrial. Nesse caso, podemos sustentar que o privado passava a ser, portanto, controlado não apenas pelas vontades individuais, mas pela ordem imposta pelo Estado. Tal matriz de convivência urbana, acrescida dos processos de especialização espacial e divisão social, foi a essência dos procedimentos de controle das habitações e vizinhanças colocados em vigor nas capitais brasileiras desde o advento da República.

As estratégias de institucionalização de casas, ruas, bairros e, até mesmo, de algumas cidades do Brasil confrontavam-se com a tradição do tumulto e do desleixo e com os percalços da organização republicana em constituir suas principais células, ou seja, os cidadãos. Dentro desse contexto, o Rio de Janeiro foi a primeira grande cidade brasileira submetida a um vasto projeto de reformas após o início do período republicano, mencionado no exemplo “civilizador” da Paris haussmanniana.

Mesmo tendo o Rio de Janeiro a condição privilegiada de ser sede das três esferas do poder público, não foi o suficiente para assegurar o sucesso dos procedimentos fiscalizadores, somando-se, ainda, à incapacidade de dialogar com o fluxo contínuo de novos habitantes que chegavam à capital da República. Assim, casas de comércio dividiam suas paredes com habitações de luxo ou remediadas, outras vezes com cortiços ou casas de cômodos. Tudo era alinhado diretamente pelas ruas, mediado pelas inúmeras janelas e portas, além dos muros dos quintais.

Podemos concluir que as numerosas reformas e planos urbanísticos empreendidos na cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1903, resultantes da associação dos governos federal e municipal, buscavam a liberdade de ocupação dos espaços públicos e privados

das zonas centrais da capital. Além disso, pretendiam garantir a transformação social e cultural da cidade, com a intenção de constituir um cenário digno e atraente aos fluxos do capitalismo internacional, tão reprimido pelas condições precárias da capital, quanto desejado pelas elites locais.

Por outro lado, o discurso sanitário e higiênico confirmava o objetivo de livrar a cidade dos seus convívios “patológicos” – conforme mencionado anteriormente – numa espécie de medicina urbana que expulsasse aqueles que não se adequavam aos pressupostos dos modelos burgueses da Europa e dos Estados Unidos.

No Rio Grande do Sul, diz Sevcenko,

repetiam-se [...] as mesmas intenções praticadas no Rio de Janeiro, visando enquadrar a capital gaúcha no padrão de controle necessário às cidades portuárias integradas nas redes capitalistas, aptas para receber os fluxos internacionais, tornando-a digna da projeção econômica de celeiro e centro do charqueado brasileiro (1998, p. 164).

Nesse contexto de *Belle Époque* no Rio Grande do Sul, Porto Alegre viu sua paisagem transformada ao receber grandes edifícios públicos, nos primeiros vinte anos do século XX, sem que tivesse havido tempo para uma intervenção drástica na malha urbana, bem como na geografia das habitações e setores sociais. Os edifícios administrativos foram, por excelência, a marca das intervenções oficiais na cidade. Mas o Plano Geral de Melhoramentos, criado em 1914 pelo engenheiro João Moreira Maciel, ficou somente na planta.

O projeto de ajardinamento, retificação de ruas e abertura de avenidas, evidentemente inspirado no modelo das reformas de Paris e, por conseguinte, do Rio de Janeiro, foi implementado apenas ao longo da década de 1920 e, mesmo assim, parcialmente. Podemos citar, aqui, a Avenida Júlio de Castilhos como a maior obra realizada no período, correndo paralela à linha central de retificação do cais do Guaíba.

Podemos afirmar que a euforia da elite, vivida em diferentes regiões da *Belle Époque* brasileira, guardou similitudes a partir da implementação das reformas urbanas, a partir das quais os velhos centros sofreram uma série de intervenções que resultaram na remodelação e ampliação dos portos, bem como em procedimentos de higienização e saneamento das cidades, além da abertura de avenidas, praças e jardins. Tais “melhoramentos” também implicavam extinguir os indícios que destoavam do projeto de transformar as cidades e, particularmente, a capital da República numa “Europa possível”.

Por consequência, o repúdio aos hábitos e costumes associados à velha sociedade imperial, bem como às tradições populares deu lugar a um novo modelo de sociabilidade burguês, emoldurado num cenário assim descrito por Sevcenko:

no burburinho das ruas, homens trajando paletós de casimira clara e usando chapéu de palha, acompanhados de senhoras finamente vestidas com toaletes de nítida inspiração parisiense, desfrutavam os tempos eufóricos da *Belle Époque*. Deslumbravam-se diante do novo aparato que incluía equipamentos e objetos de consumo identificados com as marcas do progresso e da modernidade. Telefones, automóveis, elevadores, cinematógrafos, fonógrafos, bondes, iluminação elétrica, vacinas, logo se converteram em motivo de regozijo e até mesmo de reverência solene (1998, p. 440).

Essa tendência eufórica do progresso, confirmada nas inúmeras remodelações da urbanização, do crescimento econômico, da industrialização e do fluxo de imigrantes estrangeiros, foi determinante na reconfiguração do padrão cultural de determinadas cidades brasileiras, incluindo o município do Rio Grande.

3 O urbano na *Belle Époque* do Rio Grande

Neste capítulo, analisaremos a expansão urbana do Rio Grande no final do século XIX e início do século XX, influenciada, diretamente, pelo estabelecimento de complexos industriais na cidade. Para tanto, nos fundamentamos em Lefèbvre, que afirma “o urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma” (1986, p. 159), enquanto a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” (2002, p. 65) ou “a projeção da sociedade sobre um local” (2001, p. 56). Porém, nessas definições aparentemente simples sobre o urbano e a cidade, há uma complexidade de ideias, as quais buscaremos desenvolver e relacionar ao nosso objeto de investigação.

O urbano é um fenômeno que se impõe, em escala mundial, a partir do duplo processo de implosão-explosão das cidades, portanto é, ao mesmo tempo, um conceito, uma temática e, devido às possibilidades de articulação teórica e prática do urbano, também é uma problemática. E como tal, será abordado na presente pesquisa.

Percebemos que a cidade se tornou um lugar da reprodução social, e é espaço urbano que ocorre essa mundialidade. No âmbito desta pesquisa, buscaremos demonstrar como tal fenômeno de transformações sociais ocorreu na sociedade rio-grandina do início do século XX. Para tanto, averiguaremos qual era o contexto social e econômico do Rio Grande anteriormente e durante o período da *Belle Époque* brasileira, o que levou os rio-grandinos a incorporarem ao seu cotidiano o conforto material e as características culturais desse período, como o Rio Grande se inseriu na dinâmica do mercado mundial e como vivenciou o período *Belle Époque* no Extremo Sul do país.

Assim, faz-se necessário nos reportarmos à história do município do Rio Grande e do Porto desta cidade. No ano de 1804, marco da instalação da alfândega, Rio Grande passou a ser o principal lugar de escoamento dos produtos da região para outras localidades do País e do exterior. Dessa forma, o município, no início dos anos 1800, passou a destacar-se como o maior mercado do Sul do Brasil. Com as melhorias do Porto, aumentou a frequência de navios e, de igual forma, as arrecadações da alfândega.

O comércio pelo Porto do Rio Grande era uma consequência do crescimento econômico e respondia à demanda dos novos núcleos urbanos na região Sul do Rio Grande do Sul. O Porto tornou-se a essência do dinamismo, empreendedorismo e crescimento do município. Assim,

Rio Grande acabou incorporando um cosmopolitismo característico de cidades portuárias, mas improvável, tratando-se de uma cidade no extremo sul do Brasil e os interesses mercantilistas que moviam a colonização portuguesa no país. Essa abertura da economia regional com acréscimos nas importações e exportações será dada pelo enriquecimento propiciado pela produção do charque nas terras rio-grandenses (MARTINS, 2006, p. 73).

Nesse mesmo período, o Brasil havia se tornado um grande comprador de produtos industrializados europeus – artigos como louças, porcelanas, cristais, vidros, móveis, artefatos de luxo, entre outros. Por conseguinte, no Rio Grande, encontravam-se estabelecidos os grandes negociantes e seus agentes comerciais.

Um dos fatores que colaborou para a consolidação do comércio, no Rio Grande, foi a conclusão das obras de dragagem do cais e de construção do Porto Velho no ano de 1823, permitindo que navios, com mais de duzentas toneladas, atracassem no Rio Grande, tornando as trocas locais mais dinâmicas. A proximidade entre o Porto Velho – junto ao aterro da Rua Nova das Flores (atual Riachuelo), paralela à Rua da Praia (atual Marechal Floriano) –, e as casas importadoras e exportadoras favorecia as atividades comerciais. Muitas dessas casas tinham a parte residencial no segundo andar, e algumas ainda dispunham de uma torre, de onde o proprietário podia avistar os navios ainda fora da barra.

Pode-se observar o elevado espírito de associação entre os comerciantes locais, bem como a dimensão de seu poder econômico, quando se tem conhecimento de que as obras de modernização do Porto Velho foram financiadas por meio de subscrição entre eles. Portanto, o desenvolvimento da vila do Rio Grande proveio do interesse e da ação de seus comerciantes, que, conforme Queiroz, “diante de seus problemas mais graves, [substituíam] a inércia a que a Câmara local se via obrigada em razão de contar com rendimentos que não garantiam a sua própria manutenção” (1987, p. 156).

No ano de 1844, foi fundada a Praça de Comércio da Cidade do Rio Grande - associação pioneira no Rio Grande do Sul. Esta participou ativamente do melhoramento da barra e, a partir de 1850, através do Código Comercial, ficou responsável por

determinar, além do câmbio, o preço corrente de mercadorias e de transportes marítimos e terrestres. Afora essa função, a Associação Comercial do Rio Grande atuava sobre os setores públicos, favorecendo as benfeitorias na navegabilidade do canal da barra do Rio Grande.

Em 1834, o viajante francês Louis-Frédéric Arsène Isabelle constatou o dinamismo da iniciativa privada ao observar que os comerciantes rio-grandinos empregavam “grande parte de suas fortunas em empresas de utilidade pública, tentando atrair o comércio estrangeiro” (ISABELLE, 1983, p. 77-78). Rio Grande, no ano de 1835, conquistou o título de cidade, fato que não pode ser dissociado dos investimentos financeiros bem-sucedidos da iniciativa privada.

Léfèbvre diz que “a troca e o comércio, indispensáveis à sobrevivência como à vida, suscitam a riqueza, o movimento” (2004, p. 22). No Rio Grande, confirma-se que os comerciantes tornaram-se a classe hegemônica. A consolidação da atividade comercial e, com efeito, a morfologia da arquitetura das cidades deram lugar ao encontro de pessoas dedicadas a exercer as trocas.

Com a consolidação dos comerciantes como burguesia comercial, cresce o acúmulo de riquezas e inicia-se a preparação ao processo social de industrialização, o qual provocou profundas mudanças sobre a prática social e a cidade, decorrentes da descontinuidade histórica que se instalara por sobre a cidade comercial.

No contexto em que vivia e com a intenção de substituir o antigo patriciado, a classe burguesa organizou-se para vivenciar o novo modo de vida cotidiana. As demandas do mercado internacional aumentaram, fazendo com que os negócios multiplicassem, assim, aqueles que controlavam esse mercado criaram novas exigências, tornando fundamental satisfazê-las. Para isso, os sistemas de produção foram adequados à nova demanda, sendo necessário criar ou aperfeiçoar a infraestrutura.

Assim, observou Gilberto Freyre:

depois de 1808 e, principalmente, de 1835 a 1850, melhoramentos ou inovações notáveis de técnica sanitária e de transporte, de iluminação e de arborização de ruas foram aparecendo na cidade do Rio de Janeiro, na do Recife, na de São Paulo e até em Rio Grande, em Pelotas, em Porto Alegre, em Belém (1977, p. 546).

Em 1832, as ruas do centro histórico do Rio Grande eram iluminadas por grandes candeeiros a óleo de peixe e, posteriormente, a querosene. No ano de 1874, a

Companhia Rio-Grandense de Iluminação passou a oferecer para a cidade iluminação a gás e, em 1908, esse serviço passou a ser prestado pelo Gasômetro Municipal. Em 1915, as ruas centrais já desfrutavam de energia elétrica. Conforme Bittencourt, “os benefícios da iluminação pública repercutiam em todos os setores da sociedade, tornando-se um dos agentes de dinamização do setor dos divertimentos coletivos e da vida noturna” (2007, p. 59).

A elite rio-grandina, a partir de 1850, foi beneficiada pelo comércio atacadista marítimo de importação e exportação, trazendo magnitude ao município. Parte das expectativas dessa elite foram contempladas com o advento dos símbolos de civilização e progresso na cidade. O comércio marítimo é anterior ao período *Belle Époque*, porém é relevante para entendermos os aspectos identitários dos sujeitos que se consolidaram no município.

Assim, o comércio e a cidade apresentam uma relação simbiótica, são causa e efeito da mesma centralidade, a saber: fluxo de pessoas, mercadorias, ideias e mensagens. Por conseguinte, conforme Vargas (2001), o comércio participa, interfere e interage nas cidades, modelando os costumes, o dinamismo e a grandeza destas.

Como consequência da força comercial que Rio Grande adquiriu, no final do século XIX, instalaram-se os primeiros complexos industriais no município, o que gerou a modificação da estrutura urbana no entorno das fábricas. Assim, foi necessária a ampliação do sistema viário e do fornecimento de serviços públicos e privados. Ocuparam-se áreas consideradas como propriedades fundiárias, e os operários passaram a morar próximo a seus locais de trabalho. Conforme Martins,

podemos considerar que estas derivações espaciais podem ser apontadas tanto no que se refere à expansão urbana propriamente dita, como incorporações de áreas anteriormente agrícolas ou por acréscimos conquistados por meio de aterros, cujos primeiros registros datam do século XIX (2006, p. 100).

Até o final do século XIX, a indústria, no Brasil, possuía características de desarticulação e isolamento, devido, principalmente, à escassez de comunicação terrestre. A ligação entre os povoamentos ocorria, principalmente, por meio das embarcações e, sobretudo, através de cidades portuárias. Por isso, esse período da economia industrial nacional foi denominado de industrialização dispersa.

De modo geral, a indústria, em seus primórdios, prescindia da cidade, pois suas

necessidades de fontes de energia e matérias-primas localizavam-se, com frequência, fora da cidade. Porém, a indústria se aproximou da cidade em decorrência da demanda por mão de obra, capital e mercado. Esse movimento em direção à cidade provocou transformações em sua morfologia. Inicialmente, a industrialização negou a centralidade nas cidades, fenômeno que Lefèbvre (2002) identificou como “implosão”, porque o conteúdo político e comercial perdeu sua potência social.

Posteriormente, ocorreu a “explosão” das cidades ou projeção de fragmentos da malha urbana. Do processo implosão-explosão, uma anticidade foi produzida, negando a potência da cidade político-comercial. Conforme Lefèbvre (2002), tal fenômeno esvaziou a qualidade dos costumes e das relações espaço-tempo, nivelando-as a uma condição quantitativa, cuja melhor expressão pode ser identificada no cotidiano.

A origem do desenvolvimento industrial, no Rio Grande, está vinculada à instalação de empresas do setor têxtil, que constituíram os primeiros parques fabris estabelecidos no município. Esses faziam uso de equipamentos importados e utilizavam técnicas atualizadas, significando um grande montante de capital fixo instalado.

O parque industrial estabelecido, no Rio Grande, atendia ao mercado regional, mas também produzia para estados como Rio de Janeiro e São Paulo e países do exterior. A localização do município era estratégica para esse tipo de investimento, pois era dotado de um porto marítimo.

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o desenvolvimento industrial e suas consequências – tais como o aumento da malha urbana – estavam interligados às variações da economia mundial. Ou seja, dependiam das circunstâncias das demandas internacionais. Tanto os países produtores quanto os países que não produziam tecidos necessitavam importá-los, motivados pela redução na produção em consequência das Guerras Mundiais.

Conforme Lefebvre (1971), a industrialização, nesse momento, entrou em uma fase de mundialização, em que a disseminação das relações de produção e a lógica de produção capitalista eram as principais características. Por efeito, as particularidades locais dão lugar a uma homogeneização que viabilizou a constituição do mercado em nível mais abrangente. Por outro lado, o autor identifica resistências ao processo de homogeneização (denominadas originalidades irredutíveis), que apontam para a instauração da diferença como característica fundante da sociedade urbana.

Retornando ao processo de industrialização no Rio Grande, no ano de 1873, Carlos Rheingantz, brasileiro e filho de alemães, em sociedade com o alemão Herman Vater, fundou o complexo Rheingantz, marco inicial da industrialização no município. Essa foi, também, a primeira “fábrica brasileira de fiação e tecelagem de lã” (COPSTEIN, 1975, p. 25). Ainda conforme Copstein, a Rheingantz concedia assistência social aos seus funcionários - destacando-se as casas que lhes eram alugadas a valores modestos -, a companhia chegou a arrendar 169 propriedades. Além das casas, oferecia assistência médica aos funcionários e a seus familiares, além de escola, biblioteca, cooperativa de consumo, banda de música e prática de esportes incentivada pela direção da fábrica. Para Martins,

a empresa têxtil e seu sítio industrial iniciaram uma nova extensão da malha urbana, que até então servia somente como local de passagem, já que ficava fora das trincheiras². Com isso houve ampliação da infraestrutura urbana, o que incluía rede elétrica, fornecida pela empresa às áreas contíguas e também às linhas de bondes (2006, p. 108).

Pesavento ressalva que as estruturas erguidas e oferecidas aos funcionários da fábrica serviam, de certa forma, como facilitadoras do controle sobre os mesmos:

uma vez que se apresentam revestidas de um conteúdo “assistencial”, tais práticas “atenuam” em parte a subordinação do trabalho ao capital, mascarado ideologicamente a coerção econômica característica das relações capitalistas de produção. A dominação burguesa assume então uma conotação paternalista, na medida em que as atividades ligadas à educação, assistência social, habitação e lazer são medidas pela figura do “bom patrão”, que, como pai, decide, orienta e ampara seus subordinados, regulando as relações capital-trabalho. Trata-se, em última análise, de estender aquela dominação a outras dimensões da vida operária, subtraindo-a às influências do mundo “de fora” da fábrica (1988, p. 56-57).

O complexo industrial Rheingantz foi uma das primeiras construções para além das trincheiras, fato significativo para a expansão urbana. Os trabalhadores, atraídos por cargos na fábrica, em sua maioria de baixa remuneração, ao ocuparem os terrenos localizados fora das trincheiras, formaram o bairro Cidade Nova, a partir de 1890, estabelecendo, assim, a principal área de expansão do município. Antes, havia, nessa área, apenas o cemitério “extramuros”, entre 1855 e 1856, estabelecido em substituição aos que existiam no centro histórico. Sua localização distante do centro tinha objetivos sanitários, mas, em poucas décadas, a expansão urbana o alcançou e ultrapassou.

² Segundo Martins, as trincheiras eram “uma grande vala, aberta no século XVIII, que separava a cidade da área não-urbana, com o objetivo de protegê-la das invasões e comumente conhecida como área extramuros, embora não houvesse uma muralha” (2006, p. 112).

Além da demanda de expansão da ocupação, decorrente do aumento populacional, havia a necessidade de implementar novas estruturas urbanas, como o parque ferroviário da Viação Férrea. Embora desativadas, a estação e as estruturas adjacentes encontram-se, até o presente momento, no limite entre a cidade velha e a cidade nova.

Localizado ao norte da fábrica Rheingantz, do cemitério e da Viação Férrea, emergiu um bairro ortogonal, com ruas largas e demarcadas. Esse bairro estava delimitado por quatro bulevares, conforme o modelo urbanístico francês: Buarque de Macedo, 14 de Julho (atual Avenida Portugal), 10 de Fevereiro, posteriormente, Rua Major Carlos Pinto, e o que viria a ser o bulevar 15 de Novembro.

No ano de 1879, foi construído, mais ao sul da cidade, o reservatório da Companhia Hidráulica Rio-Grandense. A construção de um reservatório foi a solução para o problema de obtenção e armazenamento de água para consumo no município. A caixa d'água metálica, importada da França e presente até os dias atuais na paisagem do Rio Grande, possui estilo *art nouveau* e foi edificada com sua frente virada para o Parque Rio-Grandense. Os principais elementos representativos da expansão urbana, a oeste do município, para além do Bairro Cidade Nova, foram a criação de bairros ao norte da Hidráulica e a construção do hipódromo do Jockey Club.

Entre os anos de 1876 e 1929, estabeleceram-se, na cidade, cerca de 15 fábricas, que produziam desde tecidos de lã e algodão a alimentos diversos, charutos e calçados, bem como oficinas e estaleiros navais. A expansão urbana no Rio Grande, nessa época, evidentemente decorreu da instalação desses empreendimentos, e se deu através dos mais variados tipos de moradias que se edificavam em torno das indústrias. A empresa Leal, Santos & Companhia – que produzia conservas e biscoitos, de modo semelhante à Rheingantz, no entanto, em menores proporções -, construiu vinte casas para uso de seus operários e manteve um armazém para venda de mantimentos a seus funcionários.

Ainda podemos mencionar outras três empresas que empregavam grande número de trabalhadores entre o final do século XIX e o início do XX. A sudeste do centro histórico e próximo ao parque industrial da Rheingantz, instalaram-se a fábrica de charutos Pook e a Companhia de Fiação e Tecelagem Ítalo-Brasileira, complexo industrial que confeccionava tecidos de algodão – seus proprietários solicitaram o fechamento da Rua General Neto no ponto em que atravessava seus terrenos, para que, ali, pudessem instalar seu empreendimento –; e, junto ao Porto Novo, a Cia. Swift, frigorífico de origem

norte-americana, sobre o qual abordaremos mais tarde, devido às suas influentes peculiaridades na ocupação do município do Rio Grande.

Numa lógica formal, a urbanização é apenas um produto da industrialização; dialeticamente, aquela supera esta, porque também é um fenômeno que induz transformações qualitativas na sociedade, portanto é o sentido da industrialização. Na cidade, essa dimensão qualitativa do urbano está presente nas crises – da habitação, da segregação de toda ordem, do centro e das periferias. O pensamento formal presente, no planejamento das cidades, nega a crise e tenta minimizá-la a uma condição marginal. A cidade industrial, resultado da potência da industrialização, vive sua crise como um sintoma que anuncia transformações.

A opulência industrial que se manifestava no Rio Grande, nessa época, agregada ao intenso comércio de importação e de exportação, criou uma elite que possuía hábitos aristocráticos, influenciados diretamente pela cultura francesa. Acrescente-se a isso o significativo crescimento populacional decorrente do processo de industrialização e o aumento da valorização da terra através da especulação imobiliária, fazendo com que edificações de valor cultural e arquitetônico fossem demolidas. Consequentemente, a remodelagem do centro do município se fazia necessária para que a elite pudesse se expor, com a intenção de remover para áreas periféricas as populações menos abastadas.

Para Pesavento,

o centro era o cartão de visitas da cidade e quem não tivesse educação, moral e higiene para nele habitar, que fosse instalar-se nos arrabaldes. A varrida dos pobres do centro da cidade começara, assim como a operosa tarefa de destruição dos becos e cortiços. Era declarada guerra às tavernas, bordéis e casas de jogos, numa cruzada moral, sanitária e urbanística, de destruição e reconstrução (1994, p. 139).

Assim, alguns prédios de estilo luso-brasileiro foram remodelados ou substituídos por prédios neoclássicos e ecléticos³. Portanto, surgiram, no município, diversos prédios que exibiam a riqueza e o refinamento da sociedade burguesa. As formas arquitetônicas, inspiradas no passado burguês europeu, gravaram, na cidade, uma nova feição,

³ “A diferença entre o ecletismo francês e o brasileiro está na função simbólica do ecletismo cultural para cada elite e deriva da situação do Brasil como um País na periferia do mundo europeu. Se a burguesia francesa buscava legitimação ao se identificar com a cultura aristocrática tradicional, [...] a elite brasileira buscava legitimação identificando-se com a Europa. [...] Os brasileiros reproduziram o mesmo meio [...] para criar algo associado à moderna cultura européia” (NEEDEL, 1993, apud BITTENCOURT, 2007, p. 52).

assinalada pela apropriação e transformação de modelos mesclados entre si. Para ilustrar essa afirmação, citamos o atual prédio da prefeitura municipal: construído em 1823, obteve a forma atual no final do século XIX, quando foi comprado pela Intendência Municipal, remodelado em 1895. Já o prédio da Alfândega e do antigo Quartel General, respectivamente edificadas entre 1875-1879 e 1892-1894, foram construídos conforme as novas formas vigentes. O prédio da Alfândega é modelo da arquitetura neoclássica, e o prédio do antigo Quartel General foi erguido conforme o padrão arquitetônico eclético. Seguindo a tendência de remodelação dos prédios no município, no final do século XIX, o Teatro Sete de Setembro passou por obras de modernização, e o Teatro Polytheama foi construído em 1885, consoante o estilo arquitetônico do período.

Apesar de possuírem gêneros arquitetônicos distintos, os prédios obedeciam a um padrão de alinhamento entre o terreno e as calçadas públicas. Conforme Martins,

no conjunto acabam conformando um plano vertical de cada lado das ruas ou avenidas da cidade. Tal forma representava na vida urbana a articulação entre ruas, quarteirões e prédios. Era nesses espaços públicos – ruas e praças – que se intensificava a vida urbana como lugar de encontro (2006, p. 153).

As demolições e as remodelações eram emblemas da renovação. A modernização cidadina não era considerada um processo de descaracterização cultural e urbana – acreditava-se que era um “bem a ser conquistado” (BITTENCOURT, 2007, p. 51). A concepção de patrimônio público e de preservação cultural é muito posterior a essa época.

Entre as décadas de 1910 e 1930, o Rio Grande viveu outro processo de expansão urbana. Dessa vez, a cidade espalhou-se no sentido leste do centro histórico, em direção às áreas destinadas ao desenvolvimento portuário. Tal expansão foi motivada pela construção do Porto Novo, que estava sob o controle da *Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul*.

A seguir, traçaremos um breve histórico desse processo de urbanização. No final do século XIX, o governo estadual, atendendo a reivindicações já históricas, começou a construir um novo Porto no Rio Grande e a realizar obras para o melhoramento da navegação no canal da Barra. Essa iniciativa justificou-se devido aos constantes episódios de assoreamento do referido canal e, também, porque parte significativa das mercadorias oriundas do Rio Grande do Sul eram comercializadas através do porto de Montevideu, localizado junto a águas mais profundas e, conseqüentemente, capaz de receber embarcações com maior porte. No entanto, devido à Revolução Federalista, o

projeto de construção de um novo porto e melhoramento do canal da barra – com a construção dos molhes leste e oeste – foi temporariamente impedido de prosseguir.

No ano de 1906, o engenheiro Elmer Lawrence Corthell tomou conhecimento do projeto em uma exposição em Saint Louis, nos Estados Unidos. Corthell decidiu lançar-se no empreendimento, porém não conseguiu o capital necessário e precisou buscar recursos fora do seu país. Conforme Francisco das Neves Alves, “as dificuldades para obtenção de investimentos que fomentassem as obras da Barra foram significativas, tendo o contratante de apelar para investidores europeus. Os capitais para execução das obras no Rio Grande acabariam por ser oriundos da França” (2008, p. 336).

Em 1908, através do Decreto Federal nº 7.021, de 9 de julho daquele ano, realizou-se a transferência do contrato de construção do Porto Novo e dos molhes leste e oeste da barra, para a *Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul*. No entanto, Corthell permaneceu como engenheiro responsável pelas obras. É nesse mesmo ano que chegam ao Rio Grande os primeiros trabalhadores franceses especializados nesse tipo de construção.

Como a *Cie. Française* era responsável pelas obras de construção do Porto Novo, era da sua incumbência a definição do local para a implementação do mesmo. Assim, foi definida a área da Ilha do Ladino, situada no extremo leste do Rio Grande – contrariando a decisão inicial do engenheiro Corthell, que pretendia que o novo Porto fosse construído na parte sul da cidade. A esse respeito, Martins diz que

em termos de ocupação da malha urbana para a cidade, a alteração do local traria uma ocupação do sítio bem diferente da atual, o que configuraria provavelmente uma expansão espacial imprevisível em relação à forma com que a cidade se desenvolveu e a conhecemos hoje (2006, p.133).

Outro fator determinante para o processo de urbanização foi o aproveitamento dos sedimentos oriundos das dragagens. Imensas áreas situadas a leste do centro histórico do município foram aterradas, bem como foi construída uma ilha artificial – a Ilha do Terraplano – em frente ao Porto Novo. A extremidade da área aterrada a leste foi rapidamente ocupada pelas estruturas portuárias, restando as áreas centrais como reserva para a expansão portuária e um bairro radial planejado pelos franceses, cuja construção não se realizou.

O aterramento do Porto Novo e da área localizada entre este e o centro histórico,

associado à instalação da Cia. Swift, em 1917, induziu um grande número de migrantes a ocupar essa área. Dessa forma, onde havia o planejamento por parte da *Cie. Française* para a construção de um bairro, surgiu uma enorme favela, na época denominada de Vila dos Cedros, atual Bairro Getúlio Vargas, habitado por pessoas de baixa renda, sobretudo trabalhadores da Swift. De acordo com Bittencourt, “a prosperidade econômica ampliou os espaços físicos das cidades e aumentou a diferenciação da sociedade brasileira. Ante a opulência da burguesia, opunha-se frontalmente o operariado miserável e desamparado” (2007, p. 55). É difícil marcar a data inicial da ocupação irregular dessas áreas, mas cartas entre a Prefeitura Municipal e a Diretoria de Portos e Canais sobre a retirada das populações que ocupavam de modo indevido essa área remontam a 1920 (MARTINS, 2007, p. 137).

O período dos decênios de 1910 a 1930 foi marcado pela expansão urbana a leste e oeste do centro histórico. Nesse sentido, Martins afirma:

A leste representou a conquista de terrenos antes devolutos e onde somente existiam banhados por um grande aterro com a construção de um novo porto e de um grande complexo frigorífico de capital norte-americano, ocasionando forte atração de mão-de-obra estrangeira para erguer tais estruturas, além dos operários de baixa renda que buscavam emprego na cidade industrial, que se modernizava rapidamente (2006, p. 156-157).

Simultaneamente à construção do Porto Novo, foram construídas sessenta casas de madeira, com a intenção de abrigar operários e mestres de obras vindos da França para trabalhar na *Cie. Française*. As primeiras vinte e uma casas eram pretas e foram reservadas aos trabalhadores que possuíam cargos superiores. Esse agrupamento era conhecido como “Casas Pretas”. As outras quarenta casas eram verdes e de dimensões mais modestas que as casas pretas. O local onde as casas verdes foram construídas ficou conhecido como Vila Verde. Estas estavam organizadas linearmente no terrapleno sul.

Os franceses construíram, ainda, as casas da *gare*, estação ferroviária que fazia a ligação entre os vagões que tinham como destino os molhes da barra e os que iam para o Porto Novo. Era desse local que partiam os trens que iam a Monte Bonito buscar as pedras indispensáveis para a construção dos molhes e do Porto. Próximo à *gare*, foram construídas casas para os trabalhadores da Viação Férrea que prestavam serviços ao Porto.

A industrialização, no Rio Grande, foi decisiva para os processos de expansão da malha urbana, e, conseqüentemente, para o progresso econômico e cultural do município.

A modernização urbana do Rio Grande não gerou mudanças significativas no traçado municipal, preservando muitas características da expansão natural, realizada de modo anárquico e marcada pelo ritmo de seus avanços no campo do comércio e da indústria.

No início do século XX, o comércio, a indústria e os serviços rio-grandinos passavam por grande processo de diversificação. A cidade, na década de 1920, possuía, aproximadamente, novecentas casas comerciais e outras tantas de serviços, e computava cerca de 50.500 habitantes - a maioria residindo em áreas urbanas.

As obras de saneamento básico iniciaram em 1911 e terminaram em 1920, abrangendo todo o centro da cidade e parte do bairro Cidade Nova. Em 1911, os bondes à tração animal foram substituídos por bondes elétricos. Realizaram-se obras para facilitar a drenagem, como a construção de três canais – dois que atravessavam a restinga de margem à margem, na Rua Barroso e no bulevar Major Carlos Pinto (onde se localizavam as antigas trincheiras), e outro, longitudinal e paralelo à linha férrea, de ligação entre os dois primeiros.

O Sr. Ruffier fora contratado para trabalhar, na instalação dos bondes elétricos, no município do Rio Grande, conforme dito anteriormente. Após meses de trabalho, no dia 15 de novembro de 1911, os bondes foram inaugurados com fervorosa recepção popular, como mostra a Figura 2, na qual vemos as pessoas na rua ao longo da linha férrea. Essa fotografia foi feita pelo Sr. Ruffier de dentro do bonde enquanto o conduzia. A esse respeito, fez o seguinte registro em seu diário:

No dia 15 de novembro houve inauguração solene dos bondes elétricos no Rio Grande. Na última hora faltaram as lanças de *trolley* [haste com pequena roda na ponta] para captar a corrente da rede aérea. Assim mesmo, mandei um empregado sentar em cima do toldo do carro e segurar uma taquara com um fio que encostava na linha aérea. Subi no controle e... toquei o bonde! Toda a população estava alvoroçada. O carro saindo do galpão era o nº 5. Até a polícia estava mobilizada! Passando pela rua Mal. Deodoro tirei uma foto desta rua onde se vê o povo aglomerado para ver a grande novidade. Parece que o trecho que estava funcionando era da Praça da Caridade até o Cemitério. Estava inaugurada a tração elétrica no Rio Grande! (sem página).

Figura 2. Inauguração dos bondes elétricos no Rio Grande – 1911.



Fonte: acervo pessoal.

Os bondes foram inaugurados no dia 15 de novembro, sem sua completa eletrificação, realizada posteriormente, conforme relatou:

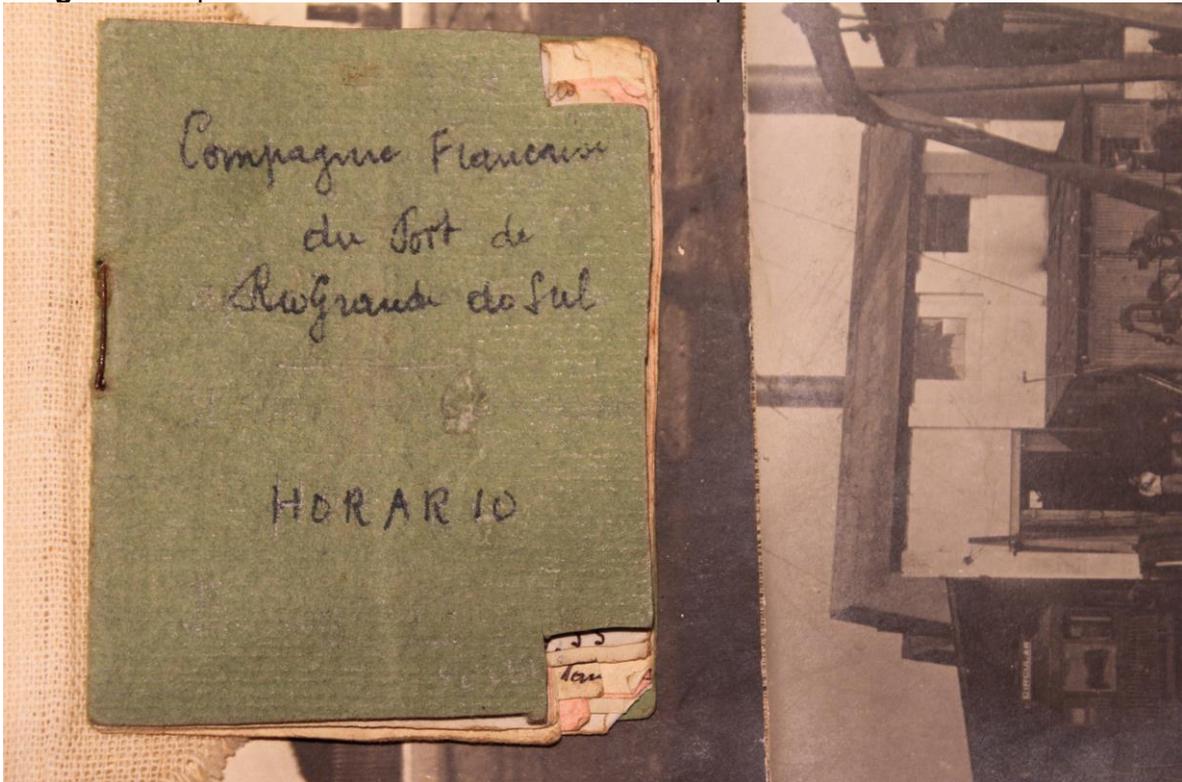
No dia 7 de dezembro houve, pois, a famosa “inauguração da eletrificação dos bondes”. A *Compagnie Française* pediu emprestados à *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer* que administrava a estrada de ferro Rio Grande–Bagé, uns cinquenta metros de linha completa: trilhos, dormentes, etc. O pessoal do Sr. Byington e o engenheiro que ele havia trazido para fazer o projeto das linhas, chamado Fontan, cavou o leito da linha, na rua 24 de maio, esquina da rua Gal. Vitorino, ao lado da praça Tamandaré. Estava presente o intendente dr. Trajano Lopes que foi convidado a dar a primeira martelada sobre o prego do trilho. Houve discursos, banda de música, foguetes, aplausos. Estavam presentes todos os chefes da *Compagnie Française*, da *Société Générale de Construction*, da *Enterprise*, respectivamente, Sr. Delpit, Petitalot e Barres, além do Sr. Lan, chefe da contabilidade. Todos foram muito amáveis para comigo. Para festejar este solene acontecimento, o representante da Byington no Rio Grande, Sr. Joaquim Soeiro, nos convidou, com todo o pessoal que ia servir na construção dos futuros bondes para, na loja de artigos elétricos que ele dirigia na rua Ewbank, a tomar um copo d’água. Ali, havia preparado umas mesas e tomamos champagne à saúde dos futuros trabalhos. Improvisei um pequeno discurso saudando os meus futuros colaboradores e todos se foram para suas casas. Depois de pregado o último prego, o que não demorou muito, os trabalhos naturalmente pararam, esperando a vinda do resto do material que ainda nem estava encomendado. Mas, deu-se a inauguração no prazo marcado pelo contrato. (não paginado)

As imagens abaixo (Figuras 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9) mostram apontamentos do Sr. Ruffier, feitos em um livreto anexo ao seu álbum de fotografias. Nesse livreto, constituído de uma série de relatos, percebemos o quanto ele estava motivado a promover a utilização dos bondes e da energia elétrica, pois as anotações se assemelham a uma espécie de publicidade – talvez, esboços de futuros anúncios na imprensa – dos bondes e da eletricidade. Nas imagens, lemos⁴: “Qual a luz que pode competir com a eléctrica para a iluminação de vossa vitrina? Quereis ter uma vitrina bem iluminada? Informae-vos na Companhia”. “Costumam voltar tarde em casa? Em vez de (machucar-se) andar ao encontro em busca da caixa de phosphoro, tenham um contador na entrada: Uma volta de chaves toda a casa tem luz!”. “Um barulho (insólito) (inusitado) de noite? Estais acomodado... Click!: Toda casa está illuminada. Click: Tudo se apaga – Adormeceis socegados... nem foi preciso levantar-se”. “Afim de tornar (acessível) efficaz o (serviço) melhoramento do serviço dos bondes, a Companhia pede aos Srs. passageiros de dirigirem (toda e qualquer queixa) as suas queixas a respeito ao escriptorio da rua Marquez de Caxias afim que lhes seja (dada toda satisfação) promptamente attendidos”. “Para a segurança dos seus freguezes, a Companhia convida-os a comunicar-lhe toda e qualquer modificação que fizerem nas suas installações. Depois de inspeccionadas e approvadas podem ficar completamente socegados a Electricidade é como uma medicina. Produz melhoramentos mas é preciso saber o modo de usá-la”. “A Luz Electrica é a mais conveniente como asseio, fixidez e segurança. Mandai fazer installações por pessoas competentes – afim de afastar todo e qualquer perigo”.

Na continuação da pesquisa, constatamos que os apontamentos eram rascunhos que deram origem a um caderno da *Cie. Française*, que indicava os horários, em horas e minutos, da passagem dos bondes em diversos pontos da cidade.

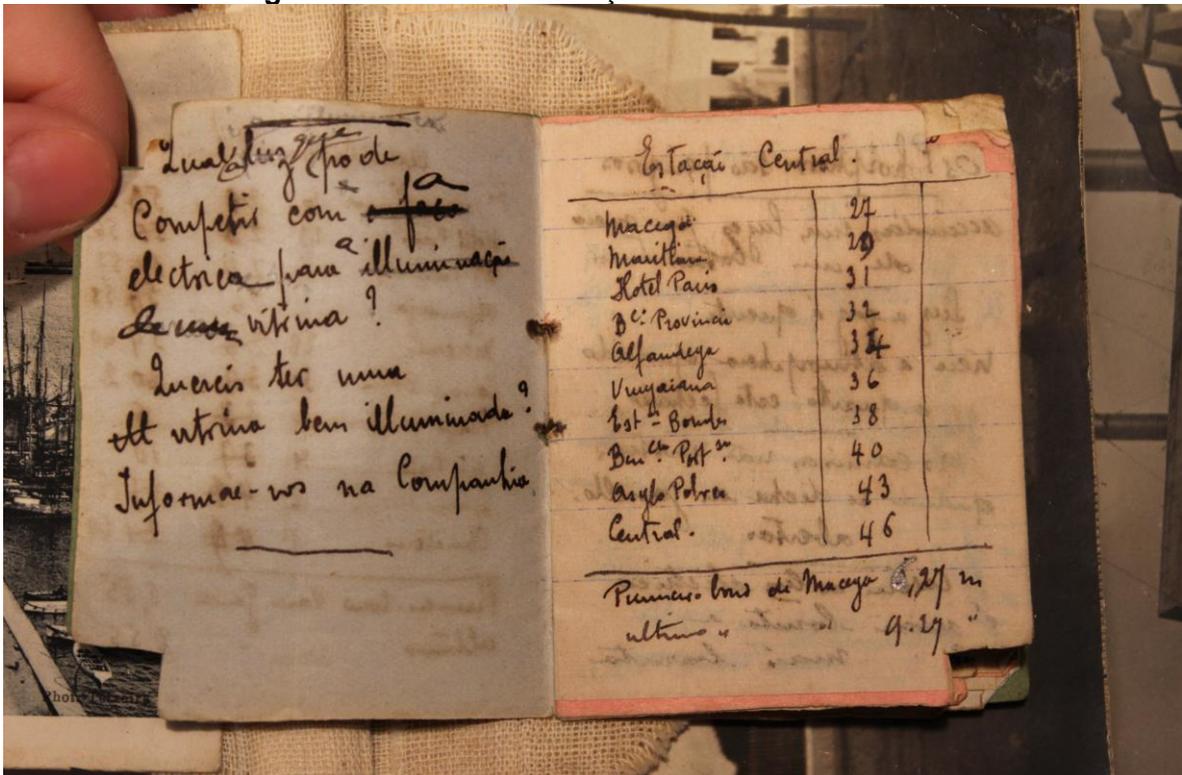
⁴ As palavras entre parênteses correspondem às que aparecem riscadas nos apontamentos do Sr. Ruffier, porém, como permite a leitura, foram aqui transcritas.

Figura 3. Capa do livreto com horário dos bondes e publicidade da luz elétrica – 1911.



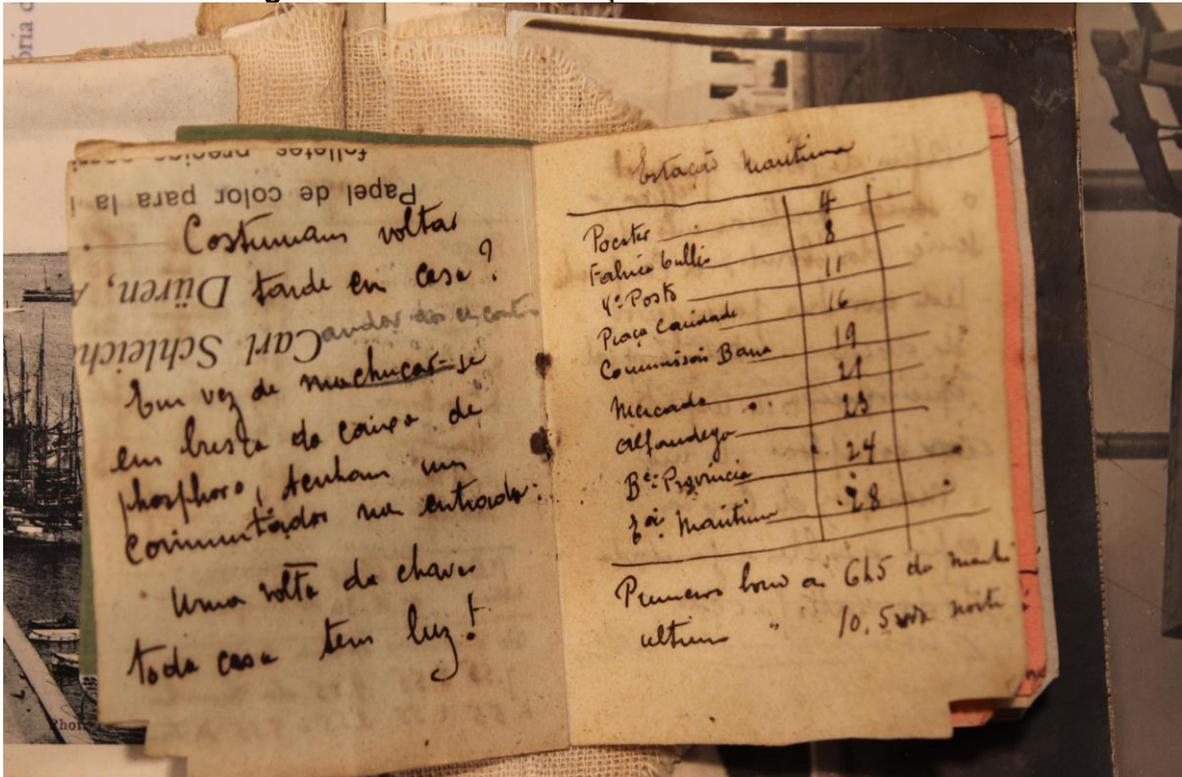
Fonte: acervo pessoal.

Figura 4. Livreto com anotações do Sr. Ruffier – 1911.



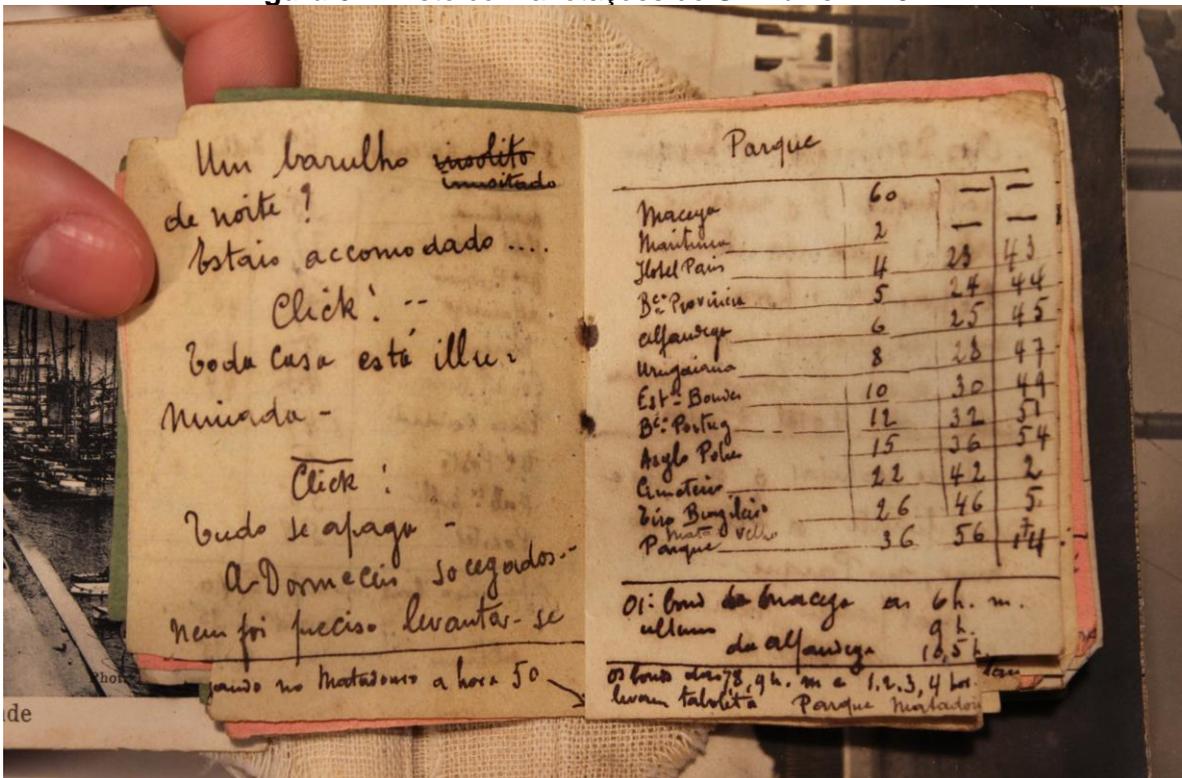
Fonte: acervo pessoal.

Figura 5. Livreto com anotações do Sr. Ruffier – 1911.



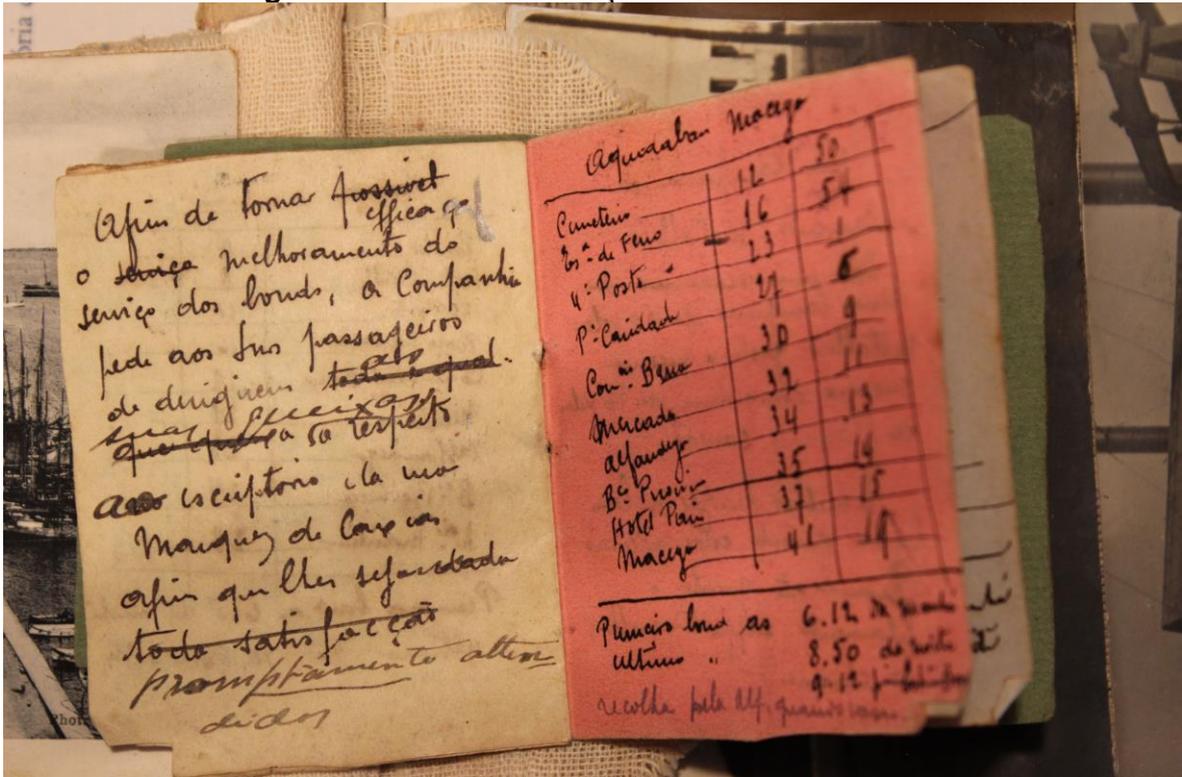
Fonte: acervo pessoal.

Figura 6. Livreto com anotações do Sr. Ruffier – 1911.



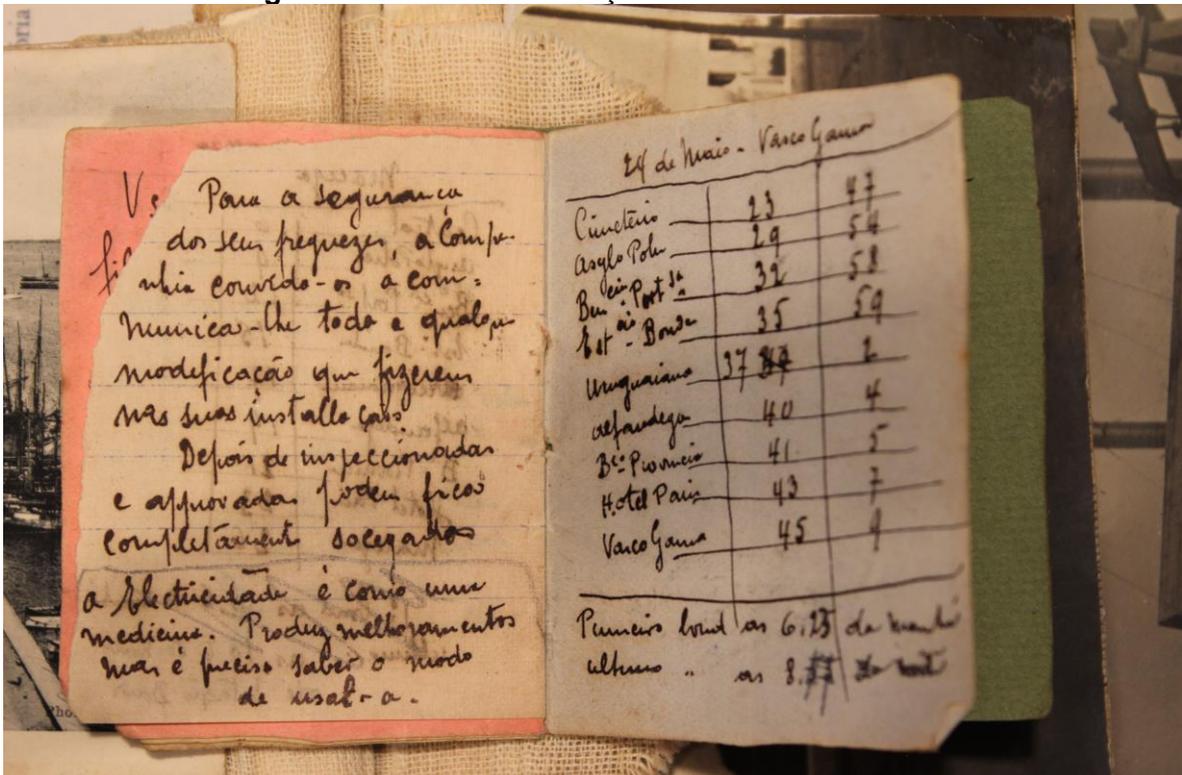
Fonte: acervo pessoal.

Figura 7. Livreto com anotações do Sr. Ruffier – 1911.



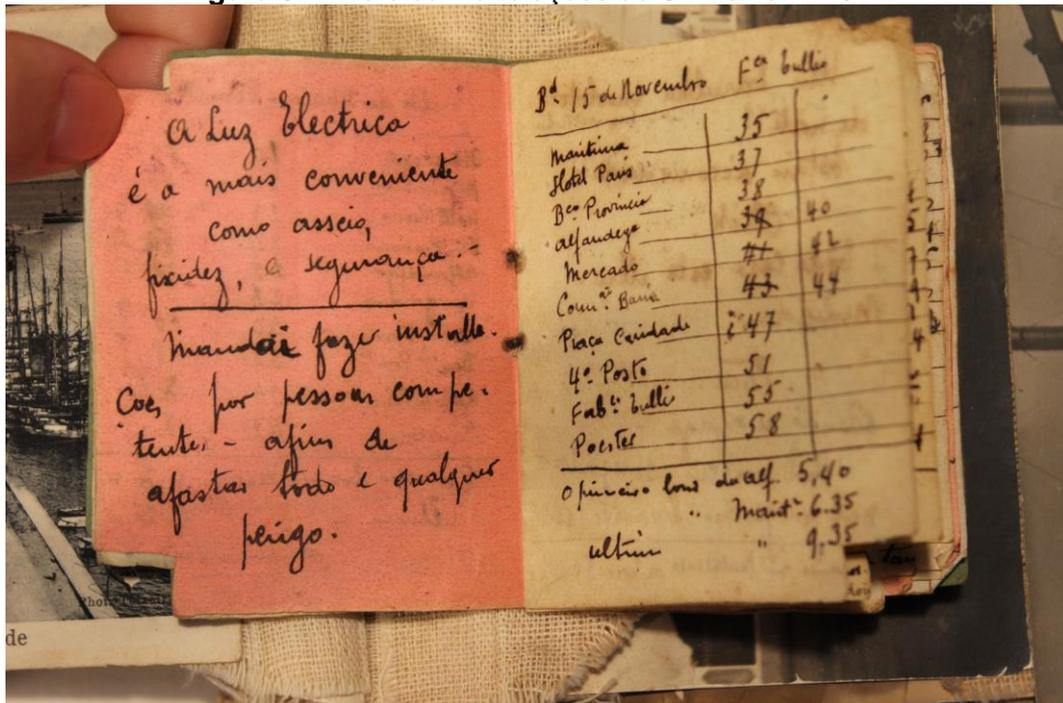
Fonte: acervo pessoal.

Figura 8. Livreto com anotações do Sr. Ruffier – 1911.



Fonte: acervo pessoal.

Figura 9. Livreto com anotações do Sr. Ruffier – 1911.



Fonte: acervo pessoal.

Já a Figura 10 mostra uma fotografia do funcionamento dos bondes elétricos na década de 1930, em fotografia feita do segundo andar da residência da família Ruffier, sita à Rua 24 de Maio. Nesta, podemos observar uma urbanização mais consolidada do que na imagem da Figura 2.

Figura 10. Bonde elétrico na Rua 24 de Maio.



Fonte: acervo pessoal.

A obra do canaleta do bulevar Major Carlos Pinto data de 1927, foi cuidadosa quanto às peculiaridades arquitetônicas. Destaca-se a mureta de proteção entre a via pública e o canal – com inspiração na arquitetura francesa – e as pontes que faziam a ligação entre a cidade velha e a cidade nova. A Figura 11 mostra a família Ruffier junto a uma mureta semelhante a desse canaleta, localizada em Asnières, na França.

Figura 11. Família Ruffier em Asnières, na França – sem data.



Fonte: acervo pessoal.

Outro marco na urbanização do município do Rio Grande, no ano de 1922, a noroeste da cidade e junto ao Canal do Norte, foi a construção do Hipódromo Independência. Segundo afirma Martins,

com a superação do limite das trincheiras na direção oeste da cidade, novas estruturas foram incorporadas à zona urbana, e com elas a cidade se expandiu mais para oeste, ocupando as margens do pontal arenoso e deixando o centro do pontal desocupado, área esta reservada para a Hidráulica, a fim de preservar os mananciais ali existentes (2006, p. 153).

Uma nova função foi destinada ao Parque Rio-Grandense, inicialmente projetado como área de lazer, na margem do Saco da Mangueira. Nas águas em suas proximidades, passaram a pousar e decolar os hidroaviões que faziam escala no município. Nessa época, Rio Grande passou a usufruir da primeira linha aérea postal do

Brasil, que se dava entre este município e a capital do estado – fato que demonstra o momento notável economicamente pelo qual o Rio Grande passava.

O voo inaugural da Viação Aérea Rio-Grandense, depois mundialmente conhecida como Varig, foi realizado no ano de 1927. O transbordo entre a aeronave e o trapiche do Parque era feito em pequenas embarcações. Uma nota de Ruffier, em 1915, como mostra a Figura 12, comenta: “Assisti à chegada de um hidroplano, coisa extraordinária naquele tempo. Um tal Barrow vinha de Pelotas e em 25 de abril pousou nas águas do canal” (não paginado).

Figura 12. Hidroplano pousado no Saco da Mangueira.



Fonte: acervo pessoal.

As décadas entre 1910 e 1930 foram marcantes no que tange à expansão urbana a leste e a oeste do centro histórico. A leste, onde anteriormente havia apenas banhados, o aterramento, decorrente da construção do Porto Novo, possibilitou a implementação do complexo frigorífico da Cia. Swift e o surgimento das vilas. A oeste, para além do Bairro Cidade Nova, a cidade expandiu-se entre a área central do pontal arenoso e o Canal do Norte. Contíguo ao Jockey Club, originou-se um bairro ortogonal. Esses foram os empreendimentos mais significativos da expansão da cidade a oeste. Por outro lado, ao sul da área da Hidráulica, estabeleceu-se o aeroporto. As áreas adjacentes ao Saco da Mangueira, posteriormente, passam a ser loteadas para fins residenciais e para cultivo, em pequenas chácaras.

As chácaras que davam fundos para o Saco da Mangueira tinham grandes casas na extremidade, que ficavam de frente para o bulevar Rheingantz (atual Avenida Presidente Vargas). Nessa época, mesmo na zona urbana dentro da área das trincheiras, entre edificações de residência, também existiam muitas chácaras. O Sr. Ruffier fez o seguinte apontamento em 1911: “freqüentava a miúdo a casa da família Lawson e gostava de brincar na sua grande chácara na rua Gal. Portinho com as crianças” (p. 38).

Os fatos ocorridos no Rio Grande, entre os anos de 1874 e 1930, foram determinantes na forma urbana que o município adquiriu. Os investimentos industriais estão intrinsecamente relacionados à vida cotidiana das sociedades da época. No entanto, com a proximidade da década de 1930, as mudanças na economia mundial estremeceram as atividades fabris do município, que dependiam, cada vez mais, do mercado internacional – então, desestruturado devido à Grande Depressão e à Segunda Guerra Mundial –, e tais abalos atingiram o dinamismo industrial do Rio Grande. No ano de 1926, o Sr. Ruffier escreveu em seu diário:

os negócios da fábrica (Cia. União Fabril) andavam um tanto paralisados. Teve-se que suprimir o trabalho aos sábados. Como na fábrica as coisas iam de mal a pior, o pessoal, do qual já se haviam despedido 200 operários, lembrou-se de mandar rezar uma missa nos Salesianos a fim de pedir a São José Operário a sua intervenção para melhora da situação (não paginado).

Já no ano de 1930, o Sr. Ruffier registrou:

no Rio Grande as coisas andavam apertadas devido à crise que assolava as indústrias em todo o Brasil. O mal-estar era geral e ia descambar na famosa revolução de 3 a 24 de outubro para depor o Presidente Washington Luiz. Receava pelo meu futuro, uma vez que a Cia. União Fabril não estava mais em condições de me pagar um ordenado capaz de sustentar a minha família e teve que fazer sobre esses ordenados uma redução de 10% (não paginado).

Por outro lado, no mercado nacional, surgiam parques industriais no estado de São Paulo e no noroeste do Rio Grande do Sul, ou seja, em locais mais próximos dos seus consumidores. A década de 1930 balizou a economia do município do Rio Grande, freando a expansão urbana e determinando um novo modo de vida para as classes anteriormente abastadas.

Neste capítulo, portanto, abordamos a cidade e o urbano como formas em interação dialética. Tal interação decorre do fato de o urbano ser a forma da

simultaneidade, da reunião, da convergência, enquanto a cidade é a forma material que viabiliza o urbano. Se este existe desde a primeira cidade, embora potencialmente, é correto afirmar que outros conteúdos sociais e suas formas agem sobre a cidade com tanta força quanto o urbano. Por exemplo, na cidade industrial a forma mercadoria e seu conteúdo, o valor de troca, conduziram Rio Grande a uma condição de equivalência intercambiável, em que vigora o contrato de compra e venda. Por conseguinte, o que caracteriza a cidade industrial é a segregação sócio-espacial que nega tanto a cidade, porque a torna produto ao invés de obra, quanto o urbano, cujo conteúdo reside no valor de uso e na apropriação do tempo e do espaço.

Com relação ao contexto urbano, no capítulo seguinte, refletiremos sobre a presença de imigrantes franceses e seus descendentes no município do Rio Grande. A vinda desses franceses foi promovida pela *Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul*, resultante de um consórcio cuja função era a realização de obras portuárias. A equipe técnica era constituída por engenheiros franceses e belgas, conforme desenvolveremos posteriormente.

4 Presença francesa no Brasil e no Rio Grande

No presente capítulo, analisaremos a presença de imigrantes franceses no Brasil, no Rio Grande do Sul e, particularmente, no município do Rio Grande. Ressaltamos que este assunto ocupa lugar menos notável do que a influência da cultura francesa, uma vez que esta foi mais significativa do que a própria presença dos franceses. Do ponto de vista migratório, os franceses formavam núcleos de pequena importância. Porém, no campo intelectual, comportamental e artístico, sua influência foi mais significativa.

Desde os primeiros movimentos de independência no Brasil, a admiração pela França foi uma característica da elite brasileira. Os hábitos e costumes franceses passaram a ser importante referência para os brasileiros, apesar de a Revolução Francesa não ter sido a principal fonte inspiradora para a organização do Estado no século XIX.

No entanto, conforme José Murilo de Carvalho, nos últimos anos do século XIX, parte significativa dos republicanos brasileiros apropriaram-se dos símbolos revolucionários franceses, tais como: Marianne e o barrete frígio (figura feminina que representa a permanência dos valores da República Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade), o hino A Marselhesa e o vocabulário político centrado na noção de cidadão. E não faltavam manifestações de esperança de que a monarquia brasileira fosse derrubada em 1889, ano em que a queda da Bastilha completou seu primeiro centenário (CARVALHO, 1990, p. 12, apud VIDAL; DE LUCA, 2009, p. 11).

Debret, artista francês que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, sintetizou a idealização dos intelectuais brasileiros a respeito da cultura francesa, da seguinte maneira:

A moda, essa mágica francesa, em boa hora fez sua irrupção no Brasil. O império de D. Pedro tornou-se um de seus mais brilhantes domínios: ela reina ali como déspota, seus caprichos são leis: nas cidades, toaletes, refeições, dança, música, espetáculos, tudo é calculado a partir do exemplo de Paris, e nessa relação, assim como em algumas outras, certos

departamentos da França estão ainda bem atrás das províncias do Brasil [...]. Esse é, em resumo, o povo que percorreu em três séculos todas as fases da civilização européia e que, instruído por nossas lições, logo nos oferecerá rivais dignos de nós⁵ (GUIMARÃES, 1988, apud VIDAL; DE LUCA, 2009, p. 9-10).

Ao estudar os intelectuais do final do século XIX e início do século XX, o historiador brasileiro Brito Broca denominou de “parisina” essa tendência que consistia, basicamente, em ignorar o Brasil e delirar por Paris, atitude “afetada e pouco inteligente” (1975, p. 92).

Na vida social, a moda feminina foi fortemente influenciada pela cultura da França. Encontravam-se modistas e cabeleireiros franceses instalados em várias cidades brasileiras. Os hábitos e costumes de vida em sociedade, também, possuíam interferência da França: conversava-se, no idioma francês, nos salões das elites brasileiras; os banquetes oferecidos serviam comidas e bebidas com origens e nomes franceses; a dança da quadrilha era marcada por palavras de origem francesa, como: *balancez*, *changez de dames*, entre outras.

Ademais, também chegaram ao Brasil, através de irmãs religiosas, com destino a colégios e internatos de meninas, brincadeiras e jogos de crianças, como o *marré-marré-de-ci*, e o “na porta da viola”, adaptação da canção francesa *Sur le pont d’Avignon*. Significante, também, foi a inserção cultural francesa de inúmeros estudantes brasileiros que iam estudar em universidades da França desde os tempos coloniais.⁶ E as novidades em geral, quando não tinham nomes em português que as identificassem, imediatamente ganhavam um nome francês, e inúmeros termos foram mais tarde aportuguesados. Isso ocorria não só no âmbito da mundanidade social, mas também no vocabulário técnico, nas ciências, nos ofícios.

O prestígio dos hábitos e costumes franceses, na vida dos brasileiros, rendeu uma vasta produção historiográfica, que indaga o tema sob os mais diversos ângulos. A esse respeito, dizem Vidal e De Luca:

talvez não seja demais afirmar que se dispõe de elementos que permitem discernir menos a presença física dos franceses do que a persistência de

⁵ A citação de Debret foi extraída por Manoel Luis Salgado Guimarães, do *Journal de l’Institut Historique* (Paris, v. 1, n. 3, p. 171, out. 1834), e reproduzida no seu artigo “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional” (*Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 13, 1988) e, por sua vez, transcrita em Vidal e De Luca (2009).

⁶ A esse respeito, ler sobre a experiência dos filhos dos estancieiros de Pelotas em MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do RGS: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EdUFPel, 1993.

um discurso calcado na filiação de valores e tradições daquele país, que configuraram um imaginário a respeito da França no Brasil (2009, p.13).

Na perspectiva de Diegues Júnior, a falta de estudos sobre a presença de imigrantes franceses, no Brasil, é compreensível, pois, durante a grande migração – que teve seu ápice entre o final do século XIX e o início do XX –, a contingência francesa foi modesta, ou quase nula (1976, p.151). Os fatos que justificam o número relativamente baixo de franceses, quando comparado às imigrações italianas, alemãs, espanholas e portuguesas, são as migrações internas da França e o êxodo rural. O fluxo do campo para as cidades, durante a primeira metade do século XIX, conforme Sennett, “ainda era o dos jovens e solteiros que vinham de uma certa distância para a cidade” (1993, p.169).

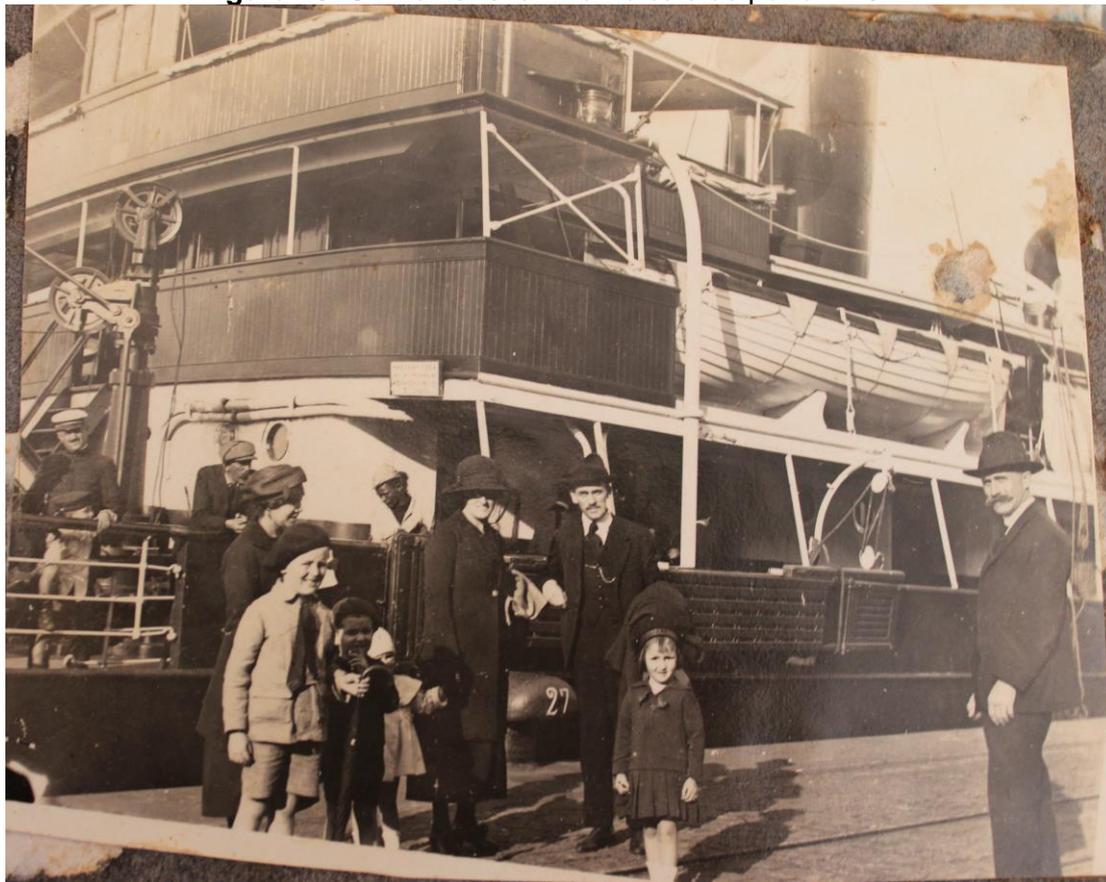
O que diferenciou a imigração francesa da de outros europeus é o fato de que a primeira não decorreu das variações do mercado mundial de mão de obra. No entanto, podem ser consideradas como exceções a migração francesa para a Argélia, que foi resultado de uma política de ocupação dessa colônia, e a promovida por agências francesas de imigração, facilitada pelos governos dos países sul-americanos. “A imigração francesa não foi uma imigração provocada pela miséria, foi na verdade um empreendimento” (ARMENGAUD, 1971, apud VIDAL; DE LUCA, 2009, p. 49).

No ano de 1911, o Ministério das Relações Exteriores da França buscou recensear, de forma precisa, o número de franceses residentes no exterior. Pretendia, dessa forma, esclarecer a situação de cada migrante diante do serviço militar. Para tanto, o Ministério solicitou aos ministros plenipotenciários, no exterior, que realizassem um censo dos franceses residentes em cada país, e assim foi feito, também, no Brasil. A esse respeito, o Sr. Ruffier fez a seguinte anotação:

apareceu no Rio uma lista de franceses domiciliados no Brasil e que não se haviam ainda apresentado para cumprir com as suas obrigações militares. Como o meu nome não havia sido riscado do número de franceses existindo no Rio, embora a minha declaração feita em 1905, este fato foi divulgado por algum “patriota” e comecei a ser olhado como desprezível desertor por diversos colegas (como os Srs. Donzée e Lan). (sem página).

A fotografia abaixo (Figura 13) mostra, à direita, o Sr. Ruffier e sua família indo se despedir do tio Guillaume Parmentier, que estava embarcando no Rio Grande, com destino à França, para servir ao exército francês, no ano de 1922.

Figura 13. Sr. Ruffier e família no cais do porto – 1922.



Fonte: acervo pessoal.

Com o resultado desse levantamento, o *Chargé d’Affaires de la République Française*, no Rio de Janeiro, conclui que havia, no Brasil, cerca de 11.500 franceses. Desses, estavam localizados, no Rio Grande do Sul, cerca de dois mil indivíduos, distribuídos entre Porto Alegre (880), Pelotas (400) e Rio Grande (100) (VIDAL; LUCA, 2009, p. 14).

Esses números faziam do Brasil o segundo maior receptor de imigrantes franceses na América Latina – onde havia cerca de 149.400 franceses, representando 3,4% dos nacionais residentes no exterior –, atrás da Argentina, que possuía uma colônia de cem mil indivíduos, cerca de 14% da população total do país. No entanto, o Brasil encontrava-se na frente de países como o Chile, que tinha dez mil imigrantes oriundos da França, 3% da população total, e Uruguai, com nove mil e quinhentos indivíduos, 9% da população total.

Cumprе ressaltar, com o intuito de estabelecer uma comparação, que, nos Estados Unidos, havia cento e vinte cinco mil imigrantes franceses, e, no Canadá, vinte e cinco mil. Diante disso, afirmam Vidal e De Luca:

é forçoso concluir que a imigração francesa para o Brasil tem sido abordada de forma secundária no âmbito da historiografia brasileira, cujas

linhas de força, como apontou Boris Fausto, estruturam-se em torno de análises sobre a constituição do mercado livre de trabalho; as condições de vida; as oportunidades, no meio rural e urbano, de mobilidade social; a participação e o papel dos imigrantes nas organizações, ações e ideologias operárias, assim como no âmbito do poder, instituições e partidos políticos; sem esquecer as complexas questões ligadas à identidade (2009, p.15).

Em contrapartida, na França, a emigração recentemente se tornou mote de pesquisa, pois, ao longo de muito tempo, acreditava-se que o país destacava-se mais pelos seus imigrantes do que por seus emigrantes. Dessa forma, em 1860, a revista inglesa *The Economist* esclarecia os motivos pelos quais a França não era um país colonizador: “as grandes razões da emigração em geral e as razões fundamentais do seu sucesso [...] não existem na França, onde a população é praticamente estacionária e onde a divisão da propriedade retém no campo uma quantidade grande de agricultores pequenos proprietários” (apud VIDAL; DE LUCA, 2009, p. 16).

Embora, no Brasil, existam pesquisas relevantes, para os historiadores Vidal e De Luca, estas não chegam a constituir um campo de investigação representativo. Os acervos de documentos e dados sobre a presença francesa nas cidades brasileiras são variados. Sobressaem os registros de entrada e saída de imigrantes, censos, inquéritos, arquivos judiciais de processos de apreensão de bens de franceses endividados, dados comerciais, e complementares a estes, arquivos da imprensa e notas de caráter pessoal, como cartas, diários e registros fotográficos, tais como os arquivos utilizados nesta pesquisa.

Mediante o exposto sobre a migração francesa, indagamo-nos: por que alguém decide emigrar? Qual a importância dos imigrantes franceses diante de fatores econômicos, políticos e sociais? Por que escolheram o Brasil e, particularmente, Rio Grande? A quais segmentos sociais esses franceses pertenciam? A emigração foi espontânea ou contratada? Em quais ramos de atividades esses franceses se especializaram?

Com vistas a responder às indagações acima, citamos Paiva, quando diz:

a fixação, o progresso, a mobilidade social, a sucessão das gerações, a opacidade do conteúdo original das representações culturais do grupo – distanciadas no tempo e do espaço de origem – revelam tanto o êxito da imigração quanto a perda de seus elementos constitutivos. Revelam os sentidos da transmutação de um deslocamento que passa do estado provisório ao definitivo. Daí a necessidade de sua compreensão e ressignificação (2010, p. 9).

No ano de 1857, Dutot, membro da Sociedade de Geografia de Paris, distinguiu a migração espontânea da migração contratada, quando discorreu sobre a vinda de franceses para o Brasil. Assim, aconselhou: “os cultivadores franceses devem se fixar no Brasil para propagar ali bons métodos, para fazer nascer ali a previdência, essa virtude tão rara para além do Atlântico” (apud VIDAL; DE LUCA, 2009, p. 17).

A questão da motivação para emigrar é, sem dúvida, uma das mais complexas de ser entendida pelos pesquisadores dos fenômenos migratórios, pois abrange fatores psicológicos de difícil acesso, a não ser que se disponha de cartas ou diários de migrantes que fundamentem a decisão da migração. Sabe-se, no entanto, que alguns propósitos citados pelos franceses como incentivos à migração eram a valorização agrícola do Brasil, motivada pela fundação de pequenas colônias agrícolas, e o branqueamento da população.

O diário do Sr. Jorge Ruffier relata o motivo que levou a família de seus avós paternos a imigrar – problemas financeiros decorrentes da perda do emprego:

Em 24 de fevereiro de 1848, a revolução destituiu o Rei Louis Philipe e o meu avô, que era funcionário do Palácio Real, teve que abandonar Paris e embarcou no Havre no primeiro veleiro encontrado, o qual, por acaso, zarpava para o Brasil (não paginado).

Posteriormente, em 1886, a família Ruffier migrou do Brasil para a Bélgica, com o Sr. Jorge ainda bebê. Em 1903, quando ele já tinha 18 anos, retornaram ao Brasil, impulsionados por dificuldades econômicas, relatadas no diário:

Soube que a situação financeira dos meus pais ia de mal a pior. Receando um embargo sobre os nossos bens, meu pai resolveu embarcar para o Rio de Janeiro em 1903, com Lucien (irmão). Chegando lá ele procurou arranjar uma colocação para mim, numa sociedade açucareira de Sergipe que estava montando uma refinaria na cidade do Rio. Achando que eu era capaz de tomar conta da montagem do aparelhamento elétrico da dita refinaria, já contratou com o diretor da mesma (um amigo dele), Mendonça Guimarães, os meus serviços a partir de junho de 1903. Ficou, então, resolvida a nossa viagem para o Brasil que, nos últimos dias, tomou o aspecto de uma fuga. Minha mãe deixou a casa de Bruxellas liquidando os móveis e foi novamente para Argenteuil a 16 de abril. Chegou uma intimação dos banqueiros de Parisot & Ruffier. Fomos obrigados a despistar. Deixei o meu emprego a 23 de abril. Mandaram-me viajar para Paris. [...] Embarcamos a bordo do “Córdoba” no dia 3 de maio de 1903. Minha mãe, Hélène, Victor, Julliette e eu, receosos de ver aparecer algum oficial de justiça ao nosso encontro. Graças a Deus, saímos sem outro incidente. O vapor era de carga, levava poucos passageiros. Entre esses havia um casal de jovens alemães e uma senhora de Curitiba chamada

Mme. de Nery, com uma menina de cinco anos. Simpatizamos bastante com esta senhora que era o tipo da crioula brasileira. Mais tarde recebemos dela um retrato a cavalo, na fazenda. A viagem se fez em excelentes condições, porém com a demora decorrente da pouca velocidade do barco e das longas estadias nos diversos portos de desembarque de carga (Leixões, Bahia). As paisagens tropicais que descortinávamos em cada porto despertavam a nossa admiração pela cor da luxuriante vegetação até sobre rochas nuas. A entrada da baía de Guanabara, então, foi um deslumbramento. Naquele tempo, o Rio era um conjunto maravilhoso de casas engastadas na vegetação dos morros majestosos. Não havia cais para atracar navios. Tivemos que passar por uma lancha a vapor que nos levou ao cais Pharoux. (não paginado)

A mobilidade geográfica, aqui em questão, corresponde à expectativa de mobilidade social. Ao longo do século XIX e início do século XX, o Brasil era associado à ideia de uma terra de refúgio, ou terra de utopia. Em 1851, colonos residentes na colônia francesa de Valão dos Veados, no estado do Rio de Janeiro, explicaram ao imperador D. Pedro II o seguinte: “Uma circunstância infeliz nos obriga a buscar em seus estados um futuro perdido. Nós pensávamos que a terra do Brasil responderia ao nosso trabalho” (VIDAL; DE LUCA, 2009, p.19-20).

A esse respeito, em 1861, Expilly afirmou que, mesmo sem estabelecer proporções exatas,

a emigração francesa se compõe, para dois terços, de gente sem escrúpulos, cujos vícios ou cujos crimes forçaram a deixar sua pátria [...]. O suporte do terceiro terço é fornecido por negociantes infelizes, mas não degradados; operários laboriosos; pais de família oprimidos pela miséria, que uma louca esperança de fazer rapidamente uma modesta fortuna induziu à expatriação (apud VIDAL; DE LUCA, 2009, p. 20).

No século XIX, a imigração francesa no Brasil, composta por indivíduos urbanos e qualificados, é voltada, em grande parte, para os setores da moda. No entanto, essa realidade comprovada por contemporâneos e pela historiografia encobre a presença de homens e famílias contratados, na França, para fundar colônias agrícolas (VIDAL; DE LUCA, 2009, p. 20). Conforme registro do Sr. Ruffier,

como lutava com dificuldade na Bélgica, resolveu a minha avó – Adèle Louise Walon, nascida em Lille, na França – empreender uma viagem para o Brasil. Não conheço a data exata dessa viagem⁷, nem se o avô acompanhou; parece que não. Sendo hábil costureira, minha avó instalou na esquina das ruas d’Ouvidor e Gonçalves Dias, no Rio de Janeiro, uma loja de modas e camisarias que chamou *La Ville de Bruxelles*. Como

⁷ Nota da autora: esta viagem antecede o ano de 1861, pois, nesse ano, a Sr.^a Adèle Louise Walon deu à luz uma filha no Brasil.

viajava frequentemente para a Europa, trazia de lá as últimas novidades e ganhou uma numerosa e distinta freguesia. O próprio Imperador comprava aí as suas camisas. (sem página).

Apesar de expressiva em alguns momentos, a emigração francesa não foi sistemática ou subsidiada, a exemplo de outras etnias, como italianas, espanholas, portuguesas, sírias, libanesas, japonesas, chinesas e outras oriundas do leste europeu. Parte significativa da presença francesa no Brasil foi resultado de entradas variadas e espontâneas, por meio de movimentos temporalmente distintos, formada por grupos direcionados que ocuparam pontos específicos no país.

Nesse contexto, podemos citar a migração de trabalhadores franceses e descendentes de franceses, no início do século XX, que vieram para o município do Rio Grande, contratados para prestar serviços para a *Cie. Française du Port de Rio Grande do Sul*. Uma publicação da *Cie. Française*, de 1909, diz que “entre novembro e dezembro de 1908 chegaram da Europa os engenheiros, mestres gerais e operários especialistas dos empreiteiros” (ALVES, 2008, p. 400).

A fotografia a seguir mostra o Sr. Parmentier, sogro do Sr. Ruffier, no interior do “carro- salão”, que era usado pelos funcionários da *Cie. Française* para ir a Monte Bonito (Figura 14). O Sr. Parmentier tinha sido contratado para trabalhar na pedreira da *Cie. Française* nessa localidade. Na fotografia, o Sr. Parmentier está acompanhado de suas duas filhas e Madame Carles, que prestava serviços à família. Esta imagem é carregada de significados culturais, percebidos, entre outros aspectos, nas vestimentas femininas e masculina.

O Sr. Ruffier registrou a chegada, em seu diário, da família Parmentier ao Rio Grande:

No dia 29 [de dezembro de 1911], enquanto estávamos almoçando no Hotel Paris, entrou no restaurante um senhor francês acompanhado de duas moças e de dois rapazes que o Caby (companheiro de mesa no Hotel Paris) me apontou dizendo “olhe ali o velho Parmentier que trouxe a família. Ele havia se ausentado para ir buscá-la na Europa”. Foram se instalar numa mesa pouco distante da nossa. De tempo a tempo, eu espreitava a cara das meninas que me pareciam interessantes embora a maior tivesse um queixo bem pronunciado. Soube que saíram logo para Pelotas – Monte Bonito, onde a Société explorava uma pedreira para o abastecimento das rochas necessárias aos molhes em construção. Um grupo tirado um pouco mais tarde, mostra o interior do “carro salão” usado pelo pessoal da Cie. para as viagens Pelotas-Monte Bonito. (não paginado)

Figura 14. Chegada da família Parmentier em Monte Bonito – dezembro de 1911.



Fonte: acervo pessoal.

Aqui, lembramos da noção de ambiguidade em Lefèbvre (1961), que se configura por situações sociais vividas a partir de contradições são percebidas. Reportamo-nos a essa noção porque esses imigrantes franceses chegaram a uma localidade rural, com vestimentas da moda da Europa, em que as mulheres trajavam vestidos longos e pesados e ornamentavam a cabeça com largos chapéus, enquanto o Sr. Parmentier vestia um terno sóbrio, composto com gravata e chapéu. Havia feito uma viagem de Paris até Montevidéu e, nessa fotografia, estavam a caminho de Monte Bonito – distrito de Pelotas –, onde fixaram residência no final de dezembro de 1911.

Na Figura 15, o Sr. Parmentier aparece passeando com a família nos arredores de Monte Bonito, poucos dias após a chegada das filhas vindas de Paris. Novamente, chama-nos atenção uma situação ambígua, identificada no modo como os sujeitos se comportam num contexto ruralizado. As vestimentas configuram um estilo de vestir e um modo de viver urbanos, observados na predominância de roupas de cores claras, possivelmente brancas e beges, em um passeio em terreno arenoso e campestre, destacando-se a elegância dos chapéus femininos. A ambiguidade se dá na medida em que essa vivência ocorre num meio rural.

Figura 15. Passeio da família Parmentier em Monte Bonito – janeiro de 1912.



Fonte: acervo pessoal.

A Figura 16 nos permite observar duas casas ao fundo, que correspondem à residência da família Parmentier, tendo, ao lado, o escritório da *Société de Construction*. Esta fotografia reitera a importância de uma abordagem indissociada das três dimensões de análise do cotidiano em Lefèbvre, ou seja, aqui temos reunidos um exemplo do modo como a família, o lazer e o trabalho se mostravam nas vivências cotidianas.

Figura 16. *Chalet* da família Parmentier e escritório da *Société de Construction*, Monte Bonito – janeiro de 1912.



Fonte: acervo pessoal.

A respeito da migração de trabalhadores franceses que vieram para o Rio Grande, contratados para prestar serviços para a *Cie. Française*, o Sr. Ruffier fez o seguinte relato sobre a sua contratação:

a *Compagnie Française du Port do Rio Grande*, concessionária da construção dos molhes e porto desta cidade, precisou de energia elétrica para a construção, embora, estivesse incluída nas suas instalações uma usina termoelétrica para fornecimento de energia ao porto em funcionamento. Existia no Rio Grande uma pequena usina elétrica instalada pela firma Fernando Martins, sem grandes possibilidades de capitais para aumento de sua potência, mas possuidores de uma concessão para fornecimento exclusivo dentro da cidade. Para resolver o assunto a *Compagnie* resolveu encampar a firma F. Martins, assumindo os compromissos que a mesma tinha para com a municipalidade de instalar os bondes elétricos dentro da cidade no prazo máximo de dois anos a partir da assinatura do contrato da concessão, que datava de 8 de dezembro de 1908. O prazo fatal para tornar caduco o tal contrato era, pois, 8 de dezembro de 1910. Como a *Compagnie Française* arcava com muitos outros problemas mais importantes do que a eletrificação dos bondes muares, ela aceitou prazerosamente o oferecimento do Sr. Byington, de tomar a si essa tarefa, o que significava para Westinghouse a venda de todo o material necessário. Achando, provavelmente, que eu possuía os conhecimentos necessários, além de falar francês, o Sr. Byington propôs ao Sr. Delpit, então Diretor da *Cie. Française*, a minha nomeação como Superintendente da Seção de Eletricidade da *Cie.* [...] E assim foi que, no dia 10 de novembro de 1910, recebi uma proposta da *Cie.* [...], oferecendo-me o lugar de engenheiro eletricista, encarregado da instalação e conservação da luz e bondes elétricos pelo ordenado de 750\$000 mensais, com indenização de moradia e viagem pagas, com a condição de embarcar o quanto antes. [...] Nessas condições achei vantajosa a proposta e respondi afirmativamente, em 12 de novembro, embarcando no dia 19 num vapor Ita da Companhia Costeira que chegou no Rio Grande pelo dia 23. Não podendo decentemente assumir o posto de “engenheiro chefe da seção de eletricidade da *Compagnie Française*”, sem o título de Dr., passei daquela data em diante a ser chamado o “doutor” Ruffier. E assim, o título e a barba que ornava o meu queixo me deram o prestígio que talvez a minha idade, 25 anos, não me teria dado (não paginado).

Aqui, ele registra as memórias do dia de sua chegada no Rio Grande, em 24 de novembro de 1910:

Cheguei pois ao Rio Grande, um tanto assustado pela grande responsabilidade que ousara assumir, tendo pouca prática de máquinas a vapor, de bondes elétricos, de administração de luz e força, enfim, de tudo aquilo que pela insistência do Sr. Byington e a firme vontade de melhorar a minha situação, me havia comprometido a dirigir. Pedi a todos os meus santos protetores e a Nossa boa Mãe do céu que não me abandonassem e... não me saí muito mal. Ao entrar pela barra do Rio Grande, a minha primeira impressão foi que a cidade estava dentro d'água, sobressaindo, apenas, algumas torres de igreja e chaminés de fábrica. Com a

pontualidade proverbial dos vapores da Costeira daquele tempo, chegamos bem hora marcada no Porto Velho, em frente à rua Riachuelo. Os Ita não podiam atracar. Os passageiros eram trazidos de bordo em catraias, pertencentes a uns portugueses. Desembarquei numa rampa existindo ao lado da Alfândega. Fui me encaminhando pela rua Riachuelo em demanda ao “Hotel Paris” que me havia sido indicado como o melhor da cidade. Soprava um vento nordeste louco. O aspecto da cidade era bem atrasado e sujo. Na carta que escrevi para casa logo à minha chegada (24 de novembro), notava a péssima impressão que me fizeram a usina da cidade, a instalação dos bondes muares, enfim tudo aquilo que eu era chamado a endireitar, pobre engenheiro debutante! (não paginado)

Afirmamos que os franceses que fixaram residência, no município do Rio Grande, não sentiram “necessidade de concentrar-se para sedimentar e expandir as aspirações pessoais ou pluralistas, defendendo postura ética ou social” (CARDOSO, 2011, p. 8). É de se salientar a camaradagem entre os franceses e os demais grupos de estrangeiros que habitavam o município:

Inimigo na Europa, (o francês) aqui soube ser cordial com o alemão. Desprezava, aliás, a conduta do inglês no Velho Mundo, mas aqui privava com estes sem constrangimento. Integrava-se, perfeitamente, no ambiente italiano e, principalmente, no português, onde era adorado em razão das falsas virtudes burguesas e do comportamento mundano (CARDOSO, id., ibid.).

A esse respeito, o Sr. Ruffier escreveu em seu diário:

em 1911, visitei outros ingleses da cidade, o Sr. Wigg e os seus filhos Vivian, Cecil e Cedric. Convidaram-me para jogar tênis. Esta recepção muito amável me deu alguma esperança de não me aborrecer nesta cidade de província. [...] A Paróquia do Carmo era naquele tempo dirigida pelo Padre Francisco Diebels. As minhas relações amistosas com este padre alemão não eram bem vistas, por causa da guerra. [...] Até novembro de 1915 nunca havia procurado o Padre Diebels, do qual apreciava muito as práticas, e que me servia de confessor, por causa dessas questiúnculas mesquinhas do nacionalismo. Ora, uma noite, passando pela rua Gal. Bacelar, me senti impelido por uma força misteriosa a entrar na velha casa do vigário. Que bobagem, pensava eu, deixar de conhecer pessoalmente este padre só pelo que vão dizer! E subi na velha escadaria. Encontrei uma paternal acolhida. (sem página).

Provavelmente, a boa mobilidade que o imigrante francês possuiu no Rio Grande, e que o Sr. Ruffier registrou, em seu diário, teve origem no fato de que, no início do século XX, os hábitos e costumes da França estavam em voga no Brasil. Assim, o imigrante francês era a personificação dessa peculiaridade da época. A cultura francesa estava em evidência no Brasil, influenciando a moda nas lojas, nas alfaiatarias, nos cabeleireiros, no linguajar, nos passeios, nas formas de lazer, na criação e aproveitamento dos espaços

públicos, na valorização das atividades físicas, nas festas oferecidas pelas classes média e alta, conforme analisaremos posteriormente, através dos ajustamentos do cotidiano vivenciados na *Belle Époque* do Rio Grande.

5 Fundamentos para uma análise do cotidiano em Henri Lefèbvre

O presente capítulo busca refletir sobre o cotidiano como instrumento de conhecimento e de análise da realidade social, fundamentado em Henri Lefèbvre⁸.

Conforme Lefèbvre (1958), o moderno inaugura o domínio dos sujeitos sobre a natureza, sobre o mundo e sobre a própria vida. No entanto, esse domínio é alienado, pois os sujeitos encontram-se intensamente vinculados a sua própria dominação e a sua própria vida. É comum que os sujeitos, numa situação de alienação, façam uma representação, nem sempre pertinente, das suas condições de existência e das relações que com estas mantêm.

Em um viés dialético, a modernidade é o lugar das virtualidades dadas como possibilidade de superação da alienação e da própria irracionalidade que cerca os sujeitos e, também, é o lugar da reificação⁹. No que diz respeito à questão da reconstrução da vida, a crítica da vida cotidiana proposta por Lefèbvre – que é parte da sua crítica da modernidade – possui significações políticas, porém não doutrinárias ou dogmáticas. Se a reconstrução da vida foi colocada como um problema político, promovendo debates no contexto europeu, a crítica da vida cotidiana de Lefèbvre (1958) participava desse debate sob o lema “*Changer la vie*”¹⁰.

Para tanto, Lefèbvre realizou uma profunda crítica ao pensamento marxista oficial, que não considerava a vida cotidiana objeto de reflexão e esfera de implicações políticas transformadoras, e fez também uma intensa análise da sociedade burguesa, em especial na França, onde ocorreram diversas revoluções burguesas. Em relação à crítica ao marxismo oficial, releu os textos de Marx em suas fontes e propôs uma reflexão sobre a

⁸ Lefèbvre, diferentemente de intelectuais como Adorno e outros frankfurtianos, que se voltaram para problemáticas como a crise da razão, as contradições do iluminismo e a irracionalidade, desenvolveu uma reflexão distinta, porém sem excluir uma crítica da modernidade europeia.

⁹ Para a corrente marxista, o conceito de reificação designa uma forma de alienação que caracteriza o modo de produção capitalista, que acarreta a coisificação das relações sociais, em que estas passam a ser realizadas por meio de relações entre objetos de troca.

¹⁰ Mudar a vida (tradução livre).

teoria da alienação e sobre as raízes do pensamento de Marx a respeito da experiência cotidiana na sociedade moderna (LACOMBE, 2007).

No que se refere à reflexão sobre a sociedade burguesa na França, Lefèbvre analisou as obras de Flaubert, Balzac e Baudelaire, evidenciando como e de que forma a cotidianidade constituía uma questão na experiência de vida da sociedade burguesa. Lefèbvre retorna à literatura em *A vida cotidiana no mundo moderno*, de 1968, em que analisa o romance *Ulisses*, de James Joyce, destacando a relevância do cotidiano na cultura da sociedade moderna, as contradições, os conflitos, os dramas e as significações da cotidianidade. Lefèbvre não se propõe a desenvolver uma sociologia da crítica da vida cotidiana pela literatura. No entanto, a ficção literária é importante para suas reflexões, pois a literatura possibilita uma apropriação do cotidiano e de seus sentidos em uma situação de alienação.

Lefèbvre (1958) destaca, em Marx, as reflexões que definiriam o pensamento marxista sobre a crítica da vida cotidiana, a partir de cinco pontos temáticos: crítica da individualidade; das mistificações; do dinheiro; das necessidades e do trabalho. Cada uma dessas se desenvolve a partir de um tema central, e todas envolvem a teoria da alienação.

Em Marx, a crítica da individualidade apresenta como eixo central a ideia de consciência privada em oposição à pública. Isso nos permite pensar a ideia de consciência fragmentada, consequência do regime de trabalho social, que possui uma divisão acentuada. Com fundamento em Marx (1983), afirmamos que não existe experiência individual e pessoal que não seja social, porque é, antes de tudo, experiência humana vivida em sociedade.

A crítica das mistificações decorre da crítica da consciência privada, pois a consciência mistificada é resultado da ausência de ligações sólidas entre o indivíduo e o mundo. As ideologias da vida moderna suportariam mistificações que permeariam a vida cotidiana, configurando-a em um espaço de diversos mitos e adesões mistificadas que compõem o mal-entendido da consciência privada.

Outro ponto do pensamento marxista sobre a crítica da vida cotidiana é a crítica do dinheiro. Conforme Lefèbvre, a crítica do dinheiro não é a crítica à riqueza, mas resulta da existência humana como atividade prática. Assim, o dinheiro é uma representação da riqueza, sua forma abstrata e alienada; ele é um dos componentes determinantes da cotidianidade.

Associada ao pensamento anterior, através da crítica da necessidade, afirmamos que é, no cotidiano, que as necessidades se configuram como experiência concreta, tanto pela escassez quanto por sua satisfação imediata. Para Lacombe,

nas condições de existência social modernas, todo o reino da necessidade deve ser – e de fato é – reconicionado pela necessidade de ter no dinheiro o meio necessário para a satisfação de todas as demais necessidades, a própria necessidade e sua percepção se encontram em relação de alienação. Com isso, a vida cotidiana que se torna condicionada por essa abstração, fecha ao ser humano, pensado enquanto ser desejante, a possibilidade de realizar-se e desenvolver-se livre e plenamente pelo cultivo de suas potencialidades (2007, p. 9).

Na crítica da necessidade, Lefèbvre (1958) coloca o desejo como elemento da necessidade, sendo este elaborado, vivenciado e cultivado. Assim, o desejo, numa sociedade burguesa, pode ser definido como uma necessidade que não é reconhecida como tal, configurando o luxo e o supérfluo. O modo de produção capitalista estimula a criação de necessidades fictícias, artificiais e imaginárias, não pressupondo a identificação e a satisfação dos desejos reais.

Ao lado da crítica da individualidade, do dinheiro, das necessidades e das mistificações, aparece a crítica do trabalho, que enfoca a alienação do trabalhador. O trabalho é o meio pelo qual, na modernidade, o homem exerce o seu domínio sobre a natureza. Ao ampliar as possibilidades de realização humana, o trabalho amplia, também, a liberdade dos sujeitos. Conforme a leitura de Lefèbvre, a definição marxista de liberdade – concreta e dialética – considera o desenvolvimento do potencial humano, assim a liberdade supõe o aumento do poder humano sobre a natureza e, também, sobre a natureza psíquica e biológica dos homens. A crítica ao trabalho não é expressa de maneira precisa, pois o conceito de trabalho não é problematizado. Trata-se, portanto, da crítica da alienação do trabalho nas relações de produção capitalistas.

Em cada momento histórico em que o homem supera necessidades através do trabalho, amplia sua dominação sobre a natureza, portanto a sua liberdade. Assim, toda liberdade é social; todo indivíduo só é livre na medida em que é partícipe de uma sociedade livre. Por conseguinte, Lefèbvre interpreta o pensamento marxista como um pensamento que transpõe ilusões e dissimulações das experiências sociais concretas e revela suas contradições, ao entendê-las como realidades plenas de conflitos e de possibilidades, ou seja, como crítica da vida cotidiana.

No ano de 1961, Lefèbvre publicou o livro *Critique de la vie quotidienne II – Fondements d'une sociologie de la quotidienneté*, em que aprofunda a teoria das necessidades e sistematiza conceitos e categorias teóricas e de análise, que operam como instrumento teórico para uma sociologia do cotidiano. Disso, decorre a teoria do cotidiano (1961), em que o autor formula categorias específicas do cotidiano, a saber: (1) a concepção de totalidade; (2) a noção de realidade; (3) a alienação; (4) o vivido e o viver; (5) o espontâneo; (6) a noção de ambiguidade; (7) o desafio e a desconfiança; (8) espaço social, tempo social; (9) a práxis; (10) logos, lógica e dialética; (11) lógica e caracterologia, e (12) o campo total. Dessas, destacamos três categorias: a noção de realidade; o vivido e o viver, e a noção de ambiguidade.

A noção de realidade é uma das mais fetichizadas na sociedade moderna, conforme Lefèbvre; é, também, uma das noções centrais do pensamento do cotidiano. Para elevar a noção de realidade à categoria de análise da sociologia do cotidiano, esta foi abordada por um viés dialético. O real é comumente configurado como o concreto, o existente e o tangível. Entretanto, o real é, também, suas representações e suas simbolizações, que guardam uma realidade própria relacionada a ele mesmo. É no âmbito das representações e simbolizações, de desejos e necessidades que ocorre o processo dialético da noção de real. Isso porque o real acompanha o virtual que nele está contido, ou seja, o possível que é um devir, ou ainda, um real futuro passível de existir. A dialética entre o real e o virtual pressupõe a dialética entre o presente e a presença, entre o existente e a existência. Portanto, a realidade engloba a virtualidade que é sua negação e expectativa de superação. Concretizar um possível implica uma tomada de decisão, ou seja, escolher, julgar e agir. Assim, o cotidiano é movido pelo ato de decidir.

Relacionada à noção de realidade, está a categoria específica do vivido e do viver. O vivido, como categoria sociológica, é associado às experiências que ocorrem na cotidianidade e implica a decisão, mas não se limita a ela. O vivido, segundo Lefèbvre (1961, p. 218), pode ser definido por uma focalização da consciência em uma prática, um centro de densidade e calor. Essa focalização se desloca, mudando de nível com distorções que comportam essa mudança. Assim, a consciência dita pessoal ou individual não é um centro dado nem uma esfera fechada, e compreende mudanças de nível e aceção nas focalizações que o indivíduo emprega no interior das práticas para as quais a consciência é mobilizada. Por conseguinte, o vivido se realiza, constantemente, nas tramas das relações pessoais que definem a sua esfera de realidade.

O vivido não se define sem a sua contraparte dialética, o viver. Entre ambos, ocorre um movimento dialético que envolve a cotidianidade e a consciência social. O viver diz respeito à ordem da expectativa da experiência, portanto é impregnado de uma experiência possível e concebida. Desse modo, o viver, que é mais amplo que o vivido, se define como virtualidade, enquanto o vivido é o realizado e o presente. Nesse caso, é inevitável a contradição e o conflito entre ambos, posto que o vivido se define na experiência, por vezes dolorosa, da vida como ela é, ao passo que o viver se define na experiência, às vezes carregada do sentimento da frustração, da constatação da vida como ela poderia ser.

O vivido é da ordem do real, do realizado, ao passo que o viver é da ordem do virtual e do possível. Nessa dialética, o vivido é a experiência dramática da vida, o drama de indivíduos acentuado na contradição. Disso, decorre a característica dramática de cada elemento da decisão como prática e consciência, envolvendo a experiência do drama da escolha, do julgamento e da ação.

Conforme Lefèbvre (1961), a dramatização da decisão implica, socialmente, a teatralização e uma espécie de jogo que recorre a um aparato simbólico e a mecanismos de representação no sentido de amplificar o vivido. Funerais, casamentos, ritualizações, entre outros, seriam exemplos de teatralizações carregadas desses simbolismos que alargam a experiência do vivido. A passagem incessante do vivido ao viver e do viver ao vivido é um aspecto do cotidiano.

A noção de ambiguidade se relaciona com a noção de vivido. A ambiguidade, como Lefèbvre a concebe, pode ser definida como um estancamento da decisão no âmbito do vivido, através da “desdramatização” de seu movimento. A ambiguidade enfatiza a banalidade e a superficialidade das interações e experiências sociais, tornando o vivido e o viver dissimulados. O vivido e o viver, no contexto da ambiguidade, se mostram separados.

A ambiguidade se define e se constitui em situações sociais vividas a partir de contradições não percebidas como tais, e é uma situação social em que o indivíduo adota certa indiferença em relação às contradições e aos conflitos, percebidos como meras diferenças. Na condição de situação social, a ambiguidade nunca é percebida enquanto aquilo que ela é, mas, antes, é vivida num movimento entre os polos opostos da situação, porque os sujeitos evitam fazer escolhas. Portanto, a ambiguidade impede o ato da decisão e atenua o drama, porque a escolha está escondida nas atitudes ambíguas dos indivíduos.

De acordo com Lefèbvre (1961), se o cotidiano está permeado de ambiguidades, ele se caracteriza por conflitos, contradições e tensões escondidos e dissimulados. Essa situação atribui ao cotidiano uma característica de obscuridade, que pode ser desfeita através do estudo crítico da cotidianidade. O contraponto dialético da ambiguidade é a decisão e a exigência de decisão, de escolha, de julgamento e de ação.

Nesse contexto, resta-nos saber se as épocas e os períodos se reconhecem modernistas ou se os sujeitos veem a si mesmos como modernos, pois a vida cotidiana como era vivida, na sociedade moderna, burguesa encontrava-se em constante conflito com os próprios sujeitos que a viviam. A cotidianidade é uma experiência de vida dos sujeitos modernos, assim, o cotidiano é capaz de abranger e sintetizar as características de uma existência que é social e individual. Projetos de vida, desejos, necessidades, satisfações e frustrações carregam o cotidiano de significados.

De acordo com Teixeira Coelho (1990, p. 8), o termo *moderno*

designa alguma coisa mostrando-a, mas não a conceituando; [...] aponta para ela mas não a define; indica-a, sem simbolizá-la. Moderno é, assim, um índice, tipo de signo que veicula uma significação para alguém a partir de uma realidade concreta *em situação* e na dependência da experiência prévia que esse alguém possa ter tido em situações análogas.

Já o modernismo é um estilo, conforme o autor, é “uma linguagem, um código, um sistema ou um conjunto de signos com suas normas e unidades de significação” (1990, p. 10). Assim, o modernismo é uma visão do mundo.

Lefèbvre (1969) definiu o modernismo como a consciência que cada uma das gerações sucessivas teve de si mesma, ou seja, a consciência que as épocas e os períodos tiveram de si mesmos. O autor usou os termos época e período para se referir a um conjunto de pessoas, num dado espaço-tempo, e às relações entre elas estabelecidas.

Considerando o modernismo como representação, este é mais uma fabricação do que propriamente uma ação. A fabricação implica um projeto, fenômenos de consciência ou projeções de si e projetos fantasmiais, certezas e arrogâncias. Assim, o modernismo é um signo produzido por um indivíduo ou grupo de indivíduos, signo de toda uma geração ou apenas de um recorte dela. Se o modernismo é fabricação, a modernidade é a ação. O modernismo é o fato, e a modernidade é a reflexão sobre o fato. Já a modernidade é a crítica ou o esboço mais ou menos da crítica, é a autocrítica quando esta existe (LEFÈBVRE, 1969).

Conforme o autor, ao abordar o cotidiano, caracteriza-se a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade e a modernidade. Trata-se de definir a sociedade, suas transformações e perspectivas, apreendendo, entre fatos aparentemente insignificantes, aquilo que é essencial. Nesse sentido, a cotidianidade é um conceito que conduz ao conhecimento sobre a sociedade (2001).

Ao descrever a cotidianidade moderna, no livro *A vida cotidiana no mundo moderno*, afirma Léfèbvre:

o cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da autorregulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo. Isso substituiria as autorregulações espontâneas e cegas do período da concorrência. A cotidianidade se tornaria assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito, dissimulado sob os outros que o pensamento sistemático que a ação estruturante visa. Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a modernidade. Se o círculo não consegue fechar-se não é por falta de vontade nem de inteligência estratégica: é porque “alguma coisa” de irreduzível se opõe (1991, p. 82).

A cotidianidade da sociedade rio-grandina, na *Belle Époque*, é o nosso principal objeto de reflexão, representado nas diferentes formas de os sujeitos se ajustarem ao espaço urbano, e nos diferentes modos de organizarem o cotidiano, através de suas práticas identificadas nas dimensões da família, do lazer e do trabalho. A crítica da vida cotidiana busca ampliar as possibilidades de apropriação do cotidiano, bem como seus sentidos e significações como experiência social. Por conseguinte, refletir sobre o cotidiano implica explorá-lo por meio das dimensões que o constituem.

A esse respeito, Lefèbvre (1958) identifica, na família, no lazer e no trabalho, as três dimensões da cotidianidade, que, numa relação dialética, formam uma unidade, ou seja, uma totalidade que deve ser apreendida. Nesta pesquisa, as dimensões família, lazer e trabalho se encontram articuladas de modo indissociável nas narrativas escritas e fotográficas do Sr. Ruffier sobre a vida cotidiana na sociedade rio-grandina do início do século XX, e constituem nossas dimensões de análise. Ademais, a narrativa ilustra o conceito de cotidiano em Lefèbvre, ao o configurar como espaço social e lugar da experiência do jogo – trama que envolve as pessoas que atuam no cotidiano – e ao envolver as disposições cotidianas corporais e cognitivas na prática social.

Refletir o cotidiano, em suas três dimensões, é entendê-lo como uma esfera da vida social plena de conflitos. O pensamento de que a realização humana e a integração social ocorrem através do trabalho é contraposto ao contexto concreto do modo de vida moderno, em que projetos, aspirações e desejos dos sujeitos envolvem essas dimensões. Assim, o social como princípio da existência humana se concretiza, também, no lazer e na vida familiar.

Os momentos de lazer, na modernidade, foram reduzidos a situações passivas, e as formas de fruição passaram a ser condicionadas pela exploração capitalista, submeteram a fruição a um relaxamento em relação ao trabalho. Portanto, o regime de trabalho da vida cotidiana, determinado pela tecnicidade, demandava formas de lazer alienantes, sejam físicas, exemplificadas no esporte e no jogo, sejam intelectuais, exemplificadas no artesanato e no *hobby*.

Nesta pesquisa, não temos a intenção de aprofundar um estudo acerca das formas de lazer acima qualificadas como alienantes, porém entendemos a disposição do Sr. Ruffier ao registro fotográfico como uma forma de lazer, configurada como uma espécie de *hobby* ao longo de sua vida. A esse respeito, encontramos, no diário, uma passagem que reporta, possivelmente, às origens desse processo, quando este relata:

O velho Barroso era corretor e amigo do meu pai. Assim, freqüentei essa casa e ali conheci o compositor Barroso Neto que acabava de casar. Este, além da música, cultivava a arte fotográfica. A vista dos belos quadros que ele realizava me entusiasmou. Lembro-me estar com ele enquanto ele no piano estava compondo a sua famosa valsa lenta. Procurei, mais tarde, imitá-lo. Fiz alguns estudos de retratos, até mandei algumas fotos para a exposição do clube de fotos (a contribuição mensal do clube era 5\$000). Mas, ao lado dessas recreações era preciso ganhar o pão para a família. (não paginado)

Se entendermos como matriz dessa experiência identitária a memória local constituída nos arquivos escritos e fotográficos do Sr. Ruffier, podemos pensá-la como metamemória, conceito elaborado por Joel Candau (2011) para explicar como opera a noção de memória coletiva nos sujeitos. Para o antropólogo, a representação que fazemos de nossas lembranças está associada à nossa inserção em um contexto social a partir do qual construímos nossa identidade.

Nesse sentido, a memória e a identidade narrativa nos colocam diante das diversas temporalidades que se superpõem no cenário urbano e das formas memoriais que delas emergem. Ainda, memória e identidade são indissociáveis. A memória nos modela e é

também por nós modelada. Isso sintetiza a dialética da memória e da identidade, que se conjugam, se apoiam mutuamente, para produzir uma trajetória de vida, uma história, uma narrativa. Podemos dizer que o desejo de preservação da memória, concretizado no diário e no acervo fotográfico do Sr. Ruffier, assegura o sentimento de continuidade pessoal e social.

Assim, a memória pode tanto reforçar (lembrança) quanto enfraquecer (esquecimento) o sentimento de identidade. Em caso de perda de memória, acredita-se que um pouco de nós mesmos se perdeu, ou seja, o esquecimento é acompanhado do sentimento de perda de identidade pessoal ou coletiva. Ou ainda, uma perda da essência, ou, mais especificamente, a representação de uma perda da essência. A memória, assim, deve ser associada à constituição da identidade.

Considerando que toda produção, incluindo a reflexão, é resultado de uma coletividade e não apenas de um sujeito, então, a consciência que o sujeito possui de uma época seria a consciência dessa época. Desse modo, o recurso metodológico adotado, nesta pesquisa, apreende, em análise, as imagens e os escritos que compõem a narrativa desse sujeito urbano do Rio Grande. A partir dos arquivos do Sr. Ruffier, buscamos reconhecer as dimensões narradas do personagem, procurando encontrar seus pontos de articulação no espaço da cidade e da vida cotidiana.

As memórias apresentam significações dignas de serem desveladas, pois envolvem um processo de construção e reconstrução de experiências vividas e, neste estudo, contribuem para um melhor entendimento da interação dos sujeitos com o cotidiano e com o urbano. Maurice Halbwachs (1990) afirma que os lugares da memória apresentam um poder – fixo em pedras, monumentos e construções arquitetônicas – capaz tanto de impor a representação de um grupo sobre outros, quanto de abrir espaço para que grupos oprimidos fortaleçam as suas identidades na recuperação e na ressignificação de vestígios da memória.

Ao refletimos sobre a incompletude da memória, compreendemo-la como fugidia. Sob esse enfoque, Habermas (2000) diz que é, na linguagem, que se promovem as características transcendentais do mundo da vida, as quais garantem o devir das tradições e a integração dos grupos, bem como as normas e os valores socializados pelas gerações que se sucedem.

Assim, buscamos, nos escritos reunidos no diário do Sr. Ruffier e no acervo fotográfico, a linguagem necessária à reconstrução e à apresentação da memória, a partir daquilo que o narrador lembra, seleciona e apresenta dos seus arquivos conservados. Portanto, investigamos como, no cotidiano, a memória interage para formar a identidade dos sujeitos na vivência das formas sociais. É, portanto, possível afirmar que levamos em consideração a memória do cotidiano ao recuperar narrativas e imagens de uma dada realidade representada em dispositivos de visibilidade, como os álbuns de família e o diário. Ainda, utilizaremos as imagens do acervo fotográfico do Sr. Ruffier, com o objetivo de reunir um conjunto de reflexões que opere como fundamentação teórica e instrumental analítico das questões acerca do cotidiano e do urbano no Rio Grande da *Belle Époque*.

6 A Belle Époque do Rio Grande no diário pessoal e nos álbuns fotográficos do Sr. Ruffier

Este capítulo apresenta um panorama sobre a inserção da sociedade rio-grandina no mercado mundial, entre os anos 1900 e 1920¹¹, refletindo sobre o modo como esse período foi vivenciado, através da análise do cotidiano. Para tanto, as questões referentes ao cotidiano são fundamentadas em Henri Lefèbvre, que analisa o movimento do real constituído na industrialização-urbanização e aborda o urbano como uma mudança qualitativa desse processo, conduzindo o cotidiano ao primeiro plano.

Desse modo, o pensamento lefèbvriano revela o urbano de natureza dialética (da forma e do conteúdo), incluindo-o no movimento da história humana e de suas possibilidades. Nesse contexto, para o autor, o urbano não se define apenas através de conteúdos, mas como forma urbana (mentalmente, a simultaneidade; socialmente, o encontro, a reunião). Portanto, daremos visibilidade à dinâmica dos processos de mudança no cotidiano da sociedade burguesa do Rio Grande, nos primeiros anos de 1900.

Nesse sentido, reportamo-nos à crítica da modernidade em Lefèbvre (1958), que envolve duas questões: a primeira é o dilema do sujeito europeu de reconstrução da vida diante do pós-guerra; a segunda questão refere-se às irracionalidades do moderno diante da alienação cotidiana perpassando toda a sociedade.

A convicção na prosperidade, no progresso material e na possibilidade de solucionar os problemas sociais, por meio da técnica, consagrou as ideias liberais que caracterizaram o final do século XIX e o início do século XX. Os efeitos da revolução técnico-científica apontavam para uma mundialização cultural e social por meio das tecnologias que reconfiguravam o ritmo da vida cotidiana. Assim, por intermédio do

¹¹ Ao contrário do que ocorreu na França, a *Belle Époque*, no Brasil, ocorreu durante o período da Primeira Guerra Mundial. No entanto, não há consenso entre os pesquisadores a respeito do tempo de duração desse período no país. Para Sevcenko (1998), a *Belle Époque* brasileira iniciou-se em 1900 e estendeu-se por duas décadas, ou seja, até a década de 1920, entrando em decadência ao mesmo tempo em que o regime republicano declinava. Já para Bittencourt (2007), o referido período ocorreu entre os decênios de 1890 e 1920.

mundo prático sensível das tecnologias, a qualidade de vida cultural, social e econômica se elevou significativamente.

O término do Segundo Reinado e as décadas iniciais do período republicano, no Brasil, constituíram este cenário. Assim, formaram-se os alicerces para que a sociedade rio-grandina vivenciasse o cotidiano da *Belle Époque*. Diferentemente do que ocorreu na França, a *Belle Époque*, no Brasil, ocorreu durante o período da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, não há consenso entre os pesquisadores a respeito do tempo de duração desse período no país. Para Sevcenko, a *Belle Époque* brasileira iniciou-se em 1900 e estendeu-se até a década de 1920, entrando em decadência ao mesmo tempo em que o regime republicano declinava. Já para Bittencourt, o período ocorreu entre os decênios de 1890 e 1920.

Conforme Ana Maria Daou, a *Belle Époque*, no Brasil, expressou a euforia e o triunfo da sociedade burguesa, “no momento em que se notabilizavam as conquistas materiais e tecnológicas, se ampliaram as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia vastas áreas do globo antes isoladas” (2004, p. 7). Assim, pode-se dizer que a *Belle Époque* foi produto do progresso que o Rio Grande vinha vivenciando. Portanto, podemos afirmar que a cidade conquistou lugar nas transformações que ampliavam, de modo significativo, as áreas do planeta, sob a influência e o domínio das economias industriais e das crenças e valores correspondentes.

A presença de bens industriais de consumo europeus e americanos, no cotidiano de sociedades geograficamente distanciadas dos centros de produção, foi privilegiada pelos valores tributários do credo liberal que encontravam adeptos

e vieram a formar as bases da aceitação para que as expansões européias e americana encontrassem ambiente particularmente favorável. Essa entrada triunfal teve expressão particular no Brasil, num momento em que se atrelavam às transformações advindas da dinâmica da sociedade liberal em expansão o projeto republicano – que no Brasil, expressará a redenção da situação colonial e a consoante implantação de uma nova ordem de progresso (DAOU, 2004, p. 17).

O momento inicial do período republicano foi uma fase eufórica para os beneficiados pelo novo regime. Durante esses anos, aumentaram as exportações para as nações combatentes na Primeira Guerra Mundial e desenvolveram-se novas indústrias para substituir parte do que, até então, se importava, situação fortemente observada no

Rio Grande. Nesse mesmo período, as relações do Brasil com a Inglaterra e a França – nações industrializadas – se intensificaram. Essa aproximação foi fundamental para a adoção de novos modos de vida cotidiana no Brasil. Desse modo, o padrão lusitano do período colonial perdia sua soberania, e as elites brasileiras, particularmente, a rio-grandina, acolhiam a cultura burguesa europeia para legitimar as suas aspirações de superioridade social.

De acordo com o sociólogo Gilberto Freyre,

tudo que era português foi ficando “mau gosto”; tudo que era francês ou inglês ou italiano ou alemão foi ficando “bom gosto”. Grandes cargas de panos, móveis, louças, artigos de luxo franceses, inundaram os portos do Brasil, logo que a França pôde competir com a Grã-Bretanha na conquista do mercado brasileiro. O brasileiro, mal saído das sombras do sistema patriarcal e da indústria caseira, deixou-se estontear da maneira mais completa pelos brilhos, às vezes falsos, de tudo que era artigo de fábrica vindo da Europa (1977, p. 336).

Em lugar das velhas necessidades cotidianas, supridas por produtos nacionais, surgiram novas demandas, atendidas por produtos de países longínquos e de climas diversos. A antiga autossuficiência e o isolamento local e nacional cedem espaço a um intercâmbio e dependência entre nações de modo generalizado. Conforme Marx, “produção, distribuição, troca, consumo, formam assim, um silogismo correto: produção é a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; consumo, a individualidade expressa pela conclusão” (1973, p. 7).

O efeito globalizante dessa revolução científico-tecnológica tornou-se real, e as novas condições da economia globalizada e seus princípios de racionalidade técnica permitiram que, no início de 1900, o Rio Grande vivenciasse um momento de modernização e o surgimento de uma elite com pensamentos cosmopolitas. Tal fato expressa uma transformação social que implicou a passagem de uma sociedade ruralizada para uma sociedade mais cidadina.

O crescente desenvolvimento das cidades consolidou a hierarquia das relações sociais através da oposição entre o arcaísmo brasileiro e os valores europeus burgueses, e as realidades associadas às transformações do estilo de vida na sociedade, constituindo espaço para novas sociabilidades. O propósito da “europeização” era instruir ao modo e aos comportamentos burgueses, adotando os valores individualistas oriundos do capitalismo, numa sociedade ainda dependente e pouco burguesa em relação às europeias.

Conforme Freyre, nesse período, houve a incorporação de inúmeras palavras de origem estrangeira, tanto pelo efeito cultural como por necessidade da adoção e criação de termos e expressões para nomear os novos recursos, artigos, situações e equipamentos oriundos das mudanças cotidianas. Podemos citar exemplos – alguns, inclusive, adaptados à grafia em português: madame, clichê, bombom, marrom, crayon, detalhe, pastel, bebê, puré, festival, envelope, mignon, marquise, omelete, suíte, crèche, entre outras (FREYRE, 1974, p. 215-216, in SEVCENKO, 1998, p. 651). Ressalta-se que não eram apenas os objetos que preocupavam as novas burguesias, mas o uso que esses poderiam ter dentro do cenário burguês vivido.

Esses hábitos e virtudes tornavam-se a essência da chegada da modernidade ao Brasil e, de modo semelhante, ao Rio Grande, decorrente da troca de mercadorias, que, por sua vez, repercutia sobre as modificações das estruturas de sociabilidade vivenciadas cotidianamente. O processo de importação de estilo de vida europeu trouxe uma modernidade de característica tradicionalista, metamorfoseando esta em algo distinto das ideias originais.

Esse processo motivou Freyre a uma investigação do cotidiano social do século XIX e o fez afirmar que a modernidade brasileira conservava a essência da nossa tradição. Para o sociólogo, a europeização e o aburguesamento da sociedade, impulsionados por ideias originadas em uma realidade social distinta, chegavam distorcidos, tornando-se singulares, uma vez que ainda não havia aqui nem uma urbanização clássica nem um grupo social efetivamente burguês, posto que o Brasil iniciava seu processo de urbanização e ainda possuía resquícios do escravismo.

A afirmação de Freyre a respeito de não haver, no Brasil, uma urbanização clássica pode ser ilustrada na imagem abaixo (Figura 17), que mostra a Rua 24 de Maio, em Rio Grande, com o prédio do Asilo de Pobres à esquerda, tendo, em frente, um terreno baldio, com animais pastando e poças de água. A fotografia foi feita do segundo andar da residência do Sr. Ruffier, no ano de 1912. Esta imagem pode ser analisada como uma representação de duas temporalidades diferentes que se sobrepõem no cenário da cidade e que expressam um período histórico urbano e outro anterior.

Figura 17. Vista da Rua 24 de Maio – 1912.



Fonte: acervo pessoal.

No entanto, no decorrer das transformações urbanas advindas do processo de desenvolvimento do Rio Grande, alguns anos mais tarde, aquele terreno baldio foi transformado em uma praça pública. Na fotografia abaixo (Figura 18), vemos que esta praça, chamada Montevideú, era utilizada para momentos de lazer das crianças da família Ruffier, que residiam em frente.

Figura 18. Crianças da família Ruffier na Praça Montevideú – sem data.



Fonte: acervo pessoal.

Afirmamos que as populações urbanas brasileiras do início do século XX procuravam parecer europeias – fato que pode ser caracterizado como uma ambiguidade da vida cotidiana. Assim, a cidade é o local onde melhor se realiza a padronização dos comportamentos, portanto é, também, na cidade que serão mais bem observados os desencontros entre o pensar e o viver. Corroborando a afirmação anterior, citamos Bittencourt:

na intimidade das casas havia uma acentuada continuidade da cultura tradicional luso-brasileira; fora dela, impunha-se uma fantasia europeizante deslocada, alienadora, grandemente alicerçada em modelos culturais franco-ingleses. As populações urbanas das cidades brasileiras da segunda metade do Novecentos procuravam parecer o mais europeias possível. E aqui se faz importante a noção de que a cidade é, justamente, o local onde melhor se realiza a padronização dos comportamentos (2007, p. 40).

Assim, afirmamos que a influência da cultura europeia ocidental não ibérica, no Brasil, pode ser identificada em diferentes níveis desde 1500. Portanto, o que se observa no final do século XIX e início do século XX não é uma introdução desses hábitos e costumes nas sociedades brasileiras, mas o triunfo desse modo de viver.

A vida cotidiana como ela era, de fato, vivida na sociedade burguesa, caracterizava-se por um estado permanente de conflito com os sujeitos que a viviam. Disso, decorriam os desencontros que marcavam as diferenças entre o pensar e o viver, o conceber e o agir. Nesse sentido, para Lefèbvre, é, em Marx, que temos os elos que ligam o pensamento à ação, às ideias e à experiência do vivido (1958). O autor defende que a crítica da vida cotidiana possui como tarefa intelectual e política alargar as possibilidades de apropriação do cotidiano, de seus sentidos e de suas significações vividas na experiência social. Conforme Lacombe,

se há contradição entre a consciência e a vida cotidiana na qual ela se forma, o método da reflexão de Marx consistia justamente em encontrar o elo de ligação entre o que os homens são e o que eles pensam ser, entre o que eles pensam, querem e desejam e o que eles vivem e são de fato (2007, p. 151).

Consideramos que a perspectiva de Lefèbvre sobre o cotidiano pode ser aproximada das experiências de vida da sociedade rio-grandina da *Belle Époque*, em sua estrutura, modo de funcionamento e dilemas. O modo como a elite rio-grandina viveu o período *Belle Époque* aponta para características culturais semelhantes a um contexto mais amplo. O cotidiano privado não apresentou mudanças significativas, mas o público

revelou transformações profundas. A rua eram os cafés, os restaurantes, os teatros, os cinemas, e, também, os escritórios, as bancas de advogados, os clubes e os centros políticos.

Desse modo, se as famílias queriam progredir, era imprescindível que o seu chefe cultivasse relações sociais, e progredir era o objetivo da nova classe média, composta por profissionais liberais. Assim, o crescimento da sociedade de consumo, a maior ênfase no lazer e os problemas da vida familiar eram elementos tão importantes quanto os dilemas do mundo do trabalho. Se a tecnicidade adentrava o cotidiano de modo intenso, essa não se limitava à fábrica ou ao escritório, mas compunha a cotidianidade familiar e os lazeres. A tecnicidade tornou-se um elemento relevante na cotidianidade do pós-guerra.

No Rio Grande, a burguesia citadina, que estava comprometida com o comércio marítimo – intimamente vinculado às atividades portuárias, a exemplo das principais cidades latino-americanas do século XIX –, viveu uma ascensão econômica e social, constituindo, assim, um estilo de vida europeizado nas relações sociais e na fisionomia urbana. Limonad (2003, p. 23) destaca que o cotidiano, para Lefèbvre, integraria o que é chamado de ordem próxima, na medida em que a vida cotidiana se traduz na vida de todos os sujeitos, já que ninguém pode desligar-se por inteiro da cotidianidade e não há quem viva exclusivamente na cotidianidade.

Retornando à história do município, no período compreendido entre 1870 e 1880, Rio Grande atraiu a instalação de indústrias não artesanais, entre as quais se destaca, por sua dimensão e pioneirismo, a Companhia União Fabril, inaugurada em 1873, que exportava tecidos de lã para todo o Brasil e exterior. Mencionamos, também, a fábrica de charutos Pooch e Cia., onde trabalhavam técnicos especialistas oriundos da Alemanha e de Cuba. Ao final do século XIX, Rio Grande possuía o maior parque industrial do estado do Rio Grande do Sul.

O dinamismo da economia internacional promoveu o contato sistemático dos rio-grandinos, com o fluxo da economia internacional. Assim, usufruíam como consumidores do conforto material que caracterizou a *Belle Époque*.

Corroborando a nossa afirmação, Freyre afirma que:

a valorização social começara a fazer-se em volta de outros elementos: em torno da Europa burguesa, donde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata. Também roupa de homem menos colorida e mais cinzenta; o maior gosto pelo teatro, que foi substituindo a igreja; pela carruagem de quatro rodas que foi substituindo o cavalo ou o palanquim; pela bengala e pelo chapéu-de-sol que foram substituindo a espada de capitão ou de sargento-mor dos antigos senhores rurais. E todos esses novos valores foram tornando-se as insígnias de mando de uma nova aristocracia: a dos sobrados (1977, p. 574).

Em decorrência do contexto econômico mundial, o Rio Grande, entre o final do século XIX e o início do século XX, viveu um significativo desenvolvimento industrial que reverberou na infraestrutura urbana (figura 19). De acordo com Martins,

nesse período seriam realizadas as principais obras de infra-estrutura, como redes de esgoto, melhoria no abastecimento de água, transportes, comunicações e tudo o que havia de melhor disponível à época. A situação de cidade portuária e industrial a beneficiava, numa economia nacional ainda não integrada e que, assim sendo, a favorecia (2006, p. 225).

Figura 19. Canaleta da Rua Major Carlos Pinto, ainda em construção – 1926.



Fonte: acervo pessoal.

O cotidiano urbano do Rio Grande passou por transformações oriundas do processo de industrialização. Assim, despontou a necessidade de ajustar o espaço físico da cidade à nova realidade. A população do município cresceu e diversificou-se, multiplicaram-se as suas atividades em diferentes setores produtivos, modificou-se o espaço urbano e foram alterados os tradicionais costumes e as formas de pensar dos sujeitos citadinos. Conforme Lefèbvre (1986, p. 159), o urbano é a simultaneidade; a reunião é uma forma social que se afirma.

Como repercussão dos processos de urbanização e industrialização, ampliaram-se as possibilidades de lazer e cultura, aumentando o número de teatros, cafés, bilhares, cabarés, bibliotecas, sociedades musicais e dramáticas, clubes, jornais, entre outros. Rio Grande passou a ter diversas casas de comércio por atacado e para vendas a varejo. As ruas, os cafés e os bairros ficaram cheios de pessoas que prosperavam nas mais diversas atividades.

Os cafés e as confeitarias possuíam destaque na vida social diurna e noturna do Rio Grande, pois era, nesses lugares, que ocorriam reuniões para conversas informais, discussões políticas, profissionais e culturais, configurando a tendência de um novo modo de viver a cidade, inspirada num modelo europeu de lazer. Na Europa, os cafés proliferaram a partir de século XVIII e, no Brasil, o desenvolvimento dos cafezais do Sudeste impulsionou mudanças nos costumes nacionais.

Pelo exposto, o cotidiano pode ser aqui analisado através da dimensão de lazer, posto que a cotidianidade da sociedade rio-grandina é representada em diferentes formas com que os sujeitos se adequaram ao espaço urbano, bem como os modos de viverem o cotidiano, em práticas identificadas no lazer.

Assim como outras cidades brasileiras, Rio Grande, no final do século XIX, manifestava problemas urbanos, tais como cortiços e pensões estabelecidos em velhos casarões – associados à promiscuidade e a doenças epidêmicas –, ruas sem iluminação e estreitas e, ainda, questões ligadas à infraestrutura e ao fornecimento de serviços. De acordo com Bittencourt, “a fim de reverter este quadro, as elites buscavam construir uma nova imagem da cidade, inspirada nas grandes capitais européias e no gosto pelo monumental” (2007, p. 46).

Com a implantação da República no Brasil, o raciocínio higienista sujeitou a herança colonial à obsolescência e às demolições. Juntamente com o início do período republicano, surgiram projetos de melhoramento urbano e de sistematização da economia. A modernização desse período não era entendida como uma prática de descaracterização das cidades, mas, sim, como algo a ser alcançado.

A ordenação da natureza, no que tange aos espaços da modernização do Rio Grande, incluía projetos de embelezamento urbano alicerçados em modelos parisienses. A partir da segunda metade do século XIX, tal tendência era identificada no plano cultural e nos espaços públicos das cidades, em que predominavam, além das influências

estéticas, árvores e plantas oriundas da Europa.

Freyre registrou o desprezo pelos elementos oriundos da flora africana e asiática aqui já aclimatados (1977, p. 456-457). Os ícones dessa tendência podem ser identificados em praças, largos e jardins, que se tornaram os lugares de lazer preferidos pela elite rio-grandina, os quais potencializavam as novas relações de uma vida pública. Um exemplo disso, para Bittencourt, foi a construção da Praça Xavier Ferreira, localizada em zona mista – comercial e residencial nobre,

circundada por um gradil, iluminada, arborizada, com belos jardins em estilo francês, lago em espelho, monumentos e chafariz metálico importado da Inglaterra, este tradicional espaço público de sociabilidade foi modernizado (isto é, retificado e limpo da presença popular), adquirindo um “tom aristocrático” e constituindo-se no ponto de encontro das famílias elegantes aos domingos, no passeio matinal das crianças e dos bebês, e no local predileto dos namorados que se embalavam com o som das retretas ao entardecer. Passeio Público, onde os rio-grandinos viam e eram vistos (2007, p. 80).

Podemos, ainda, citar a Praça Tamandaré, situada no centro da cidade, um grande parque que possuía iluminação e grades, um excelente projeto de arborização e jardins, além de passeios, monumentos, chafariz metálico, quiosques e um coreto. Havia, ainda, um catavento que bombeava a água para dentro dos lagos com pequenas ilhas, pontes e canais artificiais, por onde circulavam pequenos barcos, como mostram as imagens abaixo, que faziam parte dos arquivos do Sr. Ruffier (figuras 20, 21 e 22).

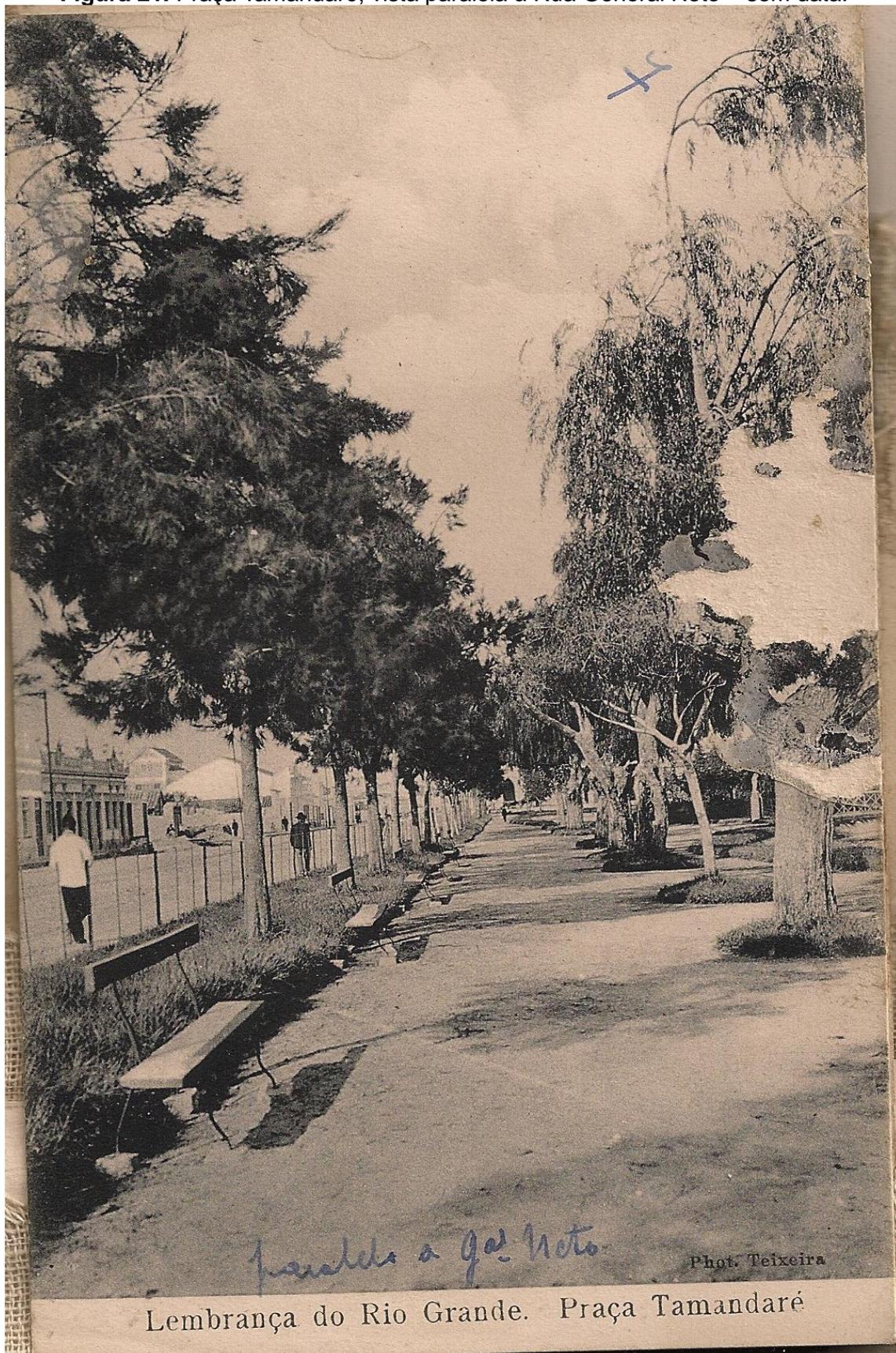
A construção da Praça Tamandaré seguiu um modelo europeu burguês, pois expressava o resultado de uma busca pelo progresso, ao mesmo tempo em que se inseria no contexto de modernização e higienização da cidade. A sociedade rio-grandina foi impulsionada a desfrutar do espaço público, como forma de lazer, “circulando em uma atmosfera saudável e forjando, assim, novas práticas urbanas adequadas aos novos tempos” (BITTENCOURT, 2007, p. 81).

Figura 20. Passeio de barco na Praça Tamandaré.



Fonte: acervo pessoal, sem data.

Figura 21. Praça Tamandaré, vista paralela à Rua General Neto – sem data.



Fonte: acervo pessoal.

Figura 22. Família Ruffier passeando na Praça Tamandaré – sem data.



Fonte: acervo pessoal.

A integração da sociedade com a urbe foi favorecida pelos processos de embelezamento e higienização da cidade, reforçando as experiências sociais na rua. Cumpre destacar que, no final do século XIX, foram importados da França quatro chafarizes, instalados nas quatro praças centrais do município: Praça Xavier Ferreira, Praça Tamandaré, Praça da Caridade e Praça Sete de Setembro. O chafariz da Praça Xavier Ferreira, instalado no ano de 1874, era o maior deles, e sua localização foi decidida de forma polêmica, pois muitos preferiam que o chafariz fosse colocado próximo à porta principal do Mercado Municipal (ALVES, 2009).

Outra tendência do final do século XIX foi a valorização das atividades físicas. A expressão *Mens sana in corpore sano* foi posta em prática, e a cidade era um local agradável para exercer o *footing* – ou *flânerie* em francês. No Rio Grande, ao entardecer, a Rua Marechal Floriano Peixoto servia de palco para o convívio social das pessoas que ali conheciam as novidades do comércio, encontravam amigos e exibiam boas maneiras e vestimentas inspiradas em moldes franceses.

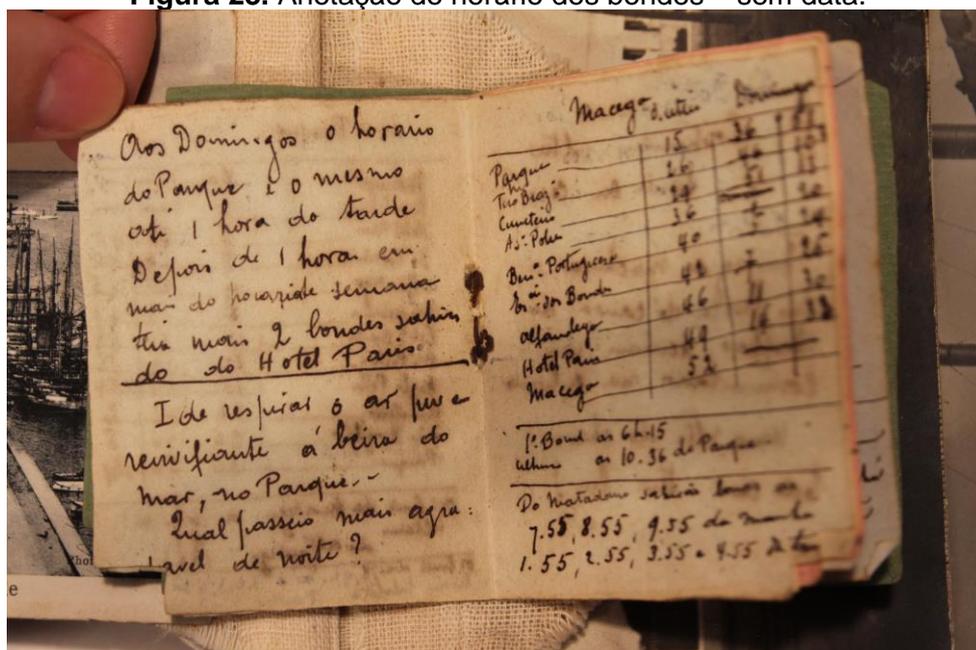
Assim, as ruas centrais do município, que antes recebiam as manifestações populares, tiveram suas funções redimensionadas, pois passaram a caracterizar-se como um espaço de consumo e trabalho. Desse modo, os excluídos socialmente, a exemplo de

pobres e prostitutas, eram malvistas nesses locais e não faziam parte desse contexto.

Destaca-se a importância da instalação de iluminação nas ruas no ano de 1848 e a melhoria do serviço ao longo dos anos seguintes. Assim, as ruas se tornaram mais seguras, intensificando a vida social noturna em clubes, cinemas, cafés, teatros etc. Outros modos de socialização e lazer ao ar livre eram os piqueniques familiares, nos arredores da cidade, aos finais de semana, em locais como o Parque Rio-Grandense e o Bosque - áreas que possuíam matas de eucaliptos e dunas. A sociedade rio-grandina usufruía dos bondes para chegar a esses locais – os economicamente privilegiados utilizavam *cabriolets*, *tilburys*, *sièges*, que eram importados, fabricados em Rio Grande ou em Pelotas, e, anos mais tarde, passaram a fazer uso do automóvel. Nesse contexto de sociabilidades ao ar livre, podemos citar a inauguração, em 1922, do Hipódromo Independência do Jockey Club do Rio Grande. Na imagem a seguir (Figura 23), vemos uma anotação do Sr. Ruffier sobre os horários do bonde até o Parque aos domingos, e a seguinte sugestão: “Ide respirar o ar puro revivificante à beira do mar no Parque. Qual passeio mais agradável de noite?”. E no seu diário, anotou:

Procurei, também, promover mais interesse dos moradores para o “Parque”, ponto terminal ou fim de linha de um dos circuitos. Tinha um bonito jardim arborizado no qual estava construída uma casa que aproveitei para instalar nela um restaurante. (não paginado)

Figura 23. Anotação do horário dos bondes – sem data.



Fonte: acervo pessoal, sem data.

As cidades que enriqueciam não queriam tranquilidade, mas o burburinho do que gerava a riqueza. O modelo de Haussmann nutriu as decisões das novas burguesias citadinas em apagar o passado, modificando o espaço urbano. Por consequência, a arquitetura moderna pode ser identificada na construção de avenidas, praças, bulevares, passeios e teatros; no entanto, esse impulso, em direção ao novo, não foi capaz de extinguir a velha cidade.

A fotografia a seguir (Figura 24) mostra a retirada de um poste no centro do Rio Grande, com o objetivo de tornar a rua mais ampla. No verso da fotografia, o Sr. Ruffier fez a seguinte descrição: “serviço de remoção de um poste para alargamento do passeio à Rua Marechal Floriano esquina Andrade Neves”. Assim, constatamos um exemplo de melhoramento da circulação através da ampliação da rua, com vistas a atender às necessidades de um novo modo de vida que caracterizava o cotidiano da época.

Figura 24. Ampliação da Rua Marechal Floriano, esquina Rua Andrade Neves – 1911.



Fonte: acervo pessoal.

Rio Grande, como cidade portuária, esteve permanentemente aberta a intercâmbios nacionais e internacionais, sob a influência de uma diversidade de gostos e de costumes, em consequência da troca de experiências com outros centros urbanos. Tal fato pode ser constatado, no decorrer dos anos 1800, quando se disseminou o gosto por saraus literários e musicais, nos salões residenciais de famílias abastadas. Nessas ocasiões, encenavam-se quadros dramáticos de curta duração, recitavam-se poemas; os estudantes de música exibiam suas habilidades no canto e nos instrumentos. Esses ambientes abrigavam discussões sobre política, teatro, literatura, ou apenas as pessoas divertiam-se jogando cartas. Nesse contexto, reconhecemos uma espécie de persistência de valores aristocráticos na sociedade burguesa, além de uma consolidação dos hábitos da sociedade francesa, famosa pelo refinamento e conversação, como inspiração dos frequentadores desses ambientes.

Não obstante os salões sejam percebidos em diferentes países e com certas variantes, os salões literários são típicos da vida cultural francesa dos séculos XVII, XVIII e XIX, constituindo-se como centros de intercâmbio de ideias em que a política, o amor e as artes forneciam os temas da conversação. Promovidos por damas da sociedade, dominavam esses ambientes o linguajar amaneirado, a finura dos gestos, o culto de todas as etiquetas, os rasgos competitivos de inteligência.

Por efeito, o salão de festas adquiriu uma imponente importância simbólica no cotidiano dos sujeitos, era um indicativo de classe. Possuir um salão representava mundanidade e sociabilidade, duas características burguesas. Nas palavras de Jurgen Habermas, “a sala de visitas não serve para a casa, mas sim à ‘sociedade’; e essa sociedade da sala de visitas está bem longe de coincidir, em seu significado, com o círculo restrito e rigorosamente fechado dos amigos da casa” (1985, p. 228). Nessa peça da casa, onde ocorriam reuniões, dava-se o alargamento do universo social da família, conforme podemos perceber no relato do Sr. Ruffier:

A noite do mesmo dia (14 de maio de 1911) havia uma reunião na casa do Dr. Duprat, o médico que a Cie. havia contratado para a assistência médica de todo o pessoal. Era um médico de descendência francesa muito competente e, sobretudo, muito consciencioso. A reunião se realizava em honra ao chefe da casa que fazia anos no mesmo dia. Ali encontrei a senhora Gertie Lawson que muito insistiu para que eu fosse visitá-la. As filhas do Dr. Duprat, Aline, Lyuba, Ailza, assim como o filho Augusto Luiz, me lembravam as famílias européias. Fizemos um pouco de música e cantei uns *lieds* que conhecíamos em casa. Eduardo Rheingantz trocou a sua pianola por uma *orchestrelle*, para maior proveito dos seus amigos apreciadores de boa música.

[...]

No dia 11 de julho (1912) a família Parmentier veio ao Rio Grande e fomos visitar os amigos da cidade a fim de apresentar a minha noiva. Em 15 de agosto tiramos o nosso retrato na casa Giovanini na rua Mal. Floriano. Entre nossos amigos do Rio Grande estava o Bispo Kinsolving da Igreja Episcopal da comunhão anglicana. Muitas vezes tivemos boas reuniões em sua casa ao lado da Igreja, pois ele e a senhora eram amantes da boa música. A respeito de música, tive nessa época a satisfação de receber em casa o Dr. Antonio Azambuja, diretor da Comissão da Barra (fiscalização federal das obras da Cie. Francesa) que tocava comigo a quatro mãos até altas horas da noite. Para esse fim ainda tinha muitas músicas que mandei vir do Rio. (não paginado)

As relações em sociedade potencializaram-se com a urbanização, favorecendo um espírito de associação, que é a base do surgimento dos clubes e das sociedades bailantes. Nesse caso, tanto o encontro como a diversão públicos podem ser entendidos como um prolongamento da vida e do lazer domésticos.

Podemos afirmar que os processos de industrialização e de modernização do Rio Grande intensificaram esse fenômeno, fazendo com que a convivência social fora de casa se transformasse em um hábito urbano comum às famílias. Por conseguinte, a sociedade rio-grandina, no século XIX, passou a se organizar em associações recreativas, artísticas, culturais, esportivas, carnavalescas, classistas, políticas, filosóficas, filantrópicas, entre outras.

Os botequins e cafés desempenhavam importante papel no cotidiano social do Rio Grande, como espaços de reuniões para conversas descontraídas, discussões políticas, profissionais, culturais, entre outras. Sintonizando com a expansão das cidades e com a emergência de novos modos de viver, os cafés se disseminaram na Europa, a partir do século XVIII. Podemos fazer uma aproximação entre cultura e urbanização a partir de Sennett, quando afirma:

[...] as grandes avenidas de Paris abertas pelo barão Haussmann, sobretudo as que faziam parte da segunda rede, encorajaram o uso das calçadas. [...] A cadeira e o café forneciam uma acomodação que unia o passivo e o individual. Quando a arquitetura urbana incorporou meios mecânicos de isolamento, o café permaneceu intensamente urbano e polido, um lugar conveniente à interioridade (2007, p. 344-345).

Conforme Bittencourt, no final do século XVIII, “esses espaços fechados de sociabilidade já haviam suplantado os botequins da época imperial, onde bebia-se o vinho à portuguesa” (2007, p. 99). Dentro desse contexto, podemos mencionar o Café Moka, instalado em frente ao Politeama Rio-Grandense, bem como o Café Polaco, um outro

espaço de diversão diurna e noturna, que foi reaberto em 1897, com o nome de Gruta Recreativa.

No ano de 1920, o Bar e Café Central, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, esquina com a Rua Andradas, constituiu um ponto de reunião da elite, com sua orquestra e concertos todas as noites. Já na década seguinte, o Café Dalila, localizado ao lado do Cine Teatro Carlos Gomes, era considerado um ponto de encontro da sociedade rio-grandina de hábitos refinados. Nessa concorrência, citamos o Café Nacional, instalado no sobrado que outrora havia abrigado o Cinema Ideal Concerto, na Rua Marechal Floriano Peixoto, esquina com a Rua Duque de Caxias, do mesmo modo que as elegantes confeitarias que se apresentavam como ambientes requintados e elegantes, que desfrutavam de um considerável número de frequentadores da elite local.

Os espaços teatrais do Rio Grande podem ser aproximados desta reflexão, a partir do entendimento desses como espaços constitutivos de sociabilidades, representativos de uma cidade que abrigou lugares de manifestações coletivas. No decorrer do ano de 1780, a elite vinculada ao comércio, no Rio Grande, está associada à criação das primeiras casas de espetáculos. Foi essa elite que se mobilizou para a construção do Teatro Sete de Setembro, com vistas a atender às exigências de uma parte da população enriquecida e sedenta por cultura e diversão.

Para Lefèbvre, o lazer é uma necessidade real de sonho, de fruição criativa, de apropriação da vida, de aventura, ou seja, de realização da condição humana. Assim, os produtos da indústria cultural – tais como o teatro e o cinema – são expressões das necessidades cotidianas, propícias para o estudo da cotidianidade (1958).

Conforme Bittencourt, o impulso às atividades teatrais, no município do Rio Grande, culminou no ano de 1832, com a inauguração do Teatro Sete de Setembro (2007, p. 152). A iluminação a gás do Teatro Sete de Setembro foi inaugurada em 14 de dezembro de 1862. No entanto, o município somente passou a usufruir de iluminação a gás, nas ruas, em 1864.

Posteriormente, em 1876, foi erguido o Anfiteatro Albano Pereira e, em 1885, o Politeama Rio-Grandense. Havia ainda inúmeros teatros pequenos que pertenciam a sociedades dramáticas particulares. Tais fatos nos permitem observar o modo como a classe burguesa determinava os hábitos para o lazer, expressos na vida social, através de saraus literários e musicais, clubes, associações e espetáculos itinerantes.

Nos clubes, os sujeitos que ali se encontravam comentavam as novidades econômicas e políticas do dia, estabeleciam contatos, conversavam informalmente, comiam e bebiam entre amigos confiáveis e celebravam festas de alto nível, nas quais se reunia a sociedade burguesa da cidade. Era, também, nesses clubes que se imitavam os modelos culturais parisienses, na decoração, na gastronomia e na etiqueta. Seus frequentadores estavam ali para ver e serem vistos.

Destaca-se que, de modo semelhante, o teatro também era um lugar de exibição deste outro modo de viver em sociedade, era o local de mostrar uma peça de roupa vinda da Europa, ou uma joia fina. Exibir era palavra de ordem, lugares para isso, não faltavam: poderia ser no passeio de coche, em casamentos e batizados, na saída das missas, no Jockey Club, no balneário, que passava a compor a lista de modismos da época.

A sintonia com a moda europeia era evidente nas vestimentas dos sujeitos que viviam esse delírio europeizante (figuras 25 e 26). De acordo com Bittencourt, não faltavam

estolas e casacos de pele, roupas de seda, jóias, chapéus, luvas, leques, perfumes e muito “pó de arroz”. Para os homens, roupas cintadas, casacas e sobrecasacas escuras, peitos e colarinhos de porcelana, chapéus coco, risca nas calças, bengalas com aplicações em prata, bigodes bem feitos, e relógios de bolso (2007, p. 168).

Podemos aproximar ao delírio europeizante, anteriormente citado, a ideia de jogo social que incita as dissimulações, as máscaras e os papéis sociais vividos pelos sujeitos da *Belle Époque*. Assim, o cotidiano é o lugar do jogo marcado pela ambiguidade. As imagens, a seguir, podem ser aproximadas, também, da noção de realidade proposta por Lefèbvre. Para o autor, o real é o concreto e o existente, mas também suas representações e suas simbolizações; é no contexto destas, dos desejos e das necessidades, que se constitui esse movimento dialético da realidade.

No livro *Critique de la vie quotidienne II*, Lefèbvre analisou revistas femininas, para sustentar a importância do feminino e da condição de gênero na sociologia do cotidiano, porque entendia que as revistas condensavam a realidade cotidiana e suas necessidades. A mulher, para o autor, é o centro de um modo de vida, portanto representa o cotidiano com suas contradições e conflitos. Ao analisar a condição feminina e sua ambiguidade, o autor percebe a própria ambiguidade como categoria específica do cotidiano. Apesar de a mulher se configurar como um ser social que condensa a

ambiguidade, essa categoria específica ultrapassa os limites da condição feminina, ou seja, a ambiguidade feminina revela uma outra ambiguidade, a do cotidiano.

Figura 25. Homens da família Ruffier – 1903.



Fonte: acervo pessoal.

Figura 26. Mulheres reunidas na casa da Sr^a. Bilá Duprat – década de 1910.



Fonte: acervo pessoal.

Voltando à urbanização sob a influência da modernização e alicerçada em modelos franceses, discorreremos sobre o projeto da Vila Sequeira, o qual foi idealizado para as vivências do lazer ao ar livre. Em meados dos anos 1800, famílias de aristocratas e

burgueses franceses passaram a se reunir em estações balneárias que se proliferavam no litoral francês. Aqui no Rio Grande, no fim do século XIX, foi inaugurada a Vila Sequeira, sob a influência dos balneários europeus, entre os quais podemos destacar Biarritz, Dieppe e Deauville.

O balneário Vila Sequeira foi a primeira estância de banhos do Rio Grande do Sul, construído junto ao Oceano Atlântico, a 23 quilômetros da cidade do Rio Grande. Vale observar que este foi o primeiro balneário planejado do Brasil, tendo sido o projeto oficializado pela Lei Provincial nº1551, de 17 de Dezembro de 1885. Entretanto, a Vila foi inaugurada em 20 de janeiro de 1890. Dias após, em 26 de janeiro, foi entregue ao público a linha férrea que ligava a cidade do Rio Grande ao balneário. Sobre o transporte para o balneário (figura 27), o Sr. Ruffier mencionou, em seu diário, no ano de 1923: “fala-se em fazer uma estrada de rodagem Rio Grande-Cassino. Até agora somente existia a estrada de ferro, como condução possível. Um ou outro tentava fazer o percurso de carro. Também, autos na praia eram raros como na fotografia onde se vêem três Fordinhos”.

Figura 27. Praia do Cassino – 1923.



Fonte: acervo pessoal.

Em 1898, o balneário contava com mais de vinte residências particulares. Do ponto de vista arquitetônico, conforme Bittencourt, “o modelo de chalé saído dos cantões helvéticos seria introduzido nestes ambientes da moda. A ele seguiram o ‘chalé normando’, a ‘cabana’ e outras variações que influenciaram a estética dos balneários em todo o mundo” (2007, p. 84).

Sobre a Vila Sequeira, Sr. Ruffier registrou:

logo no começo da urbanização da Vila Sequeira e por iniciativa do Visconde Pinto da Rocha, os moradores construíram a capela primitiva, na quadra frente àquela onde morava o Visconde, uma bonita residência tipo colonial, e onde Bilá (filha do Dr. Duprat) tem lembrança de ter comido muitas frutas da chácara. A família Meirelles Leite vendeu esta propriedade ao Dr. Pedro Luiz Osório, que em 1924 estava morando lá com a família. Ao lado da capela o Dr. Fernando Luiz Osório, irmão do primeiro, construiu uma vivenda de estilo normando. Aconteceu que, em 1923, enquanto veraneava um filho dele caiu doente gravemente, e chegou a ficar desenganado pelos médicos. O pai, então fez uma promessa de, no caso de sarar o menino, custear um aumento da capela, já insuficiente para o público. Ficando curado o filho, ele cumpriu a promessa e o aumento foi inaugurado a 10 de fevereiro de 1924, pelo Bispo de Pelotas, D. Joaquim Ferreira de Mello. (não paginado)

Colaboraram para o sucesso da Vila Sequeira as qualidades terapêuticas da água salina e o clima ameno da praia, que fizeram do local um importante atrativo. Nessa época e por muitos anos, o banho de mar era considerado um indicativo médico para o bem-estar físico, particularmente no período entre os meses de abril e maio, em consequência da grande quantidade de iodo presente na água. Em um município no qual a insalubridade, ligada à indústria e ao clima úmido, apresentava altos índices de doenças infecto-contagiosas¹², nada mais recomendável do que a busca por novos ares (Figura 28).

¹² Em 1918, o Sr. Ruffier viajou ao Rio de Janeiro e fez os seguintes registros em seu diário: “o ambiente no Rio era tétrico. Os enterros passavam nas ruas sem cessar. Eu andava chupando pastilhas Valda para me desinfetar”. Ao receber notícias do Rio Grande, apontou: “Nette [sua esposa] então me contou que viu a coisa tão preta em casa, que ficou desesperada. Na rua só se ouvia passar cortejos fúnebres. O Dr. Duprat estava extenuado, mas agüentou firme” – tempos que caracterizou como de calamidade pública (sem página).

Figura 28. Família Ruffier na Praia do Cassino – 1920.



Fonte: acervo pessoal.

Sobre os banhos de mar, o Sr. Ruffier comentou:

no final de 1915, aproximando-se o tempo das férias, resolvi alugar uma casa no Cassino a fim de fazer aproveitar ao nosso Mauricio – filho primogênito – os benefícios dos banhos de mar. Por 800\$000 mais 75\$000 para água e luz arranjamos uma das casinhas do grupo do quadro frente ao hotel Atlântico pertencente à família Faveret (sem página).

No entanto, a tendência ao lazer não se limitou a locais ao ar livre, pois salões, clubes e associações foram sociabilidades representativas da época. Um importante relato sobre a vida, nos salões do Rio Grande, foi oferecido por Saint-Hilaire, quando descreveu alguns bailes que frequentou, em 1820, no Rio Grande. Para o viajante, a burguesia rio-grandina buscava imitar os modismos europeus. Muito embora, de modo geral, as brasileiras “ignorassem os encantos da sociedade e os prazeres da boa conversação”, as mulheres “nesta região [...] se ocultavam menos do que nas outras Capitanias do interior” (apud BITTENCOURT, 2007, p. 87).

Podemos corroborar essa afirmação com Hörmeyer que, em 1851, comentou: “[se] nas cidades menores da Província, ainda vigorava o antigo costume do país que proibia às mulheres brasileiras a se mostrar na rua sem acompanhante”, no Rio Grande e em Porto Alegre, “começa a vingar uma vida metropolitana, européia”. Na visão do viajante suíço-alemão Carl Seidler, os moradores do Rio Grande apresentavam, em 1827, “mais

gosto pela vida social e mais trato amigável, do que os das outras regiões” do país, pois, nelas, residiam muitos europeus que, “certamente pela influência do seu dinheiro e de sua cultura, contribuíram, consideravelmente, para que seus habitantes tivessem mais civilização” (apud BITTENCOURT, op. cit., p. 88).

Pelo exposto, pode-se afirmar que a sociedade rio-grandina do início do século XX apresentava estreitas relações entre o fenômeno urbano e o cotidiano, contexto que demandou uma nova configuração do espaço urbano do Rio Grande. Conforme Lefèbvre, a produção espacial é resultado de produção social; o espaço social, portanto, é resultado de relações de coexistência e simultaneidade, de ordem e desordem. Sendo assim,

o conceito de espaço social cresce, se ampliando. Ele se introduz no seio do conceito de produção e até mesmo o invade; tornando-se o conteúdo, podendo ser essencial. Ele engendra um movimento dialético muito específico que, certamente, não abole a relação ‘produção-consumo’ aplicada às coisas, mas a modifica, ampliando-a (LEFÈBVRE, 1974).

Nesse sentido, Harvey entende o espaço social como um complexo de sentimentos e imagens individuais sobre ele e de reações dirigidas ao simbolismo espacial que cerca esses indivíduos (1980, p. 23). Ressaltamos que essas características culturais não se restringiam à elite rio-grandina – esse panorama é revelador do modelo cultural das principais cidades do Rio Grande do Sul, era principalmente uma tendência de europeização da sociedade brasileira, conforme mencionamos anteriormente.

Assim, a *Belle Époque* representou uma época assinalada por transformações da vida cotidiana, motivadas pelo progresso tecnológico do País. Fato que implicou o crescimento das redes comerciais que foram assimiladas pela economia global. Por consequência, o comércio que passava por Rio Grande fez aumentar a dinâmica industrial e marítima local, acompanhando, assim, o crescimento nacional, extensivo às novas necessidades de melhorias do contexto urbano e, particularmente, do Porto do Rio Grande. Portanto, consideramos que um vetor determinante dessas constatações provém do fato de o município possuir um porto. Para Bresciani, “porto é passagem de roteiros, de corpos, de línguas e de costumes diversos, é por excelência, expressão de diversidade” (1994, p. 153).

O município do Rio Grande recebeu inúmeros estrangeiros, que direcionaram a sua capacidade empresarial para o processo geral da economia do município, alguns dos quais possuíam vínculos com grupos capitalistas de seu país de origem. Pode-se afirmar

que foi desses grupos que se originou a motivação e o impulso para a fundação de companhias e para a reunião de capitais e pessoas trazendo à cidade um ritmo dinâmico. Esses cidadãos experientes conferiam ao Rio Grande uma atmosfera de conhecimento internacional e embasamento na gerência dos negócios, estreitando, ainda mais, a dependência entre a economia municipal e a mundial.

Pelo exposto, podemos concluir que, dentro da classe burguesa, havia um grupo moderno vivendo ao compasso dos tempos.

A nova burguesia, muito embora apresentasse uma tendência à aventura, não podemos deixar de reconhecer, possuía outros perfis de sujeitos, tais como trabalhadores e empresários que executavam suas funções de modo eficaz. Nesse sentido, a combinação da aventura com a eficiência empresarial, na realização de trabalhos, também colaborou para modificar o aspecto cultural e urbano das cidades. Conforme Romero,

foi nas capitais e nos portos que as novas burguesias encontraram seu próprio cenário, ali onde se recebia primeiro o correio de Paris ou de Londres, onde viviam os estrangeiros que levavam consigo o prestígio europeu, onde estavam instaladas as sucursais dos bancos e as casas de comércio estrangeiras. E ali apareceu a obsessão – e a ilusão – de criar um estilo de vida cosmopolita, ou, mais exatamente, europeu (2009, p. 319).

A sociedade urbana, em geral, tornou-se mais fluida e permeável aos desejos de ascensão social e cultural. Dessa forma, o mais significativo das transformações identificadas nas cidades foi a modificação da vida cotidiana da sociedade. No entanto – tomando como exemplo o município do Rio Grande –, as cidades foram expandidas para comportar os novos processos econômicos e sociais desse período, fato que constituiu uma nova fisionomia do espaço urbano.

Considerações finais

Neste livro, buscamos analisar relações existentes entre o cotidiano e o urbano no município do Rio Grande, nos primeiros anos do século XX, conhecidos por *Belle Époque*. Para tanto, inicialmente, reportamo-nos à França do século XIX, com vistas a compreender o programa de modernidade urbana implementado por Haussmann em Paris, nas décadas de 1850 e 1860. Verificamos que esse projeto influenciou algumas cidades da América Latina e, de certo modo, o Rio Grande. Refletimos sobre os processos de transformação urbana e cultural das cidades de Buenos Aires, Montevideú, México, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, a partir de 1880. Assim, mostramos Paris como lar da vida moderna, do conforto doméstico, do consumismo, do lazer e do prazer, ao mesmo tempo em que procuramos identificar essas características no Rio Grande.

Investigamos a presença de imigrantes franceses no Brasil, no Rio Grande do Sul e no município do Rio Grande, salientando que a imigração francesa foi menos significativa do que a influência da cultura francesa, pelo fato desta ter sido mais expressiva do que a própria presença dos franceses. Nesse contexto, analisamos a presença de imigrantes franceses no Rio Grande a partir do ano de 1908, ano que marcou a chegada dos primeiros franceses contratados pela Cie. Française du Port de Rio Grande do Sul para trabalhar na construção dos molhes da Barra e do Porto.

Ao analisar o contexto histórico do Rio Grande do início do século XX, observamos uma tendência à incorporação de hábitos da cultura francesa na sua urbanização, marcada na construção de bulevares, teatros e cafés. De modo semelhante, o costume de passeios ao ar livre repercutiu sobre a reestruturação dos espaços urbanos, implicando a criação de avenidas, parques e praças.

No que concerne às características dos setores produtivos da cidade, percebemos uma inclinação às atividades comerciais e uma tendência dos sujeitos envolvidos com essas atividades aos hábitos burgueses de lazer. Associamos tais hábitos à vida social

efervescente da época, expressa nos saraus literários e musicais, assim como nas sociabilidades desfrutadas nos clubes, associações, espetáculos itinerantes e teatros. Esse contexto não se limitava à sociedade rio-grandina, mas também definia uma tendência de europeização da sociedade brasileira, entendida como o modelo cultural das principais cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Pelo exposto, a sociedade rio-grandina, da segunda metade do século XIX, apresentava fluentes relações com o meio urbano. Esse contexto cultural revelou a cidade como um lugar privilegiado para a coletividade, fato que nos permite aproximar as transformações sociais do município com o estado de espírito que definiu a *Belle Époque* rio-grandina, ou seja, como um novo modo de viver urbano enraizado na Europa burguesa, destacadamente, em Paris.

Se as cidades foram o lugar de excelência das vivências da *Belle Époque*, fez-se necessária a criação de espaços de lazer para que os benefícios do progresso fossem usufruídos pelos sujeitos de posição econômica privilegiada. Destacamos, ainda, o modo como o urbano e o cotidiano se mostravam articulados nas dimensões família, trabalho e lazer, por meio das vivências nos cafés, teatros, cinemas, confeitarias e em outros espaços de convivência e lazer das cidades, como as praças e os bulevares. Por conseguinte, sustentamos que a prosperidade da economia mundial alicerçou a *Belle Époque* aqui analisada a partir das transformações e ajustamentos ocorridos no cotidiano, os quais redefiniram a imagem das cidades e de seus habitantes.

Neste estudo, abordamos a modernidade e a cotidianidade como duas faces da *Belle Époque*. Ao cotidiano, conjunto do insignificante, responde e corresponde o moderno, isto é, os signos pelos quais a sociedade rio-grandina se representou e se significou. Com o intuito de refletir sobre as relações estabelecidas entre a modernidade e o cotidiano, interrogamos os fatos históricos e analisamos as três dimensões de cotidianidade em Lefèbvre – família, lazer e trabalho –, utilizando, entre outras fontes de pesquisa, os álbuns de fotografias e o diário do Sr. Ruffier.

O diário e os álbuns de fotografias do Sr. Ruffier forneceram dados sobre a memória, a história e a cultura de um grupo social que vivia no Rio Grande dos anos 1900 a 1920. Destacamos a relevância documental do material para os estudos no campo social, pois envolvem relações entre memória e identidade, narrativa e representação de um determinado espaço social.

As características documentais desses objetos de memória propiciaram a análise do cotidiano e do urbano, singularizados nas imagens fotográficas e nos escritos do Sr. Ruffier, por intermédio de uma abordagem lefèbvriana. Portanto, operaram a função de patrimônio simbólico que assegura um sentimento de pertencimento e de identidade, ao mesmo tempo em que nos impulsionou a pensar de modo indissociado a urbanização, a vida cotidiana, a cultura, a modernidade, a economia, as sociabilidades e o lazer. Assim, o drama, a ambiguidade da existência, a experiência do vivido e do viver, as confrontações entre o real e o possível buscaram elevar nossas reflexões sobre os dilemas humanos, reais e concretos.

Referências

- ALVES, Francisco das Neves et al. **A cidade do Rio Grande**: estudos históricos. Rio Grande: URG, 1995.
- _____. **Porto e Barra do Rio Grande**: história, memória e cultura portuária. Porto Alegre: CORAG, 2008. v. 1.
- ALVES, José Francisco. **Fontes d'Art no/au Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Artfolio, 2009.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.
- BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- BITTENCOURT, Ezio da Rocha. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade**: sociabilidades e cultura no Brasil Meridional – panorama da História de Rio Grande. 2. ed. Rio Grande: Ed. da FURG, 2007.
- BRESCIANI, Maria Stella M. (org.) **Imagens da cidade**: séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARDOSO, Gilberto Marcos Centeno. O francês, um privilegiado. **Agora**, 17 maio 2011, O Peixeiro, p. 8.
- COELHO NETO, José Teixeira. **Moderno e pós-moderno**. Porto Alegre: LP&M, 1990.
- COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana de Rio Grande. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 122. Porto Alegre, 1982.
- DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DIEGUES JÚNIOR, M. **Etnias e culturas no Brasil**. Brasília: InL, 1976.
- DIEZ, Carmem Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

HABERMAS, Jurgen. A família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida à esfera pública. In: CAVENACCI, Massimo (Org.). **Dialética da família**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 228.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

JOLY, Martine. **Introdução à análise de imagem**. Campinas: Papyrus, 1996.

JONES, Colin. **Paris: biografia de uma cidade**. Porto Alegre: LP&M, 2010.

LACOMBE, M. S. M. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31. **Programa e resumos...** Caxambu, 2007. v. 1. p. 145-172.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche, 1958. v. 1.

_____. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche, 1961. v. 2.

_____. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche, 1981. v. 3.

_____. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

_____. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne**. Paris: Messidor; Éditions Sociales, 1986.

LIMONAD, Ester. **Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefèbvre**. Niterói: UFF; GECEL, 2003.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2006.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: _____. **Para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973. p. 3-21.

PAIVA, Odair da Cruz. Historiografia da imigração para o Brasil – 1940/1950. In: ENCONTRO

REGIONAL DE HISTÓRIA: História e Liberdade, 20. **Anais...** ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06-10 set. 2010. 1 CD-ROM.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Riocell, 1985.

_____. Um novo olhar sobre a cidade: a Nova História Cultural e as representações do urbano. In: MAUCH, Cláudia et al. **Porto Alegre na virada do Século XIX: cultura e sociedade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Canoas: Ed. da ULBRA; São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1994.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. **A Vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822**. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987.

ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as idéias**. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2009.

RUFFIER, Jorge. **Diário pessoal**. Rio Grande.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SENNET, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: BestBolso, 1993.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil: República – da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Armando. **Álbum de família: a imagem de nós mesmos**. São Paulo: Senac, 2008.

TORRES, L. H. Os primeiros prédios da Alfândega do Rio Grande. **Jornal Agora**. Encarte O *Peixeiro*, Memória e História, Rio Grande, 20 ago. 2004. 2004.b

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: Senac, 2001.

VIDAL, Laurent; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). **Franceses no Brasil: séculos XIX-XX**. São Paulo: UNESO, 2009.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP: 96203-900
@editorafurg
editora@furg.br

ISBN 978-65-5754-254-5



9 786557 542545